



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos

**DISPERSÃO EM ARQUIVOS PESSOAIS:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Mariana Tavares de Melo Costa

Rio de Janeiro

2019

Mariana Tavares de Melo Costa

**DISPERSÃO EM ARQUIVOS PESSOAIS:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de Pesquisa: Arquivos, Arquivologia e Sociedade

Modalidade: Dissertação

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aline Lopes de Lacerda

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Quillet Heymann

Rio de Janeiro – RJ

2019

Mariana Tavares de Melo Costa

**DISPERSÃO EM ARQUIVOS PESSOAIS:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Aline Lopes de Lacerda – Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Quillet Heymann – Coorientadora

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis – Membro Interno Efetivo

Prof^ª. Dr^ª. Maria Celina Soares de Mello e Silva – Membro Externo Efetivo

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva – Membro Interno Suplente

Prof^ª. Dr^ª. Laurinda Rosa Maciel – Membro Externo Suplente

RESUMO

Este estudo, de caráter exploratório, tem como objetivo analisar o fenômeno da dispersão de fundos arquivísticos, a fim de compreender seus contornos, suas manifestações e implicações no campo dos arquivos pessoais. Como é um fenômeno com poucas referências, foi necessário identificar termos que tivessem alguma relação com o objeto de estudo, como “deslocamento de arquivos” ou “*displaced archives*” (entre outros), a fim de melhor delinear a compreensão da dispersão de fundos, estabelecendo aproximações e diferenciações entre esses termos, que, embora fronteiriços, não são equivalentes. Para esta etapa, foram utilizados dicionários de terminologia arquivística e também literatura nacional e internacional. Com base neste estudo terminológico foi elaborado um Glossário (Apêndice A) e também um quadro (Apêndice B) que apresentam os resultados da busca realizada na base de periódicos da Capes, a partir dos termos levantados. Na segunda etapa da pesquisa, foram examinados dois fundos pessoais identificados como casos de dispersão: os arquivos do antropólogo Anthony Leeds e do ex-presidente Getúlio Vargas. Por meio destes casos, buscou-se compreender o fenômeno da dispersão, os atores envolvidos, as relações estabelecidas e as motivações que facilitaram a dispersão destes dois fundos. Este estudo possibilita a discussão de um fenômeno negligenciado, cujos efeitos reverberam nas instituições de custódia e na pesquisa histórica, chamando atenção para a importância de documentar e referenciar a sua ocorrência.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais. Arquivologia. Dispersão de fundos. *Displaced Archives*. Anthony Leeds. Getúlio Vargas.

ABSTRACT

This exploratory study aims to analyze the phenomenon of dispersion of archival fonds in order to understand its contours, manifestations and implications in the field of personal archives. As it is a phenomenon with few references, it was necessary to identify other terms that had some relation to our object of study, such as “displacement of archives” or “displaced archives” (among others), in order to better delineate their own understanding of dispersion of archival fonds, establishing comparisons, approximations and differentiations with these terms, which although borderline, are not equivalent. For this stage, archival terminology dictionaries were used, as well as national and international literature, in order to contextualize the use of different terms. From this terminological study, a Glossary (Appendix A) and a table (Appendix B) were prepared to present the results of the search carried out in the Capes Journal Database, based on the terms surveyed. In the second stage of the research, two personal fonds identified as dispersion cases were examined: the archives of anthropologist Anthony Leeds and former President Getúlio Vargas. Through these cases we sought to understand the phenomenon of dispersion, the actors involved, the relationships established and the motivations that facilitated the promotion of dispersion of these two fonds. This study allows the discussion of a neglected phenomenon, whose effects reverberate in custody institutions and historical research, calling attention to the importance of documenting and referencing its occurrence.

Keywords: Personal Papers. Personal Records. Private Papers. Archival Science. Dispersão de fundos. Displaced Archives. Anthony Leeds. Getúlio Vargas.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação certamente é um trabalho feito a muitas mãos. E foram todas essas mãos que acrescentaram pitadas de inspiração, paciência, incentivos e sugestões que possibilitaram que chegássemos ao final desta etapa.

Meu primeiro pensamento de gratidão é para o Senhor: “para onde eu iria, se só Tu tens as Palavras de vida eterna?”. Foi o Senhor que me sustentou durante todo o mestrado. Foi o Senhor que me inspirou em cada linha. Foi o Senhor que me manteve firme, quando meu chão se foi. Foi o Senhor que soprou vida mais uma vez em mim. Este trabalho não teria saído se eu não tivesse a Ti. Aliás, nada faria sentido sem sua doce presença habitando em mim. Ao meu querido Jesus, ao amigo Espírito Santo, a meu Aba, a glória, a honra e todo louvor pela conclusão deste trabalho.

Ao meu esposo e parceiro de vida, Alan, minha gratidão pra sempre! Agradeço por seu cuidado, por sua alegria e bom humor contagiante! Obrigada pela paciência e suporte nos dias difíceis! Aprendo com você todos os dias! Obrigada por todos os almoços feitos, louças lavadas (rs), etc., que me permitiram ficar horas sentada escrevendo e estudando. Obrigada por acreditar e me ensinar a fazê-lo também.

Ao meu pai Célio Pereira de Melo e a minha mãe Helena Tavares (in memoriam) minha eterna gratidão! Foram vocês que me ensinaram o caminho em que deveria andar. Vocês me ensinaram com o exemplo da vida de vocês a lutar, a persistir, a correr atrás! Tenho tanto orgulho de ser sua filha! Aprendi e ainda aprendo muito com vocês, só de observar sua trajetória! Sinto saudades! Espero ter honrado e continuar honrando aquilo que vocês me ensinaram!

À minha orientadora Aline Lopes de Lacerda e à minha coorientadora Luciana Quillet Heymann, o meu muito obrigado! Foi um privilégio ter trilhado esta estrada com pessoas tão atentas e dedicadas! Vocês foram precisas nas correções e generosas nas sugestões. Obrigada pela compreensão e paciência quando precisei de mais um tempo. Obrigada pelas perguntas que me fizeram pensar e que me instigaram a pesquisar. Agradeço também pelos ajustes de rota, que evitaram que eu me desviasse da trajetória proposta. Não sei se consegui demonstrar minha gratidão por esse tempo em que caminhamos juntas, mas é o que sinto. Obrigada!

Aos professores que compuseram minha banca de qualificação e defesa (membros efetivos e suplentes), Ana Luce Girão Soares de Lima, João Marcus Figueiredo Assis, Maria Celina Soares de Mello e Silva, Laurinda Rosa Maciel e Eliezer Pires da Silva, meu

agradecimento por todas as sugestões, ideias, indicação de leituras e correções que enriqueceram este trabalho. Obrigada pela gentileza com que fizeram isto! Obrigada professora Ana Luce pela entrevista, por ter achado um tempo para bater um papo esclarecedor comigo. Obrigada professor João Marcus pelas sugestões que ajudaram a ampliar meu campo de pesquisa! Obrigada, professora Maria Celina, pela leitura atenta e por sua disposição de ter me enviado os áudios com comentários tão importantes! Obrigada, professora Laurinda, por ter enviado textos (ainda no início desta pesquisa) e por ser sempre tão presente e aberta para ajudar! Ao professor Eliezer Pires da Silva, meu muito obrigado por ter sugerido essa “história” de cursar o mestrado, quando eu nem mesmo imaginava que isto seria possível! Obrigada pelo encorajamento!

À Elizabeth Leeds, um enorme agradecimento! Suas respostas iluminaram os caminhos desta pesquisa de forma muito especial! Obrigada pela disponibilidade e gentileza!

Rachel de Almeida Viana, você foi tão atenciosa e querida! Obrigada por responder, pacientemente, às milhares de perguntas que fiz!

Professora Adelina Novaes e Cruz, como a sra foi generosa! Obrigada por ter disposto de um tempo para conversar comigo e esclarecer minhas muitas dúvidas!

À minha família, obrigada pelo amor, suporte e investimento! Vó Martha, tios, tias, primos e primas... Todos vocês também têm uma participação em um pedacinho deste trabalho aqui! Seja fazendo polentas, seja dando suporte nos dias “nublados”, seja na torcida! Obrigada!

Meus amigos queridos, que continuaram amigos mesmo com minhas tantas ausências, vocês alegram meu coração! Finalmente o café vai sair!

Bruna Cheble, como eu teria escrito os inúmeros e-mails em inglês sem a ajuda de uma *teacher* tão fera? Obrigada! Obrigada pela força com o Abstract também!

Vera Flesch, eu sei que dei trabalho com as correções de referências, citações, etc. Seu trabalho minucioso foi essencial! Obrigada!

A todos os profissionais que me atenderam, responderam e-mails, forneceram informações e abriram as portas para que eu coletasse informações para construção deste trabalho, minha gratidão!

À minha turma de mestrado tão especial: Silvinha, Lari, Carina, Raquel, Denize, Jorge, André, Renato! Esta jornada foi muito mais divertida e leve com vocês!!

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados encontrados nos dicionários da Associação dos Arquivistas Brasileiros	19
Quadro 2 – Resultados encontrados no dicionário de Cunha e Cavalcanti	20
Quadro 3 – Resultados encontrados no dicionário do ICA (1988)	23
Quadro 4 – Resultados encontrados no dicionário do ICA (2018, 2019)	25
Quadro 5 – Resultados encontrados em português para o verbete Alienação	27
Quadro 6 – Glossário dos termos recuperados nos dicionários em português e inglês	129
Quadro 7 – Resultados na busca pelos termos no portal da Capes	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	–	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABL	–	Academia Brasileira de Letras
ARQ-SP	–	Associação dos Arquivistas de São Paulo
AVAP	–	Alzira Vargas do Amaral Peixoto (Arquivo CPDOC)
Ceasm	–	Centro de Estudos de Ações Solidárias da Maré
CLT	–	Consolidação das Leis Trabalhistas
COC	–	Casa de Oswaldo Cruz
CPDOC	–	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPSC	-	Center for Portuguese Studies and Culture (Universidade de Massachusetts)
DASP	-	Departamento Administrativo do Serviço Público
DAT	–	Dictionary of Archival Terminology
DIBRATE	–	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.
DIP	–	Departamento de Imprensa e Propaganda
FGV	–	Fundação Getulio Vargas
ICA	–	International Council of Archives
IPHAE	–	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul
ISAD- G	–	General International Standard Archival Description
IUPERJ	-	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
MHN	–	Museu Histórico Nacional
NAA	–	National Anthropological Archives
NOBRADE	–	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PCV	–	Peace Corps Volunteers
PUC	–	Pontifícia Universidade Católica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DISPERSÃO DE FUNDOS, UM FENÔMENO NEGLIGENCIADO	16
1.1 ARQUIVOS DESLOCADOS, OU DISPLACED ARCHIVES, NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA INTERNACIONAL	32
1.2 <i>DISPLACED ARCHIVES</i> (ARQUIVOS DESLOCADOS) OU DISPERSÃO DE FUNDOS: DIFERENTES TERMOS, MESMO FENÔMENO?.....	38
1.3 DISPERSÃO DE FUNDOS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS.....	44
2 A FRAGMENTAÇÃO DE UM ARQUIVO MULTIFACETADO: ANTHONY LEEDS	48
2.1 SOBRE ANTHONY LEEDS	48
2.2 DIFERENTES PARCELAS DE UM MESMO ARQUIVO.....	53
2.2.1 As instituições	53
2.2.2 Buscando pistas sobre a história do arquivo Anthony Leeds	58
2.3 UM ARQUIVO, DIFERENTES INSTITUIÇÕES.....	66
3 DIVIDIR PARA MULTIPLICAR: DISPERSÃO COMO ESTRATÉGIA NO ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS	86
3.1 SOBRE GETÚLIO VARGAS	86
3.2 O ARQUIVO DISPERSO.....	89
3.2.1 As instituições	89
3.2.2 Fontes de pesquisa documental	97
3.3 UM ARQUIVO EM DIFERENTES INSTITUIÇÕES?	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE A – Glossário	128
APÊNDICE B – Busca por termos no portal da Capes	138

INTRODUÇÃO

A dimensão histórica das fontes documentais foi o chamariz que me atraiu para a Arquivologia. Esta, por sua vez, me possibilitou descobrir outra perspectiva sobre os documentos de arquivo, e entende-los não apenas como registros de fatos históricos, mas como peças que compõem uma engrenagem maior. Isto é, os documentos possuem uma proveniência¹ que imprime neles características próprias ao seu contexto de produção. Não somente isto, mas essa origem aponta para relações que circunscrevem estes documentos.

Entendi, então, que a Arquivologia, a “ciência dos contextos e das relações” (MENNEHARITZ *apud* CAMPOS, 2013, p.152), estava preocupada com os documentos enquanto conjuntos. Estes conjuntos, quando organizados segundo preceitos arquivísticos, são agrupados em classes², de acordo com as atividades que lhes deram origem (inicialmente para a comprovação de ações). Cada classe tanto pode estar, horizontalmente, ligada a outras classes, como também, verticalmente, inserida em conjuntos maiores, como grupos ou seções, que espelham um quadro mais amplo de funções e competências de um determinado órgão, instituição privada ou pessoa. Ou seja, um documento não deve ser compreendido de forma isolada, mas como pertencente a uma rede de relações horizontais e verticais, ou inter-relações, orgânicas, coesas e íntegras.

Se, por um lado, este conhecimento é bastante claro e consolidado teoricamente, quando começamos a entrar no “mundo real” das instituições arquivísticas, nem sempre é tão simples perceber estes conceitos em ação. E é ainda mais desafiador quando entramos no universo dos arquivos pessoais, permeados de “subjetividade e intencionalidade”³ (NEDEL, 2014, p.136). Foi assim que nos deparamos com nosso objeto de pesquisa, a dispersão⁴ de fundos pessoais,

¹ Proveniência: “Instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda de documentos” (AAB, 1996, 63). *Provenance* é apresentado pelo dicionário como o termo equivalente de proveniência na língua inglesa.

² Entre os procedimentos arquivísticos, temos a classificação, que opera uma divisão intelectual do arquivo em classes, conforme as funções e atividades do órgão ou da pessoa – em uma perspectiva de classificação funcional. De acordo com o dicionário da AAB, classificação significa: “sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, **visam a distribuir os documentos de um arquivo**” em **classes**, subclasses etc., acrescentaríamos (AAB, 1996, p.16 – grifo nosso). E o conceito de classes: “em alguns esquemas de classificação, indica o resultado da subdivisão de uma classe principal”; e “conjunto de itens que possuem, pelo menos, uma característica comum” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 83). Assim, quando nos referimos ao agrupamento de documentos em classes, referimo-nos a um procedimento arquivístico.

³ Hobbs também nos lembra que “Os arquivos pessoais são inteiramente controlados por pessoas físicas antes de darem entrada em uma instituição arquivística. Pelo fato de indivíduos criarem documentação por razões pessoais fora de um contexto administrativo ou institucional, são eles quem ditam as formas que os documentos assumem, os gêneros de sua escrita e as mudanças realizadas durante o uso. Eles também determinam o arranjo de seus arquivos, que podem ser bem ou mal organizados”. (HOBBS, 2016, p.303)

⁴ Utilizamos o termo “fragmentação” como um sinônimo de dispersão.

diante de um estranhamento da presença de conjuntos documentais de um mesmo titular em diferentes instituições custodiadoras de acervos. Ou seja, documentos que, a princípio, teriam uma mesma proveniência⁵ e deveriam ser mantidos em um conjunto coeso⁶, de alguma forma, e por alguma(s) razão(ões) aparecem dispersos e desvinculados, comprometendo-se sua relação orgânica⁷.

Este é um aspecto importante e interessante a ser observado, já que o princípio da proveniência:

[...] ajuda a revelar o significado dos documentos, pois os assuntos de documentos individuais somente podem ser completamente compreendidos, no contexto, com documentos correlatos. Se os documentos são arbitrariamente tirados do seu contexto e reunidos de acordo com um sistema subjetivo e arbitrário qualquer, o real significado dos mesmos, como prova documentária, pode se tornar obscuro ou até se perder. (SCHELLENBERG, 2006, p.260)

Desta forma, minhas inquietações foram dando lugar à questão: partindo do princípio de que os arquivos deveriam ser indivisíveis, do ponto de vista conceitual⁸, como compreender o fenômeno da dispersão de fundos⁹ no campo dos arquivos pessoais, suas características e causas?

Um problema de pesquisa científica é “qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento” (GIL, 1989, P.52). Ou ainda, trata-se da “dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.127) e pode nascer tanto de inquietações de “ordem prática ou de ordem intelectual” (GIL, 2002, P.24).

⁵ “Princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua indivisibilidade, não sendo misturados aos de origem diversa.” (AAB, 1996, p.61)

⁶ O princípio da indivisibilidade ou da integridade arquivística, que decorre do princípio da proveniência, indica que “Os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida” (BELLOTTO, 2002, p. 21).

⁷ De acordo com Bellotto, a organicidade é e a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. (BELLOTTO, 2002, p.21)

⁸ Bellotto (2002) elenca cinco princípios-base da teoria arquivística que marcam e diferenciam a Arquivologia de “outras ciências documentárias”. São eles: princípio da proveniência, princípio da organicidade, princípio da unicidade, princípio da indivisibilidade ou da integridade arquivística e princípio da cumulatividade (p.20-21). Bellotto afirma que “A naturalidade, a organicidade e outras qualidades dos documentos de arquivo, que estão na própria raiz dos princípios arquivísticos. [...] É esta natureza, soma de todas estas características, que faz do arquivo uma instituição única, inconfundível” (p.18-19).

Apesar do padrão teórico ideal das qualidades dos arquivos, quando começamos a estagiar e a trabalhar, descobrimos os desafios de lidar com a ausência da “aplicabilidade” de alguns destes princípios a alguns arquivos, incluindo a integridade. E nos casos de arquivos dispersos, há exatamente uma “quebra” deste princípio.

⁹ Fundo é definido como: “Conjunto de documentos de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo” (BRASIL, 2005, p. 97).

Assim, nosso problema de pesquisa envolve as seguintes questões, que nortearam nossa investigação:

- a) Diante da teoria arquivística, que preconiza que os arquivos devem ser mantidos íntegros e coesos, como lidar com a dispersão de fundos?
- b) Que características a dispersão de fundos apresenta quando se trata dos arquivos pessoais, em que há possibilidades abertas aos titulares ou suas famílias de destinar tais fundos segundo seu desígnio?

A começar com este estranhamento e estas perguntas iniciais¹⁰, este trabalho se propõe a pesquisar o fenômeno de dispersão de fundos a fim de compreender seus contornos, suas manifestações e implicações no campo dos arquivos pessoais, tomando como campo empírico os arquivos do ex-presidente Getúlio Vargas e do antropólogo Anthony Leeds. A escolha dos dois casos será justificada nos respectivos capítulos, sendo importante mencionar que tivemos informações sobre a ocorrência de dispersão, o que nos orientou para os dois fundos. Não temos a pretensão de criar um “postulado”, mas de realizar um estudo exploratório sobre o tema. Além de trabalharmos com estes dois objetos empíricos, também faremos uma revisão de literatura visando enriquecer esta discussão.

De acordo com Gil, a pesquisa exploratória é interessante “especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas” e tem a finalidade de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1989, p. 44-45).

Nesta linha exploratória trilhamos o seguinte caminho metodológico:

- a) levantamento bibliográfico em literatura nacional e internacional buscando construir e situar nosso objeto de estudos, a dispersão de arquivos pessoais, no campo da arquivologia. Devido às raras referências e debates sobre dispersão neste campo, partimos dos conceitos presente na literatura disponível, voltada fundamentalmente para arquivos institucionais.
- b) levantamento das informações relacionadas aos dois arquivos pessoais: Anthony Leeds e Getúlio Vargas:
 - pesquisa das instituições custodiadoras de acervos destes personagens;

¹⁰ De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005, p. 44), uma pergunta de partida auxilia o investigador a exprimir “o mais exatamente possível, o que procura saber, elucidar, compreender melhor”.

- análise por amostragem do conteúdo destes acervos, a fim de conhecê-los e nos familiarizarmos com os diferentes conjuntos documentais das instituições pesquisadas;
 - verificação da existência de instrumentos de pesquisa ou de outros documentos que fornecessem a história arquivística do acervo;
 - elaboração de entrevistas (e questionários) com personagens envolvidos no processo de doação e recebimento dos arquivos estudados, buscando entender o processo de dispersão.
- c) análise e descrição desses processos de dispersão de arquivos pessoais, apontando diferentes motivações como forma de construir um quadro compreensivo das características do fenômeno.

No desenvolvimento de nossa pesquisa pretendemos estruturar nosso trabalho em três capítulos. No primeiro propomos a identificação de conceitos próximos do fenômeno da dispersão em dicionários de terminologia arquivística nacionais e internacionais. Entre os termos já pesquisados, podemos citar o verbete em português “arquivos removidos” e *displaced archives*, em língua inglesa.

Após este momento de identificação, faremos uma análise das características encontradas nas definições destes termos que permitam uma aproximação com o nosso objeto. Faremos ainda a revisão de literatura sobre *displaced archives* (arquivos deslocados), *captured archives* (arquivos capturados) e *migrated archives* (arquivos exilados¹¹). Utilizamos apenas textos em inglês, pois não encontramos artigos que discutam estes termos em português. Para tanto, trabalharemos a partir das obras de James Lowry (2017) e artigos pesquisados na base de periódicos da Capes.

A caracterização obtida por meio desta discussão nos permite examinar como a área percebe e usa estes conceitos para, em um momento posterior, operarmos com as características elencadas na análise do fenômeno da dispersão em arquivos pessoais.

No segundo capítulo analisaremos o caso Anthony Leeds, traçando brevemente sua biografia, situando as instituições em que encontramos partes do seu acervo, as fontes de

¹¹ Embora uma tradução literal nos conduzisse à utilização do termo “arquivos migrados” como equivalente de “*migrated archives*”, optamos pelo termo “arquivos exilados”, encontrado entre os termos equivalentes de “arquivos deslocados” do *Multilingual Archival Terminology*, para diferenciá-lo de “migração de arquivos”, que é uma das “técnicas comumente utilizadas para evitar os riscos provenientes da obsolescência tecnológica” (CONARQ, 2011, p. 82).

pesquisa consultadas e, por fim, analisaremos atores e relações envolvidos no processo de fragmentação do arquivo deste personagem.

No terceiro capítulo resgataremos uma curta biografia de Getúlio Vargas e estudaremos as instituições e os respectivos acervos relacionados ao ex-presidente, com o intuito de analisar as situações que envolveram e promoveram a fragmentação do conjunto documental originalmente acumulado por Vargas.

Por fim, nas considerações finais comparamos os dois casos, visando caracterizar os elementos presentes em cada história de dispersão de que são exemplos.

Em linhas gerais, nossa intenção é descrever e analisar o processo dessa “fragmentação” considerando os atores envolvidos, tanto doadores quanto instituições de guarda. Para isso, é necessário analisarmos a procedência e a história arquivística dos conjuntos documentais. Se não pretendemos caracterizar o fenômeno da dispersão, de difícil generalização, almejamos contribuir para o desenho de alguns aspectos presentes em processos semelhantes, abrindo espaço para o debate sobre um tema pouco explorado pela literatura arquivística.

1 DISPERSÃO DE FUNDOS, UM FENÔMENO NEGLIGENCIADO

A Arquivologia apresenta alguns princípios fundamentais. Entre eles está o princípio de respeito aos fundos. Segundo Michel Duchein:

O respeito aos fundos [...] consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa. (DUCHEIN, 1986, p.14)

Este princípio, somado aos da proveniência e da ordem original¹², norteia o tratamento arquivístico, pois:

Aderindo a esses princípios, os arquivistas podem preservar a natureza orgânica de arquivos como prova de transações. Por meio dessa adesão, o caráter probatório dos arquivos fica protegido, uma vez que os documentos inerentemente refletem funções, programas e atividades da pessoa ou instituição que o produziu. (COOK, 2017, p.9)

Isto é, a Arquivologia preconiza a compreensão dos conjuntos documentais produzidos e acumulados por instituições ou pessoas em seu conjunto. É no conjunto que os documentos devem ser compreendidos e tratados. Outro princípio, o de indivisibilidade ou integridade, corrobora esta teoria, já que expressa que “os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida” (BELLOTTO, 2002, p.21).

No entanto, ao nos depararmos, ainda durante a graduação em Arquivologia, com a existência de arquivos de um mesmo titular em diferentes instituições, nos inquietamos com o que parecia representar exatamente a fragmentação de um fundo arquivístico. Sem muita clareza sobre o assunto, a primeira iniciativa que tivemos para compreender este fenômeno foi

¹² “[...] é importante lembrar que o conceito original francês de respeito aos fundos tinha tanto uma dimensão interna quanto externa. As primeiras práticas enfatizavam a dimensão externa de manutenção dos registros arquivísticos claramente identificados com seu produtor (sendo tais documentos agrupados em um único fundo). A dimensão interna de manutenção da ordem original ou a sequência de documentos de tais produtores era menos enfatizada. De fato, inicialmente, havia mesmo alguns rearranjos por assunto dos dossiês dentro de fundos específicos. Mais tarde, ao enunciar o *Provenienzprinzip* (princípio da proveniência), os alemães articularam ainda mais precisamente a dimensão externa do respeito aos fundos, que focava claramente na manutenção da integridade dos documentos de cada entidade produtora de documentos em toda a atividade subsequente de arranjo e descrição. Em inglês, isso se tornou *provenance* (proveniência). Com o tempo, a dimensão interna do respeito aos fundos (francês) foi expressa em inglês como a santidade da ordem original, cuja manutenção focava na organização física ou no arranjo interno dos documentos.” (COOK, 2017, p.10)

realizar uma busca na literatura nacional acerca do tema. O que representaria este fenômeno? Quais seriam as causas, particularmente no campo dos arquivos pessoais?

Nosso primeiro contato com um termo que tratasse dessa fragmentação de arquivos foi em Heloísa Bellotto (2006), quando a autora reforça a importância de não haver “dispersão” em fundos de arquivos. E explica: “A dispersão ocorre quando, por motivos distintos dos já expostos, retiram-se documentos de uma série, séries de um fundo, fundos de um arquivo, para compor séries e fundos de outro arquivo” (BELLOTTO, 2006, p. 167).

Em uma análise inicial, mais ampla, o substantivo dispersão significa “ato ou efeito de dispersa(-se); separação de pessoas ou de coisas em diferentes sentidos; debandada, desbarato”. Este termo deriva do verbo dispersar, que é definido como: “fazer ir para diferentes partes; pôr em debandada; espalhar” (FERREIRA, 2010, p.726-727). Desta forma, genericamente, a palavra “dispersão” está relacionada a algum tipo de “separação”, o que vem ao encontro da ideia de fragmentação de fundos e da explicação de Bellotto (2006).

No entanto, para nossa surpresa, não só identificamos pouca literatura que abordasse o assunto, como não encontramos, nos dicionários da área arquivística consultados, o termo¹³ “dispersão de fundos”.

Os dicionários de terminologia constituem um ponto de partida importante para conhecimento e análise de termos e conceitos.¹⁴ No entanto, apesar de não encontrarmos uma definição para “dispersão de fundos”, nos valemos destas “literaturas de referência” (GIL, 2002) a fim de localizarmos conceitos aproximados, nos fornecendo uma base para reflexão. Barros afirma que “em uma relação **entre** conceitos, as características determinantes são as que distinguem um conceito do outro. Elas servem igualmente para criar um conceito específico com base em um conceito genérico” (BARROS, 2004, p. 108).

Desta forma, iniciamos com uma análise¹⁵ de termos e conceitos aproximados a “dispersão de fundos”, que indicassem a ideia de separação ou fragmentação. Diante de uma

¹³De acordo com Barros (2004, p.42), termo “designa um conceito específico de um domínio especializado”.

¹⁴Lara (2004, p. 93) explicita a diferença entre “termo”, “conceito” e “palavra”: “Segundo as normas terminológicas, o conceito é uma unidade abstrata criada a partir de uma combinação única de características. Os conceitos são representados pelos termos, que são designações verbais. O termo é considerado a unidade mínima da terminologia (ISO 704; ISO 1087-1). Mais especificamente, o termo é uma designação que corresponde a um conceito em uma linguagem de especialidade. É um signo linguístico que difere da palavra, unidade da língua geral, por ser qualificado no interior de um discurso de especialidade. Uma palavra tem propriedades (como em um dicionário de língua), mas tem muitos significados, porquanto são elementos do léxico da língua. [...] Uma definição é um enunciado que descreve um conceito permitindo diferenciá-lo de outros conceitos associados.

¹⁵ Para esta análise, selecionamos os seguintes dicionários terminológicos em língua portuguesa:

1-*Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* – DIBRATE. Arquivo Nacional. (BRASIL, 2005);

2-*Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo,(AAB, 1990).

literatura nacional escassa, utilizamos também dicionários de língua inglesa. Nesse idioma, identificamos os termos: “*displaced archives*” (arquivos deslocados), “*captured archives*” ou “*captured records*” (arquivos capturados), “*removed archives*” (arquivos removidos), “*migrated archives*” (arquivos exilados) e “*fugitive archives*” (arquivos “fugitivos”).

O termo que começou a possibilitar um caminho de pesquisa foi *displaced archives* ou arquivos deslocados, quando entramos em contato com a *Encyclopedia of Archival Science* (DURANTI; FRANKS, 2015) e com o livro *Displaced Archives* (LOWRY, 2017). A partir deste termo em inglês, encontramos outros similares em português. Até então, nossa busca, focada no termo dispersão, havia sido infrutífera. Outro aspecto interessante a ser considerado foram as remissivas e termos equivalentes, que proporcionaram uma ampliação do cenário de pesquisa.

Para organizar nossa análise, começaremos a explorar as definições encontradas nos dicionários de língua portuguesa, para então seguirmos para os de língua inglesa, pois estes apresentam variedade de verbetes, além de contarmos com uma enciclopédia, cujas explicações são mais abrangentes.

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* – DIBRATE, editado pelo Arquivo Nacional (BRASIL, 2005), embora seja de grande importância para a Arquivologia, não apresenta qualquer um dos termos buscados por nossa pesquisa, elencados anteriormente. É importante ressaltar que, embora a consulta ao DIBRATE não retornasse resposta, ela nos possibilitou referências, como os dicionários editados pelo Conselho Internacional de Arquivos, que nos trouxeram resultados positivos.

Em 1971, no mesmo ano de criação da Associação de Arquivistas Brasileiros, surgiu a primeira iniciativa de elaborar um glossário de termos arquivísticos nacional, com 132 verbetes. Mas ainda se utilizava como base de consulta, embora com poucos exemplares em circulação, dicionários internacionais, como o *Elsevier's lexicon of archive terminology* (1964) e o glossário da Society of American Archivists (1974), o que causava “equivocos” terminológicos¹⁶ (AAB, 1996, p.ix).

3-*Dicionário de Terminologia Arquivística*. Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo. Secretaria de Estado e Cultura. Departamento de Museus e Arquivos, (AAB, 1996);

4-*Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Cunha e Cavalcanti (2008);

E os dicionários em língua inglesa:

1-*Dictionary of Archival Terminology*. Conselho Internacional de Arquivos. Editor: Perter Walne, (ICA, 1988).

2-*Multilingual Archival Terminology*. Conselho Internacional de Arquivos, (ICA, 2018 e 2019).

3-*Encyclopedia of Archival Science*. Duranti e Franks (2015).

¹⁶Apesar de o Dicionário da AAB de 1996 não explicitar esses “equivocos”, encontramos em Martins (2011, p. 34) algumas reflexões sobre as dificuldades relacionadas ao exercício de tradução de termos estrangeiros: “Quando há falha de correspondência (matching) entre as dimensões do texto-fonte e do texto-meta [texto final

Outras iniciativas vão surgindo, nacional e internacionalmente, no sentido de construir, aperfeiçoar, atualizar e esclarecer imprecisões terminológicas. A segunda edição do *Dictionary of Archival Terminology-DAT* (ICA, 1988), esgotada a primeira edição de 1984, vem com esta proposta de corrigir erros, atualizar termos, considerando a própria dinâmica de mudanças na língua, nas práticas profissionais, surgimento de novas reflexões e tecnologias.

Assim, os dicionários de terminologia publicados pela Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1990 e 1996, representaram, neste contexto, não apenas um esforço de traduzir um dicionário internacional, mas de discutir suas atualizações e adaptar os verbetes à realidade brasileira. O *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996, p. xi) apresenta-se como:

[...] fruto de discussões terminológicas [...] ante as exigências de rigor colocadas pelo incontestável crescimento de sua atuação (arquivistas) em instituições públicas e privadas, e pela consequente necessidade de ver com nitidez as fronteiras que distinguem as diferentes ciências da informação.

Assim, no quadro 1, são apresentados os verbetes encontrados nos dicionários da AAB (1990, 1996).

Quadro 1 – Resultados encontrados nos dicionários da Associação dos Arquivistas Brasileiros

<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – (AAB, 1990)</i>	
Verbetes	Definição
Arquivo deslocado	Conjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia.
Remissivas: não há	
Termos equivalentes: <i>Removed archives, fugitive archives, migrated archives, estray, archives déplacées; archivo desplazado.</i>	

<i>Dicionário de Terminologia Arquivística – (AAB, 1996)</i>	
Verbetes	Definição
Arquivo deslocado	Conjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia.

traduzido], temos um ‘erro encoberto’ (convert erroneous error). Os casos em que ocorrem faltas de correspondência do significado denotativo entre texto-fonte e texto-meta (omissões, adições e substituições), problemas no manejo das normas gramaticais e no uso da língua-meta são classificados por House como casos de ‘erro evidente’ (overt erroneous error).” - “Para House, a maior dificuldade que um tradutor enfrenta ao traduzir os textos fortemente arraigados na cultura fonte é encontrar ‘equivalentes’ linguístico-culturais, [...] com suas marcas da origem temporal, social e geográfica a partir das quais o autor elaborou o texto-fonte” (MARTINS, 2011, p. 36).

Remissivas: contencioso arquivístico (conflito de jurisdição arquivística)

Termos equivalentes: <i>estray, migrated archives, removed archives, archives déplacées; archivo desplazado; documento deslocado</i> (não há definição do termo).
--

Fonte: A autora, com base em AAB (1990, 1996).

Como pode ser observado, ambas as edições utilizam o mesmo termo – “arquivo deslocado” – e a mesma definição para o verbete, indicando seu significado como um deslocamento de um conjunto de documentos retirados de forma indevida de seu local de custódia. No entanto, não ficam claras as condições de retirada, ou razões que poderiam gerar estas remoções.

Duas pistas, todavia, indicam que estes deslocamentos não são entendidos como boas práticas arquivísticas: o uso do advérbio “indevidamente” e a remissiva “contencioso arquivístico” (1996). Não só os deslocamentos são considerados inadequados¹⁷, como também podem “gerar” ou “ser fruto” de “conflitos de jurisdição arquivística”. Também não há um detalhamento sobre tais conflitos a que o verbete se refere.

Já o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti (2008), apresenta um maior número de verbetes, quase quatro mil, segundo os autores. O dicionário também faz uso de remissivas e relaciona os termos equivalentes, embora o *layout* de apresentação seja diferente dos anteriores.

É interessante destacar que a escolha dos verbetes se deu “por seu uso potencial ao longo do exercício profissional desses especialistas” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.vii). Assim, da mesma forma como os demais dicionários, Cunha e Cavalcanti selecionaram verbetes que dessem subsídios para o exercício das atividades profissionais em bibliotecas, arquivos ou centros de documentação. Esta observação é oportuna, pois a Arquivologia, enquanto ciência social aplicada, tem em sua terminologia um “reflexo da prática profissional” (DUCHEIN, 2007, p. 14). No quadro 2 segue o resultado encontrado neste dicionário.

Quadro 2 – Resultados encontrados no dicionário de Cunha e Cavalcanti

<i>Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia</i> – (CUNHA; CAVALCANTI, 2008)	
--	--

Verbete	Definição
---------	-----------

¹⁷ Podemos inferir que isto esteja relacionado ao conceito de fundo arquivístico, que pressupõe unidade, coesão, integridade, princípios arquivísticos.

Arquivo removido	Arquivo cuja custódia passou de instituição legalmente encarregada de sua guarda, ou do país onde se encontrava originalmente, para outra instituição. Também chamado “incorretamente”, arquivo fugitivo e arquivo migrante.
Remissiva: <u>extravio de documento</u>	
Termos equivalentes: arquivo deslocado, documento deslocado.	

Fonte: A autora, com base em Cunha e Cavalcanti (2008).

Ao contrário dos dicionários anteriores, Cunha e Cavalcanti (2008) utilizaram o termo “arquivo removido” em vez de “arquivo deslocado”. Além de usarem outro termo, a definição dos autores não enfoca apenas a mudança de custódia entre organismos diferentes, mas já apresenta o elemento “país” como outra possibilidade compreendida na remoção de arquivos, o que pode indicar questões diplomáticas e políticas envolvidas nesse processo. Mesmo que diferentes, consideramos tais verbetes como sinônimos. Esta compreensão se dá por meio das remissivas e termos equivalentes, que aparecem, tanto em português quanto em inglês, associando ambos os termos.

Outro aspecto a ser observado está na definição do termo, que parece indicar apenas uma mudança de custódia, sem qualquer conotação negativa, diferente das definições anteriormente referidas. Neste sentido, desejamos chamar atenção para a importância de uma análise comparada dos verbetes. Se analisássemos somente esta definição, poderíamos ter um entendimento mais restrito, de que o termo se refere apenas a mudanças de custódia. Mas, confrontando-o com os verbetes analisados anteriormente e seguindo as pistas oferecidas pelos termos equivalentes, é possível perceber que seu significado envolve outros fatores e ações.

Assim, a conotação negativa aparece na remissiva “extravio de documento”, que indica não apenas uma mudança de custódia, mas uma perda ou uma separação indevida. Seguindo esta pista, fomos dirigidos a outro verbete, “reintegração”, que significa:

[...] reposição de documentos em seus lugares de arquivamento; recondução de documentos; reincorporação de documentos; [...] **recuperação de arquivo, documentos ou manuscritos e sua reincorporação ao fundo original**, isto é, ao fundo a que pertence. A recuperação é feita pela instituição de origem, por meio de ação judiciária de reivindicação (ação reivindicatória); recuperação. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.30 – grifo nosso)

A partir da análise dos verbetes “arquivos deslocados” e “arquivos removidos” nos três dicionários de língua portuguesa, podemos concluir que:

- a) O deslocamento, ou remoção, de documentos e conjuntos de documentos de sua origem pode ser considerado uma ação negativa no campo da Arquivologia.
- b) Pode ser movida uma ação judicial para a recuperação de arquivos deslocados, ou seja, uma ação reivindicatória.¹⁸
- c) Estes deslocamentos dizem respeito não apenas a documentos institucionais, mas também incluem manuscritos, definidos por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 237) como “conjunto de papéis (ou documentos) pessoais, que apresenta unidade orgânica”. Ou seja, arquivos pessoais também podem sofrer deslocamentos ou remoções.

Como já mencionado, dicionários internacionais tiveram um importante papel para a construção terminológica da Arquivologia brasileira. Neste contexto, citamos o protagonismo e relevância do trabalho empreendido pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) na edição de 1984 do *Dictionary of Archival Terminology*, revisto em 1988 (ICA, 1988), editado por Peter Walne, mas com a contribuição e revisão de importantes profissionais e autores, como Michel Duchein, Elio Lodoline, dentre outros. Michel Duchein (2007) fala sobre a iniciativa do ICA na construção de um dicionário multilinguístico:

A iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos era ambiciosa e o resultado é impressionante: 226 páginas, 503 verbetes, dois idiomas principais, cinco secundários¹⁹, além de seis índices. O sr. Walne bem recompensou a comunidade arquivística mundial; seu Dictionnaire será, por muitos anos, um instrumento de trabalho indispensável para todas as relações internacionais no domínio profissional. (DUCHEIN, 2007, p.14)

Apesar de representar uma iniciativa notável, o Conselho e seu time de especialistas precisou lidar com as dificuldades linguísticas e com as diferentes tradições arquivísticas, explicadas pelo fato de a Arquivologia “[...] ser extremamente ligada aos sistemas jurídicos governamentais e administrativos de cada país e que, por conseguinte, seu vocabulário reflete todo um conjunto de conceitos que, por definição, dificilmente são transportáveis de um país para o outro” (DUCHEIN, 2007, p.15). Uma das soluções adotadas nessa obra foi a criação de

¹⁸De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p.2), “ação reivindicatória” significa “ação judiciária que a instituição proprietária (original) de um fundo ou arquivo apresenta em juízo para reaver sua propriedade; ação de reivindicação, reivindicatória.” As remissivas para este termo são: extravio de documento, imprescritibilidade, inalienabilidade, reintegração. Como termos equivalentes aparecem: *action of replevin, replevin*.

¹⁹ Os idiomas principais eram inglês e francês, e os secundários eram alemão, espanhol, italiano, holandês e russo. Neste contexto, em que a língua portuguesa ainda não era contemplada, reforçamos a importância das iniciativas nacionais de construção de um glossário arquivístico.

índices alfabéticos, em francês e nas línguas secundárias, para que, frente a essas diferenças, os termos pudessem ser recuperados

Analisaremos primeiramente, então, no quadro 3, o verbete deste dicionário pioneiro, citado por Duchemin (2007) – o *Dictionary of Archival Terminology* (ICA, 1988).

Quadro 3 – Resultados encontrados no dicionário do ICA

Dictionary of Archival Terminology – (ICA, 1988)	
Verbetes	Definição
Removed archives	<i>Archives that have been removed from <u>official custody</u> or from the <u>country</u> in which they were originally accumulated. Also incorrectly called fugitive archives.</i>
Remissiva: <i>Conflicting archival claims.</i>	
Termos equivalentes: <i>Migrated archives.</i>	

Fonte: A autora, com base em ICA (1988).

O termo *removed archives* designa a remoção de arquivos de sua custódia oficial ou do país no qual foram originalmente acumulados. Além disso, aponta para o termo *conflicting archival claims*: “*Conflicting claims of political or administrative entities regarding legal title to, custody of, and/or access to archives especially following changes in sovereignty, including decolonization and changes in territorial organisation. See also removed archives*”²⁰ (ICA, 1988, p.44).

Essa remissiva apresentada pelo ICA (1988) detalha algumas informações que completam lacunas existentes nas explicações dos dicionários nacionais. Por exemplo, apresenta prováveis causas das remoções de arquivos, relacionadas a questões de soberania, descolonização e territorialidade. Ou seja, o “contencioso arquivístico”²¹ (AAB, 1996), ou a disputa com relação à custódia e responsabilidades afins no campo dos arquivos, na realidade, pode refletir questões ou conflitos de ordem política, social e econômica, que atingem os países. Estas questões, por sua vez, chegam às instituições arquivísticas (entre outras) sob a forma de disputas pela posse de arquivos, vistos como referenciais ou representativos de períodos ou processos que podem interessar a mais de um custodiador, por razões que podem variar enormemente.

²⁰ Reivindicações conflituosas de entidades políticas ou administrativas no que diz respeito ao título legal de custódia de e/ou acesso de arquivos, especialmente em função de mudanças de soberania, incluindo descolonização e mudanças na organização territorial. Ver também arquivos removidos (tradução nossa).

²¹ Contencioso arquivístico seria o termo equivalente em português para *conflicting archival claims*. De acordo com o dicionário da AAB, este termo significa: “conflitos de jurisdição arquivística” (AAB, 1996, p.18). “Jurisdição arquivística: Competência legalmente atribuída a uma instituição quanto à entrada, custódia propriedade, transferência, eliminação de arquivos” (AAB, 1996, p.46).

Outra observação interessante é a ressalva sobre a incorreção no uso do termo *fugitive archives* (arquivos fugitivos). Não há uma explicação do porquê desta incorreção, mas provavelmente essa ressalva foi levada em consideração pela AAB, pois o seu dicionário de 1996 suprime o termo, que aparecia anteriormente na edição de 1990 (no campo “termos equivalentes”). Este fato demonstra mais uma vez a importância e a influência do Conselho Internacional de Arquivos neste processo de organização e delimitação da Arquivologia enquanto campo de conhecimento não apenas local, mas internacionalmente.

Um avanço nessa iniciativa do ICA no campo da terminologia vem com o surgimento do *Multilingual Archival Terminology*, criado em 2010²², pela Seção de Educação e Treinamento Arquivístico do Conselho Internacional de Arquivos, em parceria com o Projeto Interpares. O projeto inicia com 320 termos em 16 línguas. Atualmente já constam nele 24 línguas.

Esta plataforma significa um ganho para a comunidade arquivística, pois, além de sua abrangência, possui caráter interativo e colaborativo. Ademais, a plataforma digital possibilita que não seja necessário eleger uma ou duas línguas principais (e as tradições que representam) como “carro-chefe”, como era feito nos dicionários impressos. Isto dispensa a hierarquização de línguas e tradições, além de facilitar o manuseio pelo usuário, já que este pode buscar um verbete em sua própria língua.²³

Como este dicionário possui terminologia em português, faremos a análise dos termos em inglês e português de forma conjugada. Também optamos por analisar todos os diferentes termos encontrados, já que as definições não são exatamente iguais e, principalmente, devido às remissivas e termos equivalentes²⁴ associados a cada verbete, que podem enriquecer nossa pesquisa. Quando um verbete possui mais de uma definição, somente extraímos as relacionadas ao tema de estudo, conforme analisados no quadro 4.

²² Utilizamos 2010, ano de sua edição, como referência de “tempo” para este dicionário, embora, pelo fato de ele ter caráter colaborativo, novos termos tenham sido incorporados ao longo do tempo. No entanto, para as citações e referências desta pesquisa, usaremos os anos de 2018 e 2019 quando ocorreram as pesquisas.

²³ Para realizar uma busca, o usuário pode digitar o verbete em um campo para pesquisa, ou pode explorar os termos diretamente em uma das línguas disponíveis na plataforma, dispostos em ordem alfabética. Disponível em: www.ciscra.org/mat/. Acesso em: 14 nov. 2018.

²⁴ O *Multilingual Archival Terminology* (ICA, 2019) não utiliza a expressão “termos equivalentes”, apenas “termos relacionados”. Assim, optamos por colocar nos quadros o campo “remissivas” quando o dicionário exibia “See” ou “See also” (ver, ou, ver também). O campo “termos equivalentes”, que entendemos como sinônimos de termos relacionados (*related*), faz referência aos verbetes de mesmo sentido (ou sentido próximo) em outras línguas. Mantivemos o uso de termos equivalentes como padrão, como já vínhamos usando em outros quadros.

Quadro 4 – Resultados encontrados no dicionário do ICA (2018, 2019)

Multilingual Archival Terminology – (ICA, 2018)	
Verbetes	Definição
<i>Captured archives</i>	<i>Archives that have been taken from the country in which they were originally accumulated; migrated archives²⁵; removed archives.</i>
Termos equivalentes:	1- Inglês: <i>fugitive archives, removed archives.</i> 2- Português (de Portugal): alienação.
Multilingual Archival Terminology – (ICA, 2018)	
Verbetes	Definição
<i>Fugitive Archives</i>	<i>Archives that have been removed from the country in which they were originally accumulated.</i>
Remissivas:	1- <i>alienation</i> (o dicionário não define este termo na língua inglesa). 2- <i>replevin</i> ²⁶ (o dicionário não define este termo na língua inglesa).
Termos equivalentes:	1- Inglês: <i>captured archives, fugitive archives, removed archives.</i> 2- Português: alienação.
Multilingual Archival Terminology – (ICA, 2018)	
Verbetes	Definição
<i>Removed Archives</i>	Não consta definição.
Remissivas:	<i>Captured archives</i>
Termos equivalentes:	1- Inglês: <i>captured archives, fugitive archives.</i> 2- Português: alienação.
Multilingual Archival Terminology – (ICA, 2019)	
Verbetes	Definição
Arquivos deslocados²⁷	Arquivos que foram transferidos e estão sob a custódia de pessoa ou instituição que, legalmente, não tem direito a eles. Inclui arquivos removidos do país em que foram originalmente acumulados e arquivos capturados.
Termos equivalentes/ remissivas	Em nota, o dicionário apresenta a seguinte informação: [...] coexistem diversos termos como arquivos/documentos alienados (<i>alienated record/archives</i>), arquivos expatriados (<i>expatriated</i>

²⁵ A pesquisa pelo verboete *migrated archives* não retorna resultados, apenas remete ao verboete *captured archives*.

²⁶ Definição de “replevin” segundo Google tradutor: *A procedure whereby seized goods may be provisionally restored to their owner pending the outcome of an action to determine the rights of the parties concerned. The word ‘replevin’ refers to the ability of a tenant to retake the seized goods.* Tradução do Google: “Um procedimento através do qual as mercadorias apreendidas podem ser provisoriamente restabelecidas ao seu proprietário enquanto se aguarda o resultado de uma ação para determinar os direitos das partes envolvidas. A palavra “replevin” refere-se à capacidade de um inquilino para retomar os bens apreendidos.” Disponível em: <https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR#en/pt/replevin>. Acesso em: 03 nov. 2018.

²⁷ Quando realizamos a elaboração destes quadros, no segundo semestre de 2018, não havia retorno de resultados para a busca do termo “arquivo deslocado” no *Multilingual Archival Terminology*. No entanto, em setembro de 2019, ao revisitarmos os dicionários para a elaboração do glossário, notamos que, em 30 de agosto de 2019, o termo “arquivos deslocados” havia sido inserido. Diante disto, optamos por acrescentar a definição não apenas no glossário, mas também no corpo do trabalho. De acordo com o Dicionário, o termo foi definido e citado a partir do português de Portugal: Portugal. Normas Portuguesas de Documentação e Informação. CT7. Lisboa: BNP, 2010. Neste dicionário não consta o termo “arquivo removido”.

	<p><i>archives</i>), arquivos exilados (<i>migrated archives</i>), arquivos fugitivos (<i>fugitive records/archives</i>), arquivos removidos (<i>removed archives</i>), arquivos capturados (<i>captured archives</i>), arquivos confiscados (<i>seized archives</i>), reivindicação (<i>replevin</i>), arquivos extraviados (<i>relay</i>), arquivos diaspóricos (<i>diasporic archives</i>), contencioso arquivístico (<i>disputed archival claims</i>).²⁸ A opção pelo termo deve-se ao fato de haver necessidade de estabelecer uma relação hiperonímica²⁹ face às variantes atrás demonstradas.</p>
--	--

Fonte: A autora, com base em ICA (2018, 2019).

Os principais termos desta pesquisa foram “*captured archives*”, “*fugitives archives*” e “arquivos deslocados” (são os únicos que apresentam definição). Os dois primeiros carregam o sentido de uma retirada ou remoção de arquivos do país onde foram originalmente acumulados. O último, além desta perspectiva, que remete a conflitos entre países, apresenta outra acepção, relativa a instituições ou pessoas que custodiam arquivos, mas cujo direito de guarda efetivamente não lhes pertence. Não há maior esclarecimento sobre esta questão ou exemplos. O dicionário não apresenta definição para o termo em inglês *displaced archives*, embora recentemente (agosto de 2019) tenha sido incluído o termo arquivos deslocados, em português de Portugal.

Os outros termos são: “*migrated archives*”, “*removed archives*”. Eles não apresentam definição. “*Removed archives*” possui remissiva e termos equivalentes; já “*migrated archives*” remete a “*captured archives*”. Chamamos também a atenção para o fato de que o termo *fugitive archives* tenha sido recuperado neste dicionário *on-line* do ICA.

Outro aspecto relevante é o fato de o verbete alienação (português de Portugal) aparecer como termo equivalente tanto para *captured archives*, *fugitive archives*, *removed archives* quanto para arquivos deslocados. Como se trata de um verbete cuja definição é originária de Portugal, decidimos elaborar o quadro 5, a fim de acrescentar as versões nacionais do termo.

²⁸ O texto contido nesta nota cita os demais termos como “coexistentes” a “arquivos deslocados” e não faz uma divisão entre termos equivalentes e remissivas. Por isso, no quadro 4, mantivemos juntos os itens “Termos equivalentes/remissivas”. No entanto, em vista da análise anteriormente feita nos outros quadros e dicionários, consideramos que apenas dois não são termos equivalentes, mas remissivas: reivindicação (*replevin*) e contencioso arquivístico (*disputed archival claim*).

²⁹“Hiperonímia: Relação que se estabelece entre um vocábulo de sentido mais genérico e um outro, de sentido mais específico a que pode ser associado, como ocorre, por exemplo, entre árvore e outros vocábulos, como ipê, mangueira, eucalipto etc.” Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=hiperonimia>. Acesso em: 17 out. 2019.

Quadro 5 – Resultados encontrados em português para o verbete Alienação

Multilingual Archival Terminology – (ICA, 2018)	
Verbetes	Definição
Alienação Português (de Portugal)	Perda da propriedade e/ou da custódia de documentos ou arquivos por um serviço de arquivo, nomeadamente a título de <u>dação, depósito, depósito legal, doação, eliminação, incorporação, legado, permuta, reintegração ou venda.</u>
Dicionários da Associação dos Arquivistas Brasileiros – (AAB, 1990, 1996)	
Verbetes	Definição
Alienação Português (Brasil)	Transmissão formal, <u>voluntária ou não</u> , da custódia ou da propriedade de documentos ou arquivos.
Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – (CUNHA; CAVALCANTI, 2008)	
Alienação Português (Brasil)	Perda , por uma instituição, da custódia de documentos ou de fundos de arquivos, <u>quer por ato legal específico, quer por ato ilegal.</u>
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Dibrate) – (BRASIL, 2005)	
Alienação Português (Brasil)	Transmissão formal da custódia ou propriedade de documentos ou arquivos.

Fonte: A autora, com base em ICA (2018), AAB (1990, 1996), Cunha e Cavalcanti (2019) e Brasil (2005).

Observamos que as definições em português (tanto do Brasil quanto de Portugal) embora indiquem “alienação” como “perda” da propriedade de arquivos ou documentos (de arquivo), parecem citar outras razões para a remoção destes arquivos, que não apenas conflitos entre países.

O verbete em português de Portugal, a despeito de mencionar “**perda** de propriedade ou custódia”, também diz que essa “perda” pode ser por dação, legado, permuta, entre outros motivos. Ou seja, não se trata apenas de uma “captura”, mas pode também representar um ato voluntário de transferência de propriedade. E não apenas de “arquivos” (no sentido de totalidade), mas de documentos, o que pode sugerir tratar-se de parte de um arquivo.

Da mesma forma, os dicionários nacionais parecem apresentar as duas possibilidades: tanto de uma retirada forçada (“não voluntária”, “por ato ilegal”), como também de uma transmissão voluntária, ou legal, de arquivos ou documentos. O Dibrate (BRASIL, 2005) apresenta uma definição mais genérica, sem muitas variações em relação às definições anteriores.

Por fim, chamamos a atenção para os termos “*replevin*”, apresentado como remissiva do “*fugitive archives*” e “reivindicação”, remissiva de “arquivos deslocados”. Nem “*replevin*” nem “reivindicação” aparecem no dicionário terminológico do ICA (2019). Apesar disso, a

definição de “*replevin*” aparece na versão de 1988 do ICA: “*A legal action for the recovery of records/archives by an agency, institution or person claiming ownership*”³⁰ (ICA, 1988, p.136). E “reivindicação” ou “ação reivindicatória”³¹ são tidos, no *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (CUNHA, CAVALCANTI, 2008), como termos equivalentes a “*replevin*”.

Estes termos denotam “disputas judiciais” para reaver a propriedade de determinado arquivo. Por isso, este último termo (ação reivindicatória) remete a “reintegração”. Isto é, uma ação reivindicatória (*replevin*) objetiva a reintegração, no sentido de uma “devolução” de bens àquele que detém o direito (o proprietário).

Estas observações se confirmam por meio da análise da *Encyclopedia of Archival Science*, que possibilita uma análise mais aprofundada dos termos.³² Esta obra, editada por Luciana Duranti e Patricia C. Franks, em 2015, possui 154 artigos e a contribuição de 110 autores. Existem 154 termos principais (termos-chave) e outros tantos associados a estes principais.

Na busca feita na *Encyclopedia of Archival Science* recuperamos dois termos: “*captured records*”, como termo principal, e “*displaced archives*”, um termo secundário, ligado à palavra-chave “*replevin*”.

Captured records se refere “*to the seizure of public enemy analog and digital materials by foreign or internal dissident forces for intelligence and strategic advantage during armed hostilities*”³³ (MONTGOMERY, 2015, p.127). Este verbete vincula seu sentido à apreensão de arquivos e documentos como espólio, para fins de vantagens em conflitos.

Montgomery (2015), autor do artigo que descreve este verbete, cita que a Convenção de Haia (1954) proíbe pilhagens de herança cultural, o que inclui, tecnicamente, repositórios culturais, ou seja, arquivos, museus etc. Todavia, em situações de guerra, estes materiais podem ser considerados como estratégicos, o que significa que, “*even if they are part of oficial*

³⁰ “Ação legal para recuperação de arquivos por uma agência, instituição ou pessoa que reclama a propriedade”. (tradução nossa)

³¹ Descobrimos este termo a partir das remissivas de “reintegração”. Este último termo encontramos apenas no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008, entre os dicionários de língua portuguesa consultados. Em nota anterior apresentamos a definição.

³² “As enciclopédias se dividem em duas categorias: as gerais, que procuram abranger todo o conhecimento humano, e as especializadas, que abordam apenas uma área do saber. Estas últimas muitas vezes se confundem com dicionários. A distinção entre um dicionário e uma enciclopédia é fácil de estabelecer, mas difícil de realizar na prática. Pode-se dizer que o dicionário explica palavras e a enciclopédia, além disso, aborda ideias, seres e coisas. Por isso, nas enciclopédias os temas são tratados de modo mais amplo. Tanto nas enciclopédias quanto nos dicionários, os assuntos são organizados quase sempre em ordem alfabética.” Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/enciclop%C3%A9dia/487833>. Acesso em: 04 nov. 2018.

³³ Arquivos capturados se refere “à apreensão de materiais analógicos e digitais de inimigos públicos de forças dissidentes internas ou estrangeiras para vantagem estratégica e de inteligência durante hostilidades armadas” (tradução nossa).

archives” (p.129), podem ser apreendidos. Mais do que isso, os vencedores da guerra decidem se vão devolver os documentos capturados (ou quaisquer outros materiais) e quando vão devolver para o país de origem, em um gesto de normalização de relações.

O autor cita, como um exemplo, a apreensão dos arquivos nazistas pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. Os oficiais foram instruídos a considerar (e apreender) **todos** os arquivos importantes para a inteligência, ainda que fossem arquivos antigos, modernos ou papéis de escritório local. Ou seja, “*Indeed, in a foreign land where invading or occupying forces may not know the language and the culture, almost anything may be swept up in the hunt of enemy intelligence*”³⁴(MONTGOMERY, 2015, p.128). Estes arquivos foram paulatinamente reintegrados à Alemanha através de acordos diplomáticos.

“*Replevin*” designa uma ação para promover a devolução de um bem ao proprietário de direito: “*Replevin is a form of civil action employed to recover personal property taken or withheld without permission. The term also describes the court order, or writ, authorizing the recovery of personal property by the person entitled to possess it*” (DURANTI; FRANKS, 2015, p.375).³⁵

No que diz respeito aos arquivos, a fundamentação do *replevin* (dessa ação para reparação ou devolução) se baseia no fato de os arquivos serem entendidos como um bem do povo, representado por seus governos (O’NEIL, 1979 *apud* DURANTI; FRANKS, 2015, p.377).

O Arquivo Nacional dos EUA, inclusive, reafirma sua autoridade para recuperar, por meio de *replevin*, os documentos roubados. O artigo cita como exemplo uma ação estatal, na década de 1970, na Carolina do Norte (EUA) contra um colecionador privado, que foi obrigado a devolver dois documentos assinados por William Hooper (um dos signatários da Declaração de Independência dos EUA), mesmo tendo comprado tais papéis legalmente. Isto ocorreu pelo fato de a Suprema Corte ter compreendido que esses documentos pertenciam originalmente ao Estado. Em alguns casos, a Corte também pode ordenar a indenização do comprador (caso tenha sido uma compra legal), no valor da compra dos documentos ou de sua manutenção.

³⁴ Ou seja, “de fato, em uma terra estrangeira, onde forças de ocupação e invasão não conheçam a língua e a cultura quase tudo pode ser levado, em uma ‘caçada’, pela inteligência inimiga” (tradução nossa).

³⁵ *Replevin* é uma forma de ação civil empregada para recuperar propriedade pessoal tomada ou retida sem permissão. O termo também descreve a ordem de uma corte ou um mandado judicial autorizando o reestabelecimento (recuperação) da propriedade pessoal pela pessoa intitulada proprietária (tradução nossa).

A Califórnia, no entanto, possui uma lei, a California Safe Harbor Provision,³⁶ que permite aos proprietários que tenham comprado documentos públicos de forma legal, que permaneçam com os documentos caso cumpram duas exigências:

- a) gerir, manter e preservar os arquivos de acordo com as recomendações da Sociedade de Arquivistas Americanos;
- b) tornar esses arquivos (ou documentos) acessíveis ao público (DURANTI; FRANKS, 2015, p.379).

Logo, se *replevin* está relacionado, entre outros termos, ao retorno de arquivos ao proprietário de direito, o produtor/acumulador original, o objeto dessa ação são os arquivos deslocados, ou “*displaced archives*”, definidos como: “*itens missing from any archival fonds*”³⁷ (FRANKS, 2015, p.379). A autora do artigo sobre o verbete, Patricia Franks, afirma que, para recuperar seus documentos, os países lançam mão desde negociações e *replevin* até alternativas como fotocópias e microfilmagem. E cita que, em alguns lugares como na Grã-Bretanha, outros meios legais mais modernos já substituem o *replevin*, cuja legislação é complexa e remonta ao direito de costumes do século XIII. De qualquer forma, a autora conclui que este ainda pode ser um remédio para arquivistas recuperarem documentos públicos “alienados” de seus arquivos (FRANKS, 2015, p.380).

Embora somente na *Encyclopedia of Archival Science* encontremos o termo *displaced archives*, ao fazermos uma pesquisa por periódicos na base da Capes, este é um dos termos que mais retorna resultados, juntamente com “*migrated*” e “*captured*” *archives*.

A partir das leituras e análises feitas em dois dicionários e uma enciclopédia, fazemos algumas observações:

- a) Reiteradas vezes, quando se fala em “*captured archives/records*” ou “*displaced archives*”, não se fala apenas sobre o deslocamento de arquivos, mas de documentos. Isto pode nos sugerir tratar-se de deslocamentos de itens de determinado conjunto de documentos. Mais uma vez, parece haver a noção de que não apenas arquivos inteiros, mas partes deles podem ser perdidas, transmitidas (ver alienação) ou capturadas (ver *captured records*).
- b) As causas dos “deslocamentos” ou “remoções” dos arquivos podem ser os conflitos entre países, mas podem também estar relacionadas a “ações voluntárias”

³⁶ Provisão Porto Seguro da Califórnia.

³⁷ Arquivos deslocados são “itens faltando de um fundo de arquivo” (tradução nossa).

de transferência de propriedade (ver *removed archives*, arquivos deslocados, alienação).

- c) A disputa por documentos e arquivos pode ser resolvida por meio de ações judiciais (*replevin*)³⁸ ou diplomaticamente³⁹. Nestes casos, ao menos nos exemplos que trataram dos casos de disputas judiciais nos EUA, no tocante à documentação pública deslocada, as Cortes tenderam a perceber o Estado como proprietário de direito, considerando que a documentação é do povo e precisa estar “acessível”. A exceção vem com o exemplo da Califórnia, em que um comprador legal pode permanecer com o documento, desde que preserve e possibilite a consulta pública.
- d) Embora a reintegração pareça se mostrar com um desejo de “recomposição” ou restauração de um conjunto documental deslocado, nem sempre esta situação é possível, por diversas questões, como divergências políticas e institucionais, ou mesmo por falta de condições (financeiras e estruturais), da instituição de origem, de salvaguardar e preservar o conjunto documental que lhe pertence por direito. Alternativas como cópias ou microfilmagem surgem como possibilidades para preencher estas lacunas documentais.

³⁸ “*Replevin is probably the last common law form of action surviving into the present [...] Replevin is a remedy for the immediate recovery of goods wrongfully taken [...]*” (KRUSE, 2001, p. 95-96). “*Replevin é provavelmente a última forma de ação de lei comum que sobrevive até o presente [...] Replevin é um remédio para recuperação de bens tomados equivocadamente [...]*” (tradução nossa). “*To an attorney practicing law in the common law system, the term “replevin” describes a legal remedy for recovering personal property held by another party. In this civil procedure, the determination of rightful ownership falls to the court. Archivists and manuscript collectors have appropriated this same term to describe any effort by a government archives to recover public records in private hands, whether these efforts involve the courts or are carried out informally through discussions and negotiations with private parties.*” (MATTERN, 2014, p.IV) “Para um jurista que advoga no Sistema de direito de leis comuns, o termo ‘*replevin*’ descreve um remédio legal para recuperar propriedade pessoal detida pela outra parte. Neste procedimento civil, a determinação do direito legítimo de propriedade fica ao encargo da corte. Arquivistas e colecionadores de manuscritos se apropriaram do mesmo termo para descrever um esforço de um Arquivo do governo para recuperar arquivos (registros) públicos em mãos de particulares, se esses esforços envolvem as cortes ou são realizados informalmente através de discussões e negociações com partes privadas” (tradução nossa).

³⁹ Embora *replevin* seja um remédio legal para a recuperação de bens, de acordo com Mattern (2014), arquivistas utilizam o termo não somente para os casos resolvidos judicialmente, em que a solução para a apropriação indevida de bens (arquivos ou documentos) vem por meio de decisões de tribunais, mas também por meio de negociações com os particulares envolvidos. Para efeitos deste trabalho, enfocamos o uso de *replevin* como uma “ação civil”, mantendo este sentido mais abrangente. Mas também sinalizamos que soluções para reparações de apropriação indevidas de bens podem ser encontradas “diplomaticamente” (no caso de acordos entre diferentes Estados e governos) ou “informalmente” (entre agentes do governo – arquivistas – e particulares, por exemplo) como apontou Mattern, citado em nota anterior. (2014).

Compilamos os dados dos quadros e elaboramos um Glossário (Apêndice A) a partir dos termos estudados, utilizando os dicionários aqui selecionados.

1.1 ARQUIVOS DESLOCADOS, OU *DISPLACED ARCHIVES*, NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA INTERNACIONAL.

Paralelamente à análise terminológica, buscamos referências sobre dispersão de fundos na literatura especializada nacional e internacional. Nesse sentido, fizemos buscas na base de periódicos da Capes utilizando os verbetes analisados anteriormente. A seguir, elaboramos o quadro 7 (Apêndice B) com os resultados desta busca.

Na pesquisa, os verbetes foram colocados entre aspas, para obtenção de respostas mais precisas. Utilizamos também filtros, que estão listados no quadro 7. As “ofertas” de opções de filtros se modificavam conforme o verbebo, por isso, no quadro 7, as listas de filtros não são iguais. Pesquisamos em artigos de periódicos avaliados por pares, e filtros cujos assuntos se harmonizavam com nossa busca.

Como demonstramos no Apêndice B, não encontramos textos utilizando o termo “dispersão de fundos”. Os resultados mais expressivos nos encaminharam para a leitura de textos em inglês, acerca de “*displaced archives*”, “*captured archives*” e “*migrated archives*”.

Outra obra importante é o livro organizado por Lowry, *Displaced Archives* (2017), que apresenta diversos estudos de caso e nos fornece um panorama sobre leis e sobre o surgimento do próprio termo *displaced archives*. Consideramos este esforço relevante para a compreensão do contexto em que tais conceitos são utilizados, permitindo maior clareza em relação ao conceito de dispersão.

Ketelaar (2017) situa o contexto histórico em que o “deslocamento de arquivos” surge como problema. Segundo o autor, o termo *displaced archives* (arquivos deslocados) começa a ser pensado no pós-Segunda Guerra Mundial. A guerra teria provocado não apenas a morte de milhões de pessoas e a destruição de patrimônios, mas a saída de arquivos de seus locais de origem para outros lugares, fosse por captura, pilhagem, ou para levá-los para um espaço mais seguro. Diante deste problema, cresceu a necessidade de se pensar em soluções para estas remoções de documentos.

O termo *displaced archives* teria sido usado, então, por volta de 1960, pelos arquivistas Ernest Posner e Solon Justus Buck, cujos programas para proteger arquivos deslocados por causa da Guerra incluíam o estabelecimento de centros para recolher *displaced archives*, para

que estes pudessem ser devolvidos aos seus produtores/acumuladores originais. Ketelaar afirma que essa devolução levaria décadas para acontecer (KETELAAR, 2017, p. 8-9).

Ainda podemos chamar a atenção para um aspecto interessante que Ketelaar ressalta acerca dos *displaced archives*:

[...] fighting for displaced archives often is a substitute for fighting over the historical events that gave rise to the displacement. Moreover, fighting for archives is exercising power: the power to dispose, detain, return and donate – and to determine the conditions. Those powers are generally hidden behind legal, political, religious and professional arguments. (KETELAAR, 2017, p.9 – grifo nosso)⁴⁰.

O que Ketelaar (2017) sinaliza é a disputa de poder por trás da contestação. Disputar os arquivos deslocados é mais do que uma concorrência por “artefatos”⁴¹, mas um conflito por aquilo que eles representam, o que representa sua movimentação, tanto de saída quanto de um possível retorno. O retorno ou não destes arquivos aponta para disputas entre forças políticas e econômicas, muitas vezes desiguais:

Inequality also within the parties: diplomats, lawyers, politicians, military, archivists – their agendas, principles and practices only seldom converge. One of the strategies for overcoming this scramble is resorting to the practical resolution of disputes over displaced archives on a case-by-case basis, rather than striving at an all-encompassing and definitive arrangement. One such pragmatic option is leaving unanswered, for the time being, the question where the rightful place of the archives is, and rather endeavouring to facilitate access to the archives, considering the International Council on Archives’ (ICA) Principles of Access to Archives. [...] That effort may well begin with making the disputed archives accessible, not only making them available for consultation on the premises and abroad, but also by providing finding aids and other tools that will enable any interested individual or community to use the archives effectively. (KETELAAR, 2017, p.9)⁴²

⁴⁰ “[...] lutar por arquivos deslocados frequentemente é um substituto da luta sobre eventos históricos que deram origem ao deslocamento. Além disso, lutar por arquivos é exercitar poder: o poder de dispor, deter, retornar e doar – e de determinar as condições [em que isso ocorrerá]. Esses poderes estão geralmente escondidas por trás de argumentos legais, políticos, religiosos e profissionais” (tradução nossa).

⁴¹ Karabinos (2013, p.284) se refere aos arquivos coloniais como “artefatos da colonização”.

⁴² “Desigualdade também dentro das partes: diplomatas, advogados, políticos, militares, arquivistas – suas agendas, princípios e práticas só raramente convergem. Uma das estratégias para superar esta disputa é recorrer a resoluções práticas sobre os arquivos deslocados caso a caso, ao invés de se esforçar para buscar um arranjo [acordo] abrangente e definitivo. Uma dessas resoluções práticas está deixando sem resposta, por enquanto, a questão do lugar correto do arquivo estar e, ao invés disso, se esforçando para facilitar o acesso aos arquivos, considerando os Princípios de Acesso aos Arquivos do Conselho Internacional dos Arquivos. [...] Esse esforço pode bem começar por tornar os arquivos disputados acessíveis, não somente tornando-os disponíveis para consulta local e exterior, mas também através da provisão de ajuda e outras ferramentas que possibilitarão qualquer pessoa ou comunidade a usar os arquivos efetivamente” (tradução nossa).

É importante a observação de Ketelaar (2017) sobre o fato de essas disputas não se expressarem apenas no nível macro (países x países, metrópoles x ex-colônias), mas envolverem outros atores, princípios, agendas, ações. Por esta razão, segundo o autor, não é possível estabelecer uma proposta única de solução ou de análise, sendo preciso investigar caso a caso.

Keckskeméti (2017) traz ainda outra questão. Segundo o autor, até a Segunda Guerra Mundial o universo dos arquivos era regulado pelo direito de costumes (direito consuetudinário):

In the archival field, compliance with customary law was respected until the Second World War. In a monarchic Europe, the issue was familial: if a state added a province to its territory, the reigning prince received from his 'cousin' the archives that would help him to govern his new province. [...] The break with convention regarding transfers in the case of a succession of states occurred after the Second World War. A few agreements were signed just after the war, in particular by France, with newly independent colonies and protectorates. The distinction between sovereignty archives and governance archives as a principle upon which to decide what is owned by who (mainland and colony or protectorate), dates back to this time. These concepts were malleable and gave the negotiators a lot of flexibility, but had the merit of solving a few cases.⁴³ (KECSKEMÉTI, 2017, p. 19)

As diferentes decisões para solucionar as questões de deslocamentos de arquivos no pós-Segunda Guerra, entre os diferentes países, levou a iniciativas de estudos sobre o assunto, envolvendo a Organização das Nações Unidas (ONU), a Unesco e o Conselho Internacional dos Arquivos (CIA), objetivando compilar o direito de costumes e buscar um equilíbrio para essas disputas.

Em um primeiro esforço, em 1974, foram formulados três princípios baseados na proveniência, que são: “*the retroactive sovereignty*”, “*the territorial origin principle*” e “*functional pertinence principle*” (KECSKEMÉTI, 2017, p. 20). O primeiro diz respeito a arquivos que foram produzidos por determinada administração, no comando de países que se tornaram independentes. Esses arquivos deveriam ser entregues a esse novo Estado, de acordo

⁴³ “No campo dos arquivos, as leis consuetudinárias foram respeitadas até a Segunda Guerra Mundial. Em uma Europa monárquica, a questão era familiar: se um estado adicionasse uma província ao seu território, o príncipe receberia de seu ‘primo’ os arquivos que o ajudariam a governar essa nova província. [...] A quebra dessa convenção, no que diz respeito a transferências no caso da sucessão de Estados, ocorre após a Segunda Guerra Mundial. Alguns acordos foram assinados logo após a Guerra, em particular pela França, com suas recém-independentes colônias e protetorados. A distinção entre arquivos de soberania e arquivos de governança como um princípio sobre o qual decidir o que pertence a quem (continente [metrópole] e colônia e protetorado), datam desse tempo. Estes conceitos eram maleáveis e deram aos negociadores muita flexibilidade, mas tiveram o mérito de resolver alguns casos” (tradução nossa).

com este princípio. O segundo princípio trata dos arquivos produzidos por um território antes de este ser anexado a outro, cujos documentos são incorporados aos arquivos deste “Estado supervisor”. De acordo com este princípio, após o fim dos conflitos, os arquivos pertencerão ao Estado sucessor. Por exemplo, aquilo que foi produzido por um território antes de ele se tornar uma colônia, retornará para ele, quando este se tornar independente. O terceiro princípio implica em que os casos de mudança de soberania e mudança de “poder” sejam acompanhados da cessão dos arquivos necessários à continuidade das administrações. Isto é, se o país A se tornou independente de B, é direito de A ter a posse dos documentos necessários à administração do país (KECSKEMÉTI, 2017, p. 20).

Kecskeméti aponta, no entanto, que, para que estes princípios entrem em prática, é necessário um “espírito de solidariedade” entre os países, o que nem sempre ocorre. (KECSKEMÉTI, 2017, p. 20). De acordo como o autor, a Convenção de Viena⁴⁴ (1983), que se propôs a preencher essas lacunas legais para disputas internacionais, ainda marcadas pelo clima da Guerra Fria, não conseguiu esse intento. Kecskeméti criticou a postura da Comissão de Leis Internacionais, pois, em sua visão, ao invés de tentar considerar soluções conciliatórias, como o “*join heritage*”⁴⁵ proposta pela Unesco, pendeu para favorecer as antigas colônias. De todo modo, o texto foi aceito, mas o autor é enfático ao pontuar que “*the legal gap was not filled, and it has not been filled since*”⁴⁶ (KECSKEMÉTI, 2017, p. 22).

Outro aspecto interessante a ser ressaltado são as lacunas promovidas pelo deslocamento dos arquivos. Durante o processo de independência do Quênia, por exemplo, foram encontrados indícios que apontavam para a “retenção” de arquivos por parte do governo britânico, o que justificaria as “lacunas” identificadas nos arquivos quenianos:

Despite the requirement of secrecy imposed on this process by the British, it did not take the government of Kenya very long after December 1963 to realize that key documents had been removed from the Secretariat at the time of the British departure. Such gaps as were evident in the filing cabinets might

⁴⁴ A Convenção de Viena foi uma Assembleia convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o estabelecimento de um acordo entre países sobre Sucessão de Estados em matéria de Bens, Arquivos e Dívidas de Estado (AMORIM, 2018, p.251).

⁴⁵ “*Join heritage*” é um conceito de custódia compartilhada (uma “herança comum”). Isto é, em casos em que há um acervo arquivístico pertence a uma administração e esta se divide em diversos territórios, estes novos territórios têm em comum esse núcleo de documentos, essa herança arquivística. Kecskeméti (2017) relata que, nestes casos, a melhor solução é o *join heritage*. Assim, o conjunto arquivístico permanece íntegro e seguro em um dos países envolvidos, e os demais países têm igual direito a acesso e direito moral de propriedade. Ele exemplifica o caso da Áustria e da Hungria, em que foi feito um acordo em que tudo o que tivesse sido produzido pelos Habsburgos entre 1526 e 1918 seria propriedade dos dois países. Pelo acordo, o acervo arquivístico ficou na Áustria, mas a Hungria, também proprietária, era representada por delegados permanentes que ficavam no arquivo austríaco.

⁴⁶ “[...] a lacuna legal não foi preenchida e não tem sido desde então” (tradução nossa).

of course have been accounted for by destruction, but the Kenyans also found notes and memos that indicated the process by which materials had been selected for “retention” and shipment to the UK. (ANDERSON, 2015, p.148)⁴⁷

Anderson (2015) chama a atenção para o deslocamento dos documentos considerados “sensíveis”, ou seja, aqueles que poderiam embarçar o governo britânico, membros da polícia etc. Nesse caso, não houve um deslocamento integral dos arquivos quenianos, mas somente de partes consideradas “comprometedoras”, de alguma forma, pelo governo britânico.

Em 1970, durante uma campanha empreendida pelo Conselho Internacional de Arquivos para a recuperação de “*migrated archives*”, houve iniciativas de quenianos de questionar o Parlamento inglês acerca dos seus “*missing documents*” (ANDERSON, 2015, p.149). No entanto, somente décadas depois, entre 2012 e 2014, houve um reconhecimento da existência desses arquivos (não apenas do Quênia, mas de outras ex-colônias britânicas), que foram catalogados e liberados como de domínio público (ANDERSON, 2015, p.144).

Karabinos discorre sobre o processo de apreensão e retorno de documentos da Indonésia, capturados por integrantes do exército holandês já no período derradeiro da ocupação. Nesse episódio, foram apreendidos documentos de governo e papéis de líderes indonésios envolvidos no processo de independência. De certa forma, essa apreensão objetivava justificar algumas reações da Holanda frente a ações revolucionárias, ameaças de ataques etc. Esses documentos se misturaram a dossiês holandeses e “*for years their exact location was unknown*”⁴⁸ (KARABINOS, 2013, p.287).

A independência ocorreu em 1949, mas só a partir dos anos 1970 esses arquivos começaram a retornar para seu país de origem. Até então, estudiosos precisavam viajar até a Holanda para realizar pesquisas. Houve também um acordo entre o diretor do Arquivo Nacional da Indonésia e o governo holandês para trocas de microfilmes que preenchessem as lacunas dos arquivos de ambos os países.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que o retorno desses documentos, e essas ações de cooperação arquivística, refletem um momento político e histórico de reaproximação entre

⁴⁷ “Apesar da imposição de sigilo neste processo pelos britânicos, não levou muito tempo, depois de dezembro de 1963, até que o governo queniano percebesse que documentos-chave tinham sido removidos do Secretariado no momento da partida britânica. Tais lacunas, como eram evidentes nos ‘armários’ [arquivos] poderiam, claro, ter sido explicadas pela destruição [de documentos], mas quenianos também encontraram notas e memorandos que indicavam o processo pelos quais materiais tinham sido selecionados para ‘retenção’ e embarque para o Reino Unido” (tradução nossa).

⁴⁸ “[...] por anos, sua exata localização foi desconhecida” (tradução nossa).

as duas nações. Isto é, tanto a remoção dos arquivos quanto sua reintegração contam não só a história desses documentos, mas da conjuntura que propiciou ou ocasionou esses movimentos.

Nesse sentido, Karabinos lembra que:

[...] *the way a country represents and remembers its past is also representative of its present situation. Archival practices therefore directly influence how the future will remember the past.* [...] *By what they (national archives) display, by how they promote particular narratives, archives can shape a nation remembers its past.*⁴⁹ (HARRIS, 2008 apud KARABINOS, 2013, p.283 – grifo nosso)

A partir desses casos, podemos destacar alguns aspectos sobre o deslocamento de arquivos:

- a) arquivos deslocados apresentam e representam uma historicidade própria, apontando para causas, atores, intenções e relações envolvidas nessa movimentação;
- b) arquivos deslocados podem misturar-se a outros arquivos, dificultando sua identificação posterior;
- c) iniciativas como a microfilmagem⁵⁰ representaram boas práticas para sanar as lacunas dos arquivos, tanto para a colônia quanto para a metrópole;
- d) conforme cita Karabinos (2013), as práticas arquivísticas têm um importante papel e influenciam diretamente em como o futuro lembrará do passado, o que será divulgado e o que será apagado. E isto não está relacionado apenas a processos (arquivísticos) de avaliação e eliminação, mas à própria maneira pela qual arquivos são descritos e referenciados nos instrumentos de pesquisa.

É interessante ressaltar que, se fundos de arquivos íntegros refletem a identidade de seu produtor, através das funções e atividades expressas em documentos, tanto o deslocamento quanto a dispersão de fundos também podem contar histórias: “*Archives can simultaneously*

⁴⁹ “[...] a forma como um país representa e lembra seu passado também é representativo de sua presente situação. Práticas de arquivo assim sendo, influenciam diretamente em como o futuro lembrará do passado. [...] Por meio do que eles (arquivo nacional) expõem, por meio de como eles promovem determinadas narrativas, os arquivos podem moldar a forma com a nação se lembra de seu passado” (tradução nossa).

⁵⁰ A microfilmagem é “produção de imagens fotográficas de um documento, em tamanho altamente reduzido”. Destacamos a Microfilmagem de complementação como uma ferramenta: “adotada no caso de originais que estejam sob a guarda de um arquivo, com a finalidade de complementar séries ou grupos de documentos de outro arquivo” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.249).

represent where a country was, where it is and where it is going”⁵¹ (KARABINOS, 2013, p.282).

Em texto recente Lowry sinaliza que ainda existem poucos estudos sobre o tema. Ele menciona a possibilidade de estudos sobre os efeitos dos deslocamentos para as comunidades afetadas pelo fenômeno e sobre a questão da materialidade dos arquivos (o poder simbólico dos originais no caso das disputas, por exemplo) e menciona, inclusive, pesquisas que levem em consideração coleções privadas: *“There is also a need for much more research into displacement between other actors, such as sub-national governments, First Nations, non-government organisations, religious organisations, the private sector and private collections”*⁵². (LOWRY, 2019, p.355).

1.2 *DISPLACED ARCHIVES* (ARQUIVOS DESLOCADOS) OU DISPERSÃO DE FUNDOS: DIFERENTES TERMOS, MESMO FENÔMENO?

O livro *Displaced Archives* (LOWRY, 2017) apresenta diferentes casos de deslocamento de arquivos, muitas vezes promovidos por situações de guerras, conflitos pós-independência, legitimados *“by virtue of the fact of their been removed by states, regimes or exiled groups”*⁵³ (LOWRY, 2017, p.13). Mas não são apenas guerras que podem promover tais deslocamentos. Lembramos o caso do Quênia, em que documentos considerados sigilosos foram retidos e deslocados pelo governo britânico, durante o processo de descolonização, o que implicou em lacunas para o novo governo:

[...] destruction was not the only method adopted to edit, sanitize and censor the archival record. There was also a process through which selected documents were retained in British possession and returned, secretly, to the United Kingdom. This covert act effectively denied Kenyans access to critical materials relating to their own history, ensuring that the post-colonial state would not be able to assemble a full record of the actions of its predecessor, and that the British would guiltily guard their own secrets of this past. (ANDERSON, 2015, p.143)⁵⁴

⁵¹ “Os arquivos podem simultaneamente representar onde um país estava, onde está, e para onde está indo” (tradução nossa).

⁵² Também há a necessidade de mais pesquisa a respeito do deslocamento entre outros atores, como governos sub-nacionais, Primeiras Nações, organizações não governamentais, organizações não religiosas, o setor privado e coleções privadas. (tradução nossa).

⁵³ “[...] pelo fato de terem sido removidos por estados, regimes ou grupos exilados” (tradução nossa).

⁵⁴ “[...] destruição não era o único método adotado para editar, limpar e censurar o arquivo. Havia um processo pelo qual documentos selecionados eram retidos em posse britânica e regressados, secretamente, para o Reino Unido. Este ato secreto efetivamente negou aos quenianos o acesso a materiais ‘críticos’ [sigilosos?] relacionados à sua própria história, garantindo que o estado pós-colonial não fosse capaz de reunir um arquivo

Na língua inglesa, como dito anteriormente, além do termo “*displaced archives*” há outros termos utilizados para designar deslocamentos de arquivos, dentre os quais: *migrated archives*, *fugitive archives*, *captured archives* e *removed archives*.

Lowry (2017), justifica a escolha pelo termo “*displaced*” como título da obra, embora reconheça a complexidade de definir este fenômeno. Na perspectiva de Lowry, “*displaced*” é um termo que abrange a questão do deslocamento de arquivos, mas sem denotar “roubo” ou exprimir diretamente conflitos de nacionalidade:

*This book is called Displaced Archives and favours the term because it denotes a contestable removal without implying theft, does not share ‘expatriate’s’ association with nationhood (via its Ancient Greek root, patris), which is not an appropriate association for all forms of archival displacement, and communicates the nature of the problem more immediately than the term ‘archival claims’. However, where ‘displaced archives’ is used in this book, it is not in adherence to an agreed definition. Instead, each author engages with the question of definitions to the extent necessary for their work.*⁵⁵ (LOWRY, 2017, p.13).

Nsibandze afirma que “*migrated archives*” são “*archives in exile or archives unjustly transferred from one country to another*”⁵⁶ (1996 apud MINJAMA; LOWRY, 2017, p.95). Enquanto Lowry afirma que “*migrated archives*” é o “*generally accepted term for this phenomenon in Commonwealth*”^{57/58}(2017, p.12). Isto é, este termo refere-se usualmente aos arquivos pertencentes a ex-colônias britânicas que foram “migrados” para o Arquivo Nacional do Reino Unido.

completo de ações de seu predecessor, e que os britânicos guardariam culposamente seus próprios segredos deste passado” (tradução nossa).

⁵⁵ “Este livro é chamado *Displaced Archives* e favorece este termo porque denota uma remoção contestável sem implicar em roubo, não compartilha com a associação de nacionalidades expatriadas (como na raiz grega *patris*), que não é uma associação apropriada para todas as formas de deslocamentos de arquivos, e [o termo *displaced archives*] comunica a natureza do problema de forma mais imediata que o termo ‘**archival claim**’ [contencioso arquivístico]. Entretanto, ‘*displaced archives*’ é utilizado não como uma definição acordada [aderida por todos]. Ao contrário, cada autor adere com as questões de definições na extensão necessária para o seu trabalho (tradução nossa).

⁵⁶ “[...] arquivos em exílio ou arquivos injustamente transferidos de um país para outro” (tradução nossa).

⁵⁷ “*Commonwealth, also called Commonwealth of Nations, formerly (1931–49) British Commonwealth of Nations, a free association of sovereign states comprising the United Kingdom and a number of its former dependencies who have chosen to maintain ties of friendship and practical cooperation and who acknowledge the British monarch as symbolic head of their association.*” Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Commonwealth-association-of-states>. Acesso em: 27 dez. 2018.

“Commonwealth, também chamada Commonwealth das Nações, antigamente (1931-49) Commonwealth Britânica das Nações, uma livre associação de Estados soberanos que compreendem o Reino Unido e um número de suas antigas possessões que escolheram manter laços de amizade e cooperação prática e que reconhecem a monarquia britânica como simbólica ‘cabeça’ de sua associação” (tradução nossa).

⁵⁸ “[...] geralmente termo aceito para este fenômeno no Commonwealth” (tradução nossa).

No entanto, mesmo no Commonwealth, a utilização do termo “*migrated archives*” não é unânime. Timothy Lovering, por exemplo, acredita que o uso da expressão “*migrated*” seria “*too euphemistic to reflect the political and cultural significance of archival displacement*”⁵⁹ (2017, p.86). Esse autor prefere o uso do termo “*expatriated archives*”, mais fortemente ligado a questões de nacionalidade⁶⁰.

Já o termo “*removed archives*” aparenta ser utilizado de forma mais genérica, aparecendo ao longo de diversos textos referindo-se a mudança de local de custódia, mas dentro deste contexto de uma mudança “indevida”. Enquanto isso, o termo “*captured archives*” parece ter uma conotação mais enfática no que diz respeito aos deslocamentos de arquivos e documentos como espólios de guerra. Montgomery (2015) relata que “*since the laws of war consider captured records spoil of war, the victorious state may use, exploit, or dispose of them according to its own discretion*”⁶¹ (MONTGOMERY, 2015, p.129).

O termo “*fugitive archives*” pode ser encontrado em um texto datado de 1939. Apesar de o autor, Randolph G. Adams, fazer uso do termo “*fugitive archives*”, no texto não há preocupação em defini-lo, mas em contextualizar o fenômeno. O autor cita vários casos de documentos de arquivo que, apesar de públicos, pararam em mãos de particulares e nem mesmo chegaram aos arquivos públicos. Também cita exemplos de resoluções tomadas em diferentes casos de disputas em torno desses arquivos ou documentos “fugitivos”.

Adams (1939) aparentemente usa o termo apenas referindo-se a casos em que arquivos e documentos de arquivos são deslocados de seu lugar correto de custódia, ou que nem mesmo chegam até ele. Embora cite situações de conflito, o foco do texto recai sobre ações individuais que podem promover esses desvios. Um dos exemplos fornecidos por Adams:

Let us then consider potentially archival material which never reached an official repository. The headquarters of the British Army in North America from the beginning of the French and Indian War to the end of the American Revolution was an extremely important office. Dr. Clarence E. Carter has pointed out its significance. There is no question but that the papers and documents preserved in this office were archival in character, and there is equally no question but that the commanders-in-chief upon being relieved,

⁵⁹ “[...] demasiado eufemístico para o significado político e cultural dos deslocamentos” (tradução nossa).

⁶⁰ A busca na Base de Periódicos da Capes não retornou resultados para “*expatriated archives*”. O *Dicionário Multilingual Archival Terminology*, a *Encyclopedia of Archival Science* e o *Dictionary of Archival Terminology* também não apresentam o termo. Os dicionários em português analisados (*Dibrat, Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*) também não apresentam o termo “arquivos expatriados”.

⁶¹ “[...] desde que as leis de guerra consideraram arquivos capturados espólio de guerra, o estado vitorioso pode usar, explorar ou dispor deles de acordo com seus próprios critérios” (tradução nossa). Destacamos especialmente a Convenção de Haia de 1954, um tratado internacional (via Unesco) que protege os bens culturais. No entanto, no artigo IV, 2, existe a ressalva da possibilidade de “descumprimento” desse acordo, em casos de “uma necessidade militar impedir, de maneira imperativa, o seu cumprimento” (BRASIL, 1958).

took these headquarters papers back to England with them. Among those most carefully preserved were the papers during the tenures of office of the Earl of Loudoun, General Thomas Gage and Sir Henry Clinton. Not one of these three collections upon being taken back to England was turned into a public archival repository. [...] There was every reason why they should hold on to the official records of the headquarters office to prepare defenses for their conduct. They did so. When the tumult and shouting died, the papers remained in the family libraries of the generals in question. [...] these materials are nothing if not "archives," yet they never reached the State Paper Office in London. When an army is on the march, the headquarters are apt to change position every few days. Papers get lost or mislaid. These find their way into private hands and often into private collections. In the case of the American army at the close of the Revolutionary War there was a good deal of confusion. Individual generals would go home with office papers which should have been turned in to the National Archives at the national seat of government. But we had no national archives and we had no national seat of government. [...] It seems to me impossible to say anything definite about the extent and number of this archival material which never reached archives.⁶² (ADAMS, 1939, p. 87-88)

Outra palavra frequente nos textos que abordam a questão dos deslocamentos é “*seizure*”, que significa “apreensão”, referindo-se a arquivos que foram deslocados por meio de uma apreensão, normalmente de caráter militar, ou envolvendo uma ação de estados coloniais, no processo de descolonização.

O Conselho Internacional de Arquivos, conforme Lowry, utiliza o termo em “*archival claims*” (2017, p.13) (contencioso arquivístico), quando se refere às disputas em torno da questão dos deslocamentos. Segundo o autor, seria uma forma mais “diplomática” de tratar a questão.

⁶²“Vamos considerar o material potencialmente arquivístico que nunca chegou a um repositório oficial. O quartel general do exército britânico na América do Norte, desde o começo da Guerra França e Índia ao final da Revolução Americana, foi um escritório extremamente importante. O Dr. Clarence E. Carter apontou seu significado. Não há dúvida de que os papéis e documentos preservados neste escritório eram de caráter arquivístico, e não há dúvida de que os comandantes, aliviados, levaram estes documentos de escritório de volta para a Inglaterra com eles. Entre aqueles mais cuidadosamente preservados, estavam os documentos durante o mandato do Conde de Loudoun, General Thomas Gage e Sir Henry Clinton. Nenhuma dessas três coleções acima levadas de volta à Inglaterra tornaram-se um repositório de arquivo público. [...] Havia todas as razões pelas quais eles segurariam os arquivos oficiais dos quartéis gerais para preparar a defesa para suas condutas. E eles fizeram. Quando o tumulto e os gritos morreram, os documentos permaneceram nas bibliotecas das famílias dos generais em questão. [...] estes materiais não são senão “arquivos”, ainda que eles nunca tenham chegado ao Escritório de Documentos de Estado em Londres. Quando um exército está em marcha os quartéis gerais estão aptos a mudar de posição todos os dias. Documentos são perdidos ou extraviados. Eles encontram seu caminho em mãos de particulares e frequentemente em coleções privadas. No caso do exército Americano, perto da Guerra Revolucionária havia muita confusão. Generais individuais iriam para casa com documentos de escritório que deveriam ter sido devolvidos para o Arquivo Nacional na sede nacional do governo. Mas nós não tínhamos arquivos nacionais e não tínhamos sede de governo. [...] Me parece impossível dizer alguma coisa definitiva sobre a extensão e número de material de arquivo que nunca chegou aos arquivos” (tradução nossa).

Lowry afirma que a questão terminológica é importante, pois ajuda a compreender e definir disputas, inclusive em termos de repatriação⁶³ (2017, p.14). Nsibandze (1996) chama a atenção para aquilo que há de comum entre os termos, ao mesmo tempo em que aponta para a ‘dispersão’ terminológica: “*Francis Garaba argued that whether one employs the term ‘fugitive archival material’, or ‘missing documents’, ‘migrated archives’, ‘removed’ or ‘displaced archives’, the common factor is that they are not where they are supposed to be, in their rightful place of custody*” (NSIBANDZE, 1996 *apud* MINJAMA; LOWRY, 2017, p.95).⁶⁴

A escolha pelo uso de um destes diferentes termos em inglês pode estar relacionada, portanto, a determinada conotação política ou percepção da realidade que se deseja enfatizar.

É importante, portanto, diferenciarmos o termo deslocamento de arquivos do termo dispersão de fundos (arquivos), objeto deste estudo. O deslocamento está mais ligado à remoção de um arquivo, do lugar originalmente acumulado para outro, por diversas razões.⁶⁵ Deslocamentos podem promover dispersões, mas não necessariamente. Um arquivo pode ser deslocado de um país para outro de forma integral. No entanto, como essas remoções, geralmente, acontecem em ambientes de conflitos, não há qualquer garantia. O arquivo pode ser fragmentado durante o deslocamento, ou seja, partes podem se perder, ser eliminadas ou dispersas, podendo ou não ser incorporadas a outros acervos.

No que tange à dispersão de fundos, temos como referência a definição de Heloísa Bellotto (2006), retomada aqui, voltada para arquivos institucionais:

A dispersão ocorre quando, por motivos distintos dos já expostos, retiram-se documentos de uma série, séries de um fundo, fundos de um arquivo, para compor séries e fundos de outro arquivo. Não se está aventando a possibilidade de desaparecimento de documentos ou do desconhecimento do paradeiro de documentos, quando configurados como furto e, sim, o fenômeno quando realizado sob o pretexto de políticas ou de reorganizações

⁶³ Utilizamos repatriar com o sentido de “Voltar para a pátria ou país de origem” Disponível em: <https://www.lexico.pt/repatriar/>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁶⁴ “Francis Garaba argumentou que, se um emprega o termo ‘material de arquivo fugitivo’ ou ‘documentos ausentes’, ‘arquivos exilados’, ‘removidos’ ou ‘arquivos deslocados’, o fator comum é que eles não estão onde supostamente deveriam estar, no seu lugar certo de custódia” (tradução nossa)

⁶⁵ É importante ainda diferenciar o conceito de dispersão de outro, denominado **ramificação**, cunhado por Carvalhedeo, que significa: “A ramificação se trata da ocorrência de documentos de um fundo em outro fundo distinto como consequência de uma rede trans e intrainstitucional de produção, recepção e compartilhamento documental para o cumprimento de uma missão ulterior e comum a toda essa rede, mesmo de maneira temporária e muitas vezes não publicada oficialmente, num determinado contexto político e não apenas documental.” (CARVALHEDO, 2012, p.53-54). A autora definiu dispersão “segundo um pesquisador da área, contactado para opinar sobre o assunto” como: “Do ponto de vista arquivístico, a dispersão se refere a documentos pertencentes a um fundo que vão parar em fundo distinto em consequência de uma desordem, perda ou lapso e não pela razão da intercomunicação entre fundos distintos.” (CARVALHEDO, 2012, p.52). O conceito de ramificação remete à ideia de intercomunicação entre fundos de diferentes instituições, o que permite que a documentação sobre determinado “evento” não se esgote. A autora rebate a ideia de “destruição total” dos documentos de arquivo no que diz respeito ao conflito no Araguaia baseada na existência de uma “teia” de relações entre as instituições envolvidas no projeto de “desmantelamento” deste conflito.

arquivísticas baseadas em equívocos de ordem política, teórica, metodológica ou prática. (BELLOTTO, 2006, p.167).

Segundo a autora, a dispersão, no caso dos arquivos públicos/institucionais, pode ocorrer por:

- sequestro e confisco de documentos, em casos de guerras ou conflitos armados entre países ou entre facções divergentes no mesmo país, o que provoca a saída daqueles registros de seu domicílio legal para as novas sedes governamentais, mesmo em outro país;
- avanço indevido, nos casos de separação territorial de municípios, estados, províncias ou países, no sentido de que os novos municípios, estados, províncias ou países se apossam de documentos mais remotos do que os estabelecidos pela data-limite acordada entre as partes. Como é de consenso, eles teriam direito aos documentos de produção recente, cujo conteúdo seria indispensável às novas gestões;
- obediência a determinações superiores pontuais e circunstanciais de caráter político, ainda que contrárias às disposições legais ou à tradição vigente;
- acatamento de determinações legais correspondentes a situações de época, figurando mesmo em atos normativos de maior peso jurídico, como Constituição, estatutos e regimentos, significando obrigações e interesses de momento e discordantes das regras do direito e das metodologias da arquivística e da tradição histórica. (BELLOTTO, 2006, p. 168)

É interessante ressaltar que embora na definição proposta por Bellotto (2006) esteja presente a ideia de fracionamento do fundo (retirada de documentos de séries, séries de fundos, etc.) ao mesmo tempo podemos observar que as razões para a dispersão, elencadas pela autora, se assemelham àquelas associadas ao deslocamento de arquivos – guerras, processos de independência – já citadas.

Por outro lado, o termo arquivo deslocado, definido como “conjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia” (AAB, 1996, p.6) não transmite nem introduz a noção de fragmentação, presente em dispersão de fundos. Embora por meio dos textos analisados percebamos que deslocamentos também podem promover fragmentações.

Fica clara, então, a dificuldade de diferenciar com precisão estes termos (incluindo seus equivalentes), que apropriados de forma mais ampla aparentam remeter a uma série de eventos relacionados. Por outro lado, apresentam diferenças entre si podendo, inclusive, denotar um posicionamento político, como no caso do uso do termo “*expatriated archives*”, conforme explicado anteriormente.

Nesse sentido, consideramos necessário, para fins desta pesquisa, focada em arquivos pessoais, marcarmos o sentido a que nos referimos quando utilizamos o termo dispersão de

fundos. Do mesmo modo, esclarecer porque não utilizamos deslocamento de arquivos (ou fundos).

O uso de “deslocamento de arquivos” poderia transmitir equivocadamente uma ideia de mudança de custódia apenas (um fundo estaria originalmente reunido e teria sido removido de seu organismo de custódia para outro), se distanciando do objeto deste estudo. Já o termo dispersão traz mais clareza ao fenômeno que estudamos, ao expressar um processo desmembramento ou fragmentação.

Assim, com o termo dispersão de fundos (ou arquivos) estamos nos referindo a um “fundo original” (CUNHA, 2008, p.316) produzido e acumulado por determinada instituição ou pessoa, cujo conjunto foi fracionado e as partes foram direcionadas para instituições de custódia diferentes, podendo estas partes ganhar denominações variadas (coleção, acervo, ou até mesmo outro fundo/arquivo) em cada uma das entidades custodiadoras nas quais foram recebidas. No caso de acervos pessoais, foco deste trabalho, há de se considerar a vontade dos doadores, e suas escolhas, que podem apontar e revelar estratégias [de doação] mais ou menos conscientes.⁶⁶

1.3 DISPERSÃO DE FUNDOS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Embora não haja uma grande problematização deste assunto na literatura arquivística, encontramos alguns trabalhos em que pesquisadores tiveram de lidar com esta questão da dispersão na prática, na pesquisa e no tratamento de acervos, não apenas em arquivos institucionais, mas também em pessoais.

Em relação à dispersão em arquivos institucionais, podemos exemplificar o caso da Câmara de Porto Alegre, no período colonial, citado por Miranda:

Opções feitas no passado podem ter motivado a dispersão de fundos. O caso dos documentos produzidos/recebidos e acumulados pela Câmara de Porto Alegre no período colonial ilustra essa possibilidade. As câmaras municipais no período colonial exerciam funções administrativas, judiciais, policiais e fazendárias, daí o fato de seus acervos serem formados por uma diversidade de tipos documentais decorrentes dessas diversas atividades/funções. Hoje, esses documentos encontram-se dispersos por duas instituições distintas: os livros de registros e de transmissões do Primeiro e do Segundo Tabelionato, os livros de registro geral e os livros de registro de correspondência da Câmara

⁶⁶ Podemos ainda ponderar para fins deste debate, a fragmentação ocorrida entre o doador e a(s) instituição (ões) custodiadora (s), quando o primeiro retém parte dos documentos e entrega apenas outra parte do arquivo a uma entidade de sua escolha. Embora envolva um fracionamento do arquivo, talvez estejamos diante de faces diferentes de um mesmo fenômeno, a ser estudado.

encontram-se no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), já os livros de registros dos provimentos dos corregedores da comarca na vila de Porto Alegre e os livros de atas de vereança fazem parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal Moyses Vellinho. As razões dessa dispersão não estão claras; possivelmente relacionam-se, em parte, à lei de 1º de Outubro de 1828, que transformou as câmaras municipais em corporações com funções exclusivamente administrativas, subtraindo-lhes a jurisdição contenciosa, levando à separação dos arquivos de acordo com cada função. Hipótese, no entanto, que não explica a presença dos livros de registro da câmara no APERS. (MIRANDA, 2012, p.904)

Neste caso, um único órgão exercia diversas funções: administrativas, judiciais etc. O desmembramento dessas funções pode ter acarretado a dispersão documental, embora isto não esteja muito claro, de acordo com Miranda (2012). Ressaltamos neste exemplo o uso do termo dispersão associado à percepção da fragmentação do fundo da Câmara de Porto Alegre no período colonial e sua segmentação para diferentes locais de guarda, embora os motivos para tanto não estejam evidentes.

Outro caso em que foi detectada a dispersão documental ocorreu no “Fundo Arquivístico da Prelazia de Sant’Ana de Goiás”, que continha basicamente livros de batismos, casamentos e óbitos. Segundo Santos (2006, p.56) “parte do fundo” está localizada em Goiânia e na Cidade de Goiás, mas “difícilmente seria possível identificar integralmente a documentação produzida pela Prelazia de Sant’Ana de Goiás, mais tarde Diocese e Arquidiocese de Goiás”.

O autor cita algumas razões principais para a “perda e dispersão deste fundo documental” (SANTOS, 2006, p.56): “A transferência da Sede Episcopal de Goiás para Uberaba”, ocasionando perdas e descontrole da documentação; o “incêndio na Catedral de Sant’Ana”; a figura de “Frei Simão Dorvi”, que começou a organizar o fichário da Diocese de Goiás e “durante suas viagens como assessor do prelado coletava manuscritos [...] criava um centro documental particular, [...] constituído por documentos procedentes de cidades e instituições religiosas distintas”; e a “transferência da sede da Arquidiocese [de Goiás] para a cidade de Goiânia”, ocasionando um desmembramento dos documentos, já que nem todos tiveram o mesmo destino (SANTOS, 2006, p. 57-63).

O autor aponta que este “desmembramento [...] dificulta muito o acesso de pesquisadores aos documentos de seu interesse, especialmente por tratar-se de instituições distintas, com políticas de acesso distintas, apesar de ambas pertencerem a instituições de natureza clerical” (SANTOS, 2006, p. 68).

Assim, mudanças geográficas e reorganizações na própria estrutura da igreja provocaram desmembramentos da documentação. Além disso, intervenções que

desconheceram o princípio de respeito aos fundos contribuíram para dispersar o fundo dessa Prelazia. Neste exemplo, a dispersão aparece mais uma vez associada à fragmentação, que pode ter ocorrido em função de uma “estratégia” de organização ou de um entendimento equivocado sobre a natureza orgânica dos arquivos.

Estes dois casos de dispersão de arquivos institucionais demonstram que houve fragmentação dos arquivos e estão relacionados a causas assinaladas por Bellotto, como mudanças territoriais, “obediência a determinações superiores pontuais” e “acatamento de determinações legais correspondentes a situações de época” (BELLOTTO, 2006, p. 168).

No universo dos arquivos pessoais cada caso de dispersão pode apresentar suas próprias particularidades, pois estamos diante de situações em que o arbítrio dos doadores e as relações estabelecidas com as entidades custodiadoras podem ser bastante diversificadas. Ducrot denomina estes arquivos que sofreram fragmentação de “fundos lacunares” e sustenta que “O problema das lacunas se coloca com particular agudeza no caso dos arquivos privados, cujos fundos são menos protegidos e mais sujeitos à fragmentação que os arquivos públicos.” (DUCROT, 1998, p. 161). Prochasson confirma que “Nenhuma instituição de arquivo detém todos os arquivos de um político, de um escritor, de um artista ou de um sábio, a despeito da existência de lugares mais ou menos especializados na guarda de arquivos [...]” (1998, p.107-108).

Podemos citar um estudo sobre o acervo pessoal de Epifânio Dória, disperso entre três instituições com as quais possuía vínculos: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória. No caso de Dória, “bibliotecário, historiador e pesquisador por prática” (CAMPELLO, 2015, p.39), a dispersão entre as instituições citadas está relacionada à trajetória desse personagem e aos vínculos criados com estas instituições, que posteriormente se tornaram custodiadoras de partes de seu acervo. Campello, no entanto, concebe a integridade deste arquivo:

[...] Essa pequena introdução ao arquivo de Epifânio Dória aponta para a questão da fragmentação de arquivos. Assumimos que a natureza dos documentos dispersos não o exime do status de arquivo. Não é porque o arquivo de determinado indivíduo foi fragmentado após a sua morte que a descrição não possa ser feita. Foi o que ocorreu com o arquivo de Epifânio Dória, no entanto ele existe íntegro e indivisível no inventário cronológico apresentado, levando-se em conta que este não sofreu perdas devido intempéries, alienações ou desvios.

A autora do estudo criou um inventário cronológico reunindo intelectualmente as três partes dispersas daquilo que compreendeu ser um único fundo, que foi doado em “doses homeopáticas” pela família: “apesar de estar fisicamente fragmentado, trata-se de um arquivo

íntegro, preservado pela família e, posteriormente, pelas instituições de custódia que o receberam” (CAMPELLO, 2015, p.14, 40). Campello ainda aponta o papel determinante da família de Dória na decisão da doação, já que esta reconhecia a importância do titular e suas relações com tais entidades, e também possuía seus próprios laços com algumas delas. Por exemplo, a primeira leva de documentos foi doada pela neta de Dória ao Arquivo Público de Sergipe. Naquela época, ela era funcionária do Arquivo e intermediou a doação.

Lisboa (2018), embora tratando de coleções bibliográficas, também aborda o fenômeno da dispersão no contexto de coleções particulares de livros, e ressalta o papel da família:

Quando pretendemos saber que destino terá sido o desse grande acervo, entendemos a relação permanente entre coleção e dispersão. Como no caso dos reis mencionados, após cuja morte os livros partiram em várias direções, espalhados por familiares ou por instituições religiosas, não existe sinal da localização dos livros de D. Teodósio. Admitimos que não foram todos engolidos por calamidades da natureza, a mais importante das quais, no que diz respeito a livros, foi o terramoto de 1755. [...] O principal motivo de dispersão, no entanto, relaciona-se com as dinâmicas próprias das casas, as mudanças, as partilhas por morte, as doações, a alienação de bens. (LISBOA, 2018, p.9)

Nesse sentido, realçamos não apenas as relações dos titulares com as possíveis entidades custodiadoras que receberão seu arquivo, mas também a importância decisiva da interferência familiar neste processo, sobretudo quando a doação ocorre após a morte do titular.

Nos próximos capítulos analisaremos dispersões documentais envolvendo os arquivos do antropólogo Anthony Leeds e do ex-presidente Getúlio Vargas, visando deslindar razões, relações e percursos capazes de explicar a configuração desses acervos em suas respectivas instituições de custódia.

2 A FRAGMENTAÇÃO DE UM ARQUIVO MULTIFACETADO: ANTHONY LEEDS

No capítulo anterior, diferenciamos os conceitos de deslocamento e dispersão de arquivos. Este último, objeto de nossa pesquisa, é entendido como a fragmentação da totalidade de um arquivo, cujas partes são divididas entre diferentes instituições.

A fim de dar corpo a essa discussão, analisaremos os casos dos arquivos de Anthony Leeds e Getúlio Vargas e faremos considerações sobre cada caso, com base em pesquisas bibliográfica e documental, além de visitas a diversas instituições e entrevistas. Neste capítulo, trataremos de Anthony Leeds.

Anthony Leeds não foi apenas um antropólogo, mas um personagem multifacetado, que exerceu diversos papéis, em diferentes países, universidades e instituições, estabeleceu diversas conexões e relações que extrapolavam não só limites institucionais, mas fronteiras nacionais e internacionais, deixando valiosas contribuições intelectuais, sociais e culturais.

Este arquivo surgiu como um caso interessante a ser analisado ao descobrirmos que havia documentos do antropólogo na Casa de Oswaldo Cruz (RJ – Brasil), no National Anthropological Archives, Smithsonian Institution (Washington, EUA), uma pequena parcela no Museu da Maré e também no Peabody Museum de Harvard.

O arquivo também chama a atenção pela riqueza de seu conteúdo, embora o foco deste trabalho tenha sido investigar se os documentos custodiados pelas quatro instituições foram fruto da dispersão de um único arquivo. Antes de entrarmos nesta análise, precisamos conhecer um pouco sobre quem foi Anthony Leeds.

2.1 SOBRE ANTHONY LEEDS

Anthony Leeds foi um antropólogo norte-americano, que foi biografado por Timothy Sieber em um dos capítulos do livro *Cities, classes, and social order*, um compêndio de textos de autoria de Leeds, editado por Roger Sanjek. Entre os adjetivos que Sieber usa para descrevê-lo estão: intenso, intelectualmente pujante, empresário da crítica, incisivo, apaixonado, analista aguçado, comprometido com grupos de estudo, dono de um estilo aberto interpessoal, dono de uma vida ‘multifacetada e complexa’ (SIEBER, 1994, p.3 e 5, tradução nossa).

Leeds nasceu em Nova York em, 1925, e faleceu em 1989 em Vermont, EUA. Seus pais eram judeus, embora não fossem religiosos, e tinham suas origens na Alemanha (mãe) e Inglaterra (pai). Sieber comenta que essa forte influência familiar formou em Leeds um caráter multicultural e multilíngue. Embora seu pai tenha falecido quando Leeds tinha três anos, foi

uma referência como alguém que lutou pelas liberdades civis, como advogado. Sua mãe, atriz e tradutora, mudou-se para a Europa (Viena) após o falecimento do pai de Leeds, onde foi estudar psicanálise por quatro anos, levando com ela o filho ainda criança. Naquele tempo, Leeds estudou em um internato na Suíça e esteve exposto a diversos idiomas, aprendendo, além do inglês, o alemão e o francês. Posteriormente, aprendeu português e espanhol. Ainda compunham este círculo próximo de influências familiares, seu padrasto, que era músico, escultor, ativista político; seu avô paterno, escritor, economista e socialista, e seu irmão mais velho. (SIEBER, 1994, p.6).

Sieber chama a atenção para o fato de essas influências terem ajudado a forjar esse caráter cosmopolita, intelectual, amante das artes (tornou-se um poeta, tocava violoncelo, piano e gostava de fotografar também) e comprometido politicamente⁶⁷: *“Leeds also credited the remarkable cultural diversity and flux of his upbringing for propelling him on a lifelong search for discovery, as anthropologist and human being, to understand and incorporate new cultural meanings into his ever-evolving, complex self”*⁶⁸ (SIEBER, 1994, p.6).

O tempo em que Leeds morou e trabalhou em uma fazenda⁶⁹ no interior de Nova York, com sua família, dos dez aos 19 anos, contribuiu para sua compreensão da integração entre os setores urbanos e rurais. Ainda de acordo com este autor, Leeds não acreditava na oposição campo x cidade (SIEBER, 1994, p.4).

A formação acadêmica de Leeds aconteceu na Universidade da Columbia, onde se graduou em Antropologia, em 1949. Em 1957, concluiu seu doutorado sobre a política econômica de produção de cacau na Bahia. Ele foi fortemente influenciado e inspirado pelo marxismo. Lecionou por três anos na Universidade de Hofstra (1956-1959) e por dois anos no City College (1961-1962). Trabalhou também na Universidade do Texas⁷⁰(1963-1972), esteve

⁶⁷ Anthony Leeds, ao longo de sua vida, manifestou interesse em fazer a diferença onde vivia. Plantou árvores em um campo de trabalho, denunciou corrupção e abusos em uma escola estadual para doentes mentais na Pensilvânia, para jornalistas investigativos, e se posicionou em questões de guerras/paz, escrevendo a esse respeito. (SIEBER, 1994, p.19)

⁶⁸ “Leeds creditava a notável diversidade cultural e fluxo de sua educação como propulsores para uma vida perpétua de pesquisas por descobertas, como antropólogo e como ser humano, para entender e incorporar novos significados culturais em seu complexo ser sempre em evolução (crescimento)” (tradução nossa).

⁶⁹ Sua mãe havia comprado uma fazenda em 1935, em Clinton Corners, Nova York. Eles produziam ovos para compradores da própria região, e até mesmo para a cidade de Nova York, criavam porcos, vacas e plantavam algumas hortaliças. Sua mãe vendeu a fazenda em 1952. (DONAHUE, 2018, p.809)

⁷⁰ Sieber chama a atenção para a disponibilidade de Leeds orientar diversos alunos enquanto foi professor na Universidade do Texas, não apenas da própria faculdade, mas informalmente alunos de outras universidades, particularmente aqueles que “estavam à deriva em seus próprios departamentos”. Ele era um *“generous and demanding mentor [...] but none ever doubted that he cared deeply about their [students] work”* (generoso e exigente mentor [...] mas ninguém [nenhum de seus alunos] duvidava que ele se importava profundamente com seus trabalhos.). – (tradução nossa). (SIEBER, 1994, p.14)

ainda um ano na Universidade de Oxford⁷¹ (1972-1973) e finalizou sua carreira na Universidade de Boston (1973-1989).

Leeds casou-se duas vezes. Primeiro com a artista e professora Jo Alice Lowrey, com quem teve três filhos, e posteriormente com Elizabeth Plotkin Leeds, cientista política, com quem teve dois filhos.

Este professor, que possuía uma personalidade que cativava⁷² as pessoas ao seu redor, e gostava de trabalhar interdisciplinarmente, dedicou-se, entre muitas pesquisas, a estudar a sociedade complexa urbana, a integração entre os setores urbano e rural, favelas, carreiras brasileiras e estrutura social, cultura ecológica, filosofia e história da ciência social. Pesquisou também povos indígenas, emigração de trabalhadores portugueses na década de 1980, as relações entre natureza e cultura, entre outros temas.

Seu primeiro contato com o Brasil aconteceu em 1951-52, por meio do projeto Bahia-Columbia⁷³, cujo trabalho de campo e pesquisa resultaram em sua tese de doutorado. Posteriormente, entre as décadas de 1960 e 1970, Leeds aprofundou seus estudos sobre favelas e veio diversas vezes ao Brasil. Em 1966, ele passou a residir na favela do Jacarezinho. Nesse ano conheceu Elizabeth Leeds, “cientista política e especializada em movimentos políticos populares” (SIEBER, 1994, p.11).

Leeds chefiou o Programa de Desenvolvimento Urbano do Pan American Union⁷⁴, fez diversas incursões e estudos na América Latina e Brasil pesquisando sobre favelas. Estabeleceu seminários de pesquisa com o Peace Corps Volunteers (PCV), reunindo acadêmicos estrangeiros e brasileiros, estudantes estrangeiros que participavam do PCV, trabalhadores da comunidade local e moradores da favela, para discutir as condições das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

⁷¹ Depois de sair da Universidade do Texas, Leeds recebeu um Fulbright (programa de bolsa de estudos) para ensinar no Centro Latino Americano na Universidade de Oxford, e no Instituto de Estudos Latino Americanos na Universidade de Londres (SIEBER, 1994, p.12; DONAHUE, 2018, p.816-817)

⁷² Anthony Leeds participou, enquanto aluno, de diversos grupos de estudo, e manteve esta prática como professor e pesquisador. Sieber relata que Leeds era um participante entusiasmado e facilitador de grupos. (SIEBER, 1994, p.15).

⁷³ “[...] o convênio entre o estado da Bahia e a Universidade de Columbia, resultado em grande medida dos esforços do então secretário de Saúde e Educação da Bahia, Anísio Teixeira, contando também com o apoio financeiro do Viking Fund, do Social Science Research Council e da Doherty Foundation (WAGLEY; AZEVEDO; PINTO, 1950). O projeto de pesquisa, mais conhecido como Bahia-Columbia, contou com estudantes de pós-graduação, que, a partir dele, realizaram suas teses de doutoramento, e foi dirigido por Charles Wagley, Thales de Azevedo, então diretor da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia, e Luiz de Aguiar da Costa Pinto, caracterizando-se pelo estudo do tradicional e do moderno e pela comparação entre duas comunidades em cada lugar (CONSORTE,1999). Foi motivado pelo interesse no desenvolvimento econômico e social e examinou as perspectivas de mudança social e a inserção de novas tecnologias nas produções locais”. (LIMA; VIANA, 2018, p.774)

⁷⁴ Agência internacional, vinculada à Organização dos Estados Americanos, “voltada para a promoção do desenvolvimento dos países periféricos”. (VIANA, 2014, p.62)

Leeds lecionou no Museu Nacional, como professor visitante, um curso de antropologia urbana, em 1969, introduzindo na Ciência Social brasileira este conceito. Segundo Sieber, Leeds ofertou rica contribuição para o crescimento da antropologia urbana (SIEBER, 1994, p.4). Embora tivesse este vasto currículo, talvez não tenha sido tão reconhecido quanto deveria, no campo acadêmico, como sinaliza Silva:

Tony era, para nós todos, uma espécie de profeta, cujo carisma se fundava justamente em sua permanente recusa a sê-lo. E isso nunca me pareceu expressar modéstia, humildade ou timidez, apenas abertura intelectual e desinteresse por status. Estou convencido de que foi devido a esse modo de trabalhar as próprias questões, tão raro entre scholars de seu nível, que ele não se tornou academicamente tão reconhecido quanto, em minha opinião, deveria. (SILVA, 2015, p.20)

Ainda assim, esse “ilustre desconhecido” das novas gerações⁷⁵ (VALLADARES; LACERDA; GIRÃO, 2018, p.1027) influenciou e orientou jovens acadêmicos como Gilberto Velho⁷⁶, interessados em questões urbanas, em um momento em que a pesquisa de outros estudiosos norte-americanos no Museu Nacional estava focada exclusivamente em grupos indígenas do interior do país (SIEBER, 1994, p.13). Desta forma, ele:

[...] teve papel fundamental para formação de cientistas sociais no Museu Nacional [...]. Perguntou-se sobre as origens dos squatter settlements⁷⁷, fenômeno urbano por ele observado em diversos países da América Latina, embora com nomes diferentes em cada país – tugúrios, barriadas, calejones, favelas, etc. (VALLADARES; LACERDA; GIRÃO, 2018, p.1031).

Lima e Viana também acrescentam que:

Em nosso entendimento, o estudo da obra de Anthony Leeds a respeito da sociedade brasileira permite ampliar a compreensão das ciências sociais produzidas por antropólogos norte-americanos sobre o Brasil e a América

⁷⁵ Segundo Lícia Valladares, “exceção feita aos historiadores dedicados à questão urbana”. (VALLADARES; LACERDA; GIRÃO, 2018, p.1027)

⁷⁶ “Gilberto Velho obteve seu bacharelado em Ciências Sociais em 1968, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), iniciando seu mestrado no programa de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da mesma instituição no ano seguinte. Após obter seu título de mestre em 1970, Gilberto Velho realiza uma especialização em Antropologia Urbana e Sociedades Complexas no Departamento de Antropologia da Universidade do Texas, em Austin, durante o ano de 1971. No ano de 1975 conclui seu doutorado na Universidade de São Paulo. Ao longo de mais de 40 anos de carreira, Gilberto Velho ganhou diversos prêmios e ocupou posições de destaque nas instituições mais relevantes da área. Em 2012, era Professor Titular, Decano do Departamento de Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Ciências.” Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/gilbertovelho>. Acesso em: 21 ago. 2019.

⁷⁷ Viana explica o uso do termo “*squatter settlement*”: “Leeds usava esse termo por entender ser esta a melhor tradução em inglês para designar o fenômeno dos aglomerados urbanos. O termo era usado como uma categoria sociológica, que abrangia também tugúrios, barriadas, vilas miséria, *bidonvilles*, entre outros tipos de aglomerações de habitações de baixa renda”. (VIANA, 2014, p.110)

Latina durante as décadas de 1950 a 1970, colocando em relevo perspectivas críticas ao pensamento hegemônico norte-americano orientado por teorias como a da modernização e pelo recurso metodológico aos estudos de comunidade. (LIMA; VIANA, 2018, p.773)

Anthony Leeds não esteve à frente dessas pesquisas sozinho. Durante uma longa jornada, pôde contar com o apoio de Elizabeth Leeds, sua segunda esposa. Silva se refere a ela como “parceira de vida e obra” de Anthony Leeds, uma influenciadora em seu trabalho (SILVA, 2015, p.20). Ela foi coautora da obra *A sociologia do Brasil urbano*⁷⁸, além de diversos outros estudos sobre favela.

Elizabeth Leeds, também filha de pais judeus, nasceu nos Estados Unidos, em Boston. Seu pai era jornalista preocupado com questões raciais e trabalhistas, e sua mãe, depois que as filhas foram para a faculdade, começou a trabalhar como agente de saúde junto a pessoas idosas, em lugares carentes de Boston.

Elizabeth Leeds veio para o Brasil em 1965, através do Peace Corps⁷⁹, e trabalhou como voluntária em programas de saúde pública, na favela do Tuiuti, por um ano e meio, onde conheceu Anthony Leeds. Como voluntária, fazia visitas às casas, como parte de uma campanha contra tuberculose, e também aplicava vacinas contra poliomielite. Em 1966, ela e Leeds se casaram. Como cientista política, ela pesquisou diversos temas como: organização dos moradores de favelas, política pública de emigração em Portugal, segurança pública. Hoje ela é presidente de honra do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (LIMA; VIANA, 2018, p. 738, 746).

Além disso, Elizabeth Leeds, que compartilhava com Anthony Leeds não somente a vida, mas também as pesquisas, após o falecimento deste viu-se diante da possibilidade de dar destino ao arquivo do marido. A partir de suas percepções e relações, iniciou o processo de doação, que ocorreu em diferentes momentos e para diferentes entidades, de forma que trabalhos e vivências de Anthony Leeds (registrados nos seus documentos) não se perdessem, mas, ao contrário, pudessem ser conhecidos e pesquisados, servindo de base para outras tantas formas de conhecimento, olhares e experiências.

⁷⁸ Obra nascida a partir da iniciativa do ex-aluno de Anthony Leeds, Gilberto Velho (Leeds foi professor visitante no ano de 1969 do Curso de Antropologia Urbana do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional). (VIANA, 2014, p.23 e 135).

⁷⁹ “Peace Corps” (Corpo de Paz) é “uma agência governamental norte-americana, criada pelo presidente Kennedy no início do seu governo, com o objetivo de enviar voluntários ao então chamado Terceiro Mundo, para trabalhar em projetos de assistência comunitária, especialmente nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento agrícola.” (AZEVEDO, 1998, p.1)

2.2 DIFERENTES PARCELAS DE UM MESMO ARQUIVO

Para fins da compreensão do fenômeno da dispersão de fundos, vamos nos deter na análise dos conjuntos documentais de Anthony Leeds custodiados pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), Smithsonian Institution, Museu da Maré e Peabody Museum.

Em um curso na Casa de Oswaldo Cruz (Memória, Biografia e História⁸⁰), chegou ao nosso conhecimento que o arquivo de Anthony Leeds havia sido doado para a instituição, mas não de forma integral. Outra parte havia sido doada ao Smithsonian Institute, e também havia algumas fotos no Museu da Maré. Já quase ao fim desta pesquisa, a própria Elizabeth Leeds, em resposta a um questionário enviado por *e-mail*, informou ainda sobre uma doação (fotos e artefatos) para o Peabody Museum (Harvard), que não havíamos detectado inicialmente.

As informações obtidas nas aulas vieram ao encontro de nossa pesquisa de mestrado e nos atraíram para o universo de Leeds e de seus *papers*. Para a pesquisa, foi necessário aprofundar as primeiras informações, buscar conhecer a história arquivística do fundo Leeds e as relações pessoais/institucionais que envolveram esta trajetória. Para isto, um primeiro passo foi buscar investigar as instituições envolvidas neste processo.

2.2.1 As instituições

a) Smithsonian Institution – National Anthropological Archives (NAA)

O Smithsonian Institution (2019a) é um complexo de museus⁸¹ (19 ao todo), que envolve também educação e pesquisa (14 centros de educação e pesquisa) em diversas áreas do conhecimento (ciências, artes e humanidades), além de um zoológico nacional. Fica localizado em Washington, Estados Unidos. O instituto foi fundado em 1846, com recursos do cientista inglês James Smithson, com objetivo de desenvolver e difundir o conhecimento (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2019c).

O Smithsonian e seus museus recebem doações de acervos e também compram, fazem trocas e coletas de campo (SMITHSONIAN INSTITUTE ARCHIVES, 2019a). Mas deixam claro que estas novas aquisições devem estar de acordo com a linha de acervo de cada um dos museus. No caso de um interessado (pessoa física ou jurídica) em fazer uma doação ao

⁸⁰ Tratava-se de um curso livre, ministrado na COC nos meses de setembro e outubro de 2017.

⁸¹ De acordo com informações do próprio museu, o Smithsonian (2019a) é o maior complexo de museus e pesquisa do mundo.

Smithsonian, o diretor e os curadores do museu à qual a doação estaria endereçada, avaliam se o recebimento de tal acervo seria relevante ou não. De acordo com a própria instituição, como há uma rígida avaliação, somente uma pequena porcentagem daquilo que lhes é oferecido é aceito:

The Smithsonian acquires thousands of objects and specimens each year for its collection holdings through donation, bequest, purchase, exchange, and field collecting. The Institution accepts only items that truly fill a gap in the collections and then only after careful consideration by museum curators and directors. Because of this rigorous selection process, the Smithsonian adds to its collections only a tiny percentage of what it is offered. (SMITHSONIAN INSTITUTE ARCHIVES, 2019b).

Dentre os 19 museus do Smithsonian (2019a), há o National Museum of Natural History, possuidor de uma grande e variada coleção de objetos e arquivos que retratam a cultura, as artes e a tecnologia de povos do mundo desde a pré-história até a atualidade. Dentro desse Museu há diversos departamentos, dentre eles o de Antropologia⁸², que, além de desenvolver pesquisas, custodia três tipos de acervos: Object collections, National Anthropological Archives e Human Studies Film Archives.

É no National Anthropological Archives (NAA) (SMITHSONIAN, 2019a), que encontramos a coleção de documentos de Anthony Leeds. Este Arquivo recolhe e preserva materiais tanto sobre a história da Antropologia quanto objetos contemporâneos. Seu acervo inclui notas de campo, manuscritos, correspondências, fotografias etc., tanto de antropólogos do próprio Smithsonian (2019a) como de outros importantes estudiosos da área:

The National Anthropological Archives (NAA) collects and preserves historical and contemporary anthropological materials that document the world's cultures and the history of anthropology, including manuscripts, fieldnotes, correspondence, photographs, maps, sound recordings, film and video created by Smithsonian anthropologists and other preeminent scholars; records of anthropological organizations; 400,000 photographs, including some of the earliest images of indigenous people worldwide; and 20,000 works of native art, mainly North American, Asian, and Oceanic. (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2019a)

Assim, embora Anthony Leeds não tenha se relacionado diretamente com o Smithsonian Institution, em sua trajetória de vida, seu arquivo pessoal, isto é, o conjunto de documentos acumulados por ele ao longo da vida foi considerado compatível com o tipo de acervos

⁸² No Museu Nacional de História Natural também existem outros departamentos: Biologia, Entomologia, Zoologia (de vertebrados e invertebrados), Ciências Minerais e “Paleobiologia” (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2019a).

custodiados pelo National Anthropological Archives. Assim, o recebimento por essa instituição garantiu não somente a preservação e divulgação dos *papers*⁸³ de Anthony Leeds, mas a admissão de seu nome em um seleto grupo de pesquisadores de seu campo científico.

b) Casa de Oswaldo Cruz (COC) – Fiocruz

A Casa de Oswaldo Cruz (COC) é “a unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz dedicada à preservação da memória da Fiocruz e às atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil” (FIOCRUZ, 2019). A COC atua em diversas frentes, possui cursos de mestrado e doutorado, atividade editorial, mantém o Museu da Vida, atua na preservação do patrimônio arquitetônico, ambiental e urbanístico da Fiocruz. Além disto, é a custodiadora do acervo:

[...] mais expressivo do país sobre os processos políticos, sociais e culturais da saúde: fotografias, filmes, documentos, peças museológicas e depoimentos orais remontam ao fim do século 19, integrando o arquivo permanente da Fundação e os arquivos pessoais de cientistas e sanitaristas, entre eles Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Souza Araújo e Belisário Penna. (FIOCRUZ, 2019)

Quando a Casa de Oswaldo Cruz (COC)⁸⁴ foi fundada, em 1985, foi definido como um de seus objetivos: “Coordenar e desenvolver atividades de recuperação da memória e da pesquisa histórica, referente à Fundação Oswaldo Cruz e à saúde em nosso país” (FIOCRUZ/COC, 2007, p. 19)⁸⁵. Em 1987, o documento que instituiu a COC como uma unidade técnica da Fiocruz manteve o mesmo objetivo com relação à preservação de acervos relativos à saúde no país (FIOCRUZ/COC, 2013). Assim, o primeiro núcleo de documentos da COC se relacionava à preservação da memória institucional da Fiocruz. Com o tempo, outros projetos surgiram e foram incorporados ao acervo, arquivos de cientistas e personalidades no campo da saúde e ciências biomédicas do país.

⁸³ O instrumento de pesquisa do Smithsonian refere-se aos documentos de Leeds como *papers*, embora no campo de escopo de conteúdo do instrumento, identifique-o como uma coleção.

⁸⁴ Dentro da estrutura organizacional da COC, o Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) é o responsável por “reunir, organizar, referenciar, dar acesso e divulgar o acervo arquivístico permanente da Fiocruz e arquivos institucionais e pessoais sob sua guarda e responsabilidade” O DAD possui serviços de Arquivo Histórico, de Gestão, Conservação e Restauração de Documentos, além de assistência técnica do Sistema de Gestão de Documentos da Fiocruz. (FIOCRUZ/COC, 2007, p. 19).

⁸⁵ Ato da Presidência da Fiocruz 221/85 – Constitui a Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/ato_presidencia_221.pdf. Acesso em: 31 maio 2019.

Em 2013, a COC divulgou sua Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde (FIOCRUZ/COC, 2013). Na parte do documento que se refere à descrição da Política de Preservação e Gestão do Acervo Arquivístico, foram englobados, na missão de custódia da Casa, além dos acervos ligados diretamente à área das ciências médicas, aqueles que, apesar de oriundos de outras áreas, tivessem relação com a missão da instituição (FIOCRUZ, 2019)⁸⁶. O texto afirma: “Os arquivos institucionais e pessoais têm como parâmetros temáticos as ciências da vida – que envolvem as ciências da saúde, as ciências biomédicas, as ciências biológicas – e as ciências humanas e sociais alinhadas à missão institucional” (FIOCRUZ/COC, 2013, p.13).

Talvez já houvesse debates, em 2007, a respeito da expansão das linhas de acervo, pois foi o ano em que o arquivo de Anthony Leeds foi recebido. Embora Leeds não fosse médico nem sanitarista, seu arquivo é constituído por documentos relacionados à suas pesquisas sobre favelas, entendidas por ele como “estruturas dinâmicas de pessoas e capitais” (LIMA; VIANA, 2018, p.740), que podem favorecer estudos que giram em torno de políticas públicas de saúde e saneamento, movimentos sociais, moradias.

Ao custodiar o arquivo Leeds, a COC enriqueceu seu acervo, possibilitando pesquisas sobre favelas e sua organização nos anos 1960 e 1970. Conjuntamente, o trabalho de Anthony Leeds, suas pesquisas, o trabalho em que acreditava e desenvolvia, podem mais uma vez ser retomados e ressignificados através de um impulsionamento de outras pesquisas e investimentos feitos a partir de seu arquivo⁸⁷. Portanto, a entrada de seu arquivo (ainda que parte dele) na COC constitui igualmente uma valorização da importância dos trabalhos e pesquisas de Leeds, bem como uma ampliação de temas e possibilidades de pesquisas na própria instituição e por meio dela.

⁸⁶ A Fiocruz tem como missão: “Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.” (grifo nosso). (FIOCRUZ, 2019).

⁸⁷ Chamamos a atenção para eventos e trabalhos surgidos a partir da vinda de seu arquivo para a COC, como a dissertação de mestrado de Rachel de A. Viana que discute a contribuição de Leeds nas pesquisas em favelas e sua tese de doutorado, que explora dimensões do trabalho de campo desenvolvido pelo casal Leeds no Jacarezinho; a exposição “O Rio que se queria negar: as favelas do Rio de Janeiro no acervo de Anthony Leeds” ocorrida no Parque Municipal Natural do Gericinó em Nilópolis – RJ em 2014, e também no Museu da República entre setembro de 2015 e janeiro de 2016. Ainda em setembro de 2016 ocorreu um Seminário que leva o mesmo nome da exposição, também no Museu da República.

c) Museu da Maré

O Museu da Maré, localizado no município Rio de Janeiro, foi inaugurado em 2006 e tornou-se “o primeiro museu de favela brasileiro” (ARAÚJO, 2017, p. 940). Além disso, é um Museu comunitário, “pensado e construído por moradores e ex-moradores da área onde está localizado” (ARAÚJO, 2017, p. 940). O Museu da Maré nasceu no contexto de iniciativas do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), que se engaja em diversas ações para resgatar as memórias da região, tendo, inclusive, criado uma TV local (já extinta). Assim:

[...] o museu fica num galpão de 600 metros quadrados, cedido pela antiga Companhia Libra de Navegação, desativada há 25 anos. O espaço divide-se em galerias que tematizam diferentes "tempos" – casa, água, resistência, trabalho, criança, cotidiano, feira, festa, fé, medo e memória – e contam quase 70 anos de história através de fotografias, objetos e documentos. Este acervo foi, em boa parte, doado pelos próprios moradores, como a imagem de São Pedro, que enfeita o barco de pesca exposto na "seção água", doada pela filha do pescador Jaqueta, figura tradicional da localidade. (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p.38)

Além da exposição permanente que expressa os diferentes tempos da favela, o Museu desenvolve outras atividades, como contação de histórias, exposições itinerantes, realização de pesquisa em história oral, oficina de *ballet* etc. O Plano Museológico compreende “programa institucional, de acervos, de exposição, educativo cultural, de pesquisa e de divulgação da iniciativa” (MUSEU DA MARÉ, 2019a). O Museu da Maré possui o Arquivo Orosina Vieira⁸⁸, formado de “material variado sobre a história local, composto por fotografias, publicações, fitas de vídeo e áudio, jornais e mapas” (MUSEU DA MARÉ, 2019b).

O Museu recebeu fotos de Anthony Leeds, com imagens de localidades do bairro da Maré, como a Favela Nova Holanda. A doação de parte do acervo fotográfico de Anthony Leeds para um museu que tem como proposta esse tipo de resgate da memória é bastante significativo.

d) Peabody Museum – Harvard

O Peabody Museum faz parte da Universidade de Harvard, na cidade de Cambridge, estado de Massachusetts (EUA), e foi fundado em 1866, por um filantropo de nome George Peabody. O Museu possui coleções arqueológicas e etnográficas de todo o mundo, “*many of*

⁸⁸ De acordo com o *site* do Museu, Orosina Vieira é considerada “a primeira moradora da Maré” e teria chegado à região na década de 1940. (MUSEU DA MARÉ, 2019b).

which were acquired during the era of European and American expansion, exploration, and colonization”⁸⁹ (PEABODY MUSEUM, 2019).

De acordo com Watson, o Peabody não é apenas um Museu, mas um espaço de estudo e pesquisa. O Departamento de Antropologia se localiza dentro da instituição. Mais do que apenas compor o espaço, está no coração dos estudos e da proposta do Museu:

*Today the Peabody Museum building is dominated by two entities: the Department of Anthropology and the collections. In many important respects, the relationship between the two mirrors the changing relationship between university museums and academe. For some faculty-curators the collections remain vital to their research and teaching, and for others the collections are utilized mostly for teaching and graduate training. For many years, cultural anthropologists and historians maintained a distance from artifact collections. However, since the 1980s, cultural studies and a reengagement with “things,” borne in part by a rapprochement between archaeology and cultural anthropology, gave new vitality to a rather tired, but now more broadly defined, study of visual anthropology.*⁹⁰ (WATSON, 2001, p.12-13)

Fotos e artefatos que o antropólogo e professor acadêmico Anthony Leeds captou, como material de suas pesquisas de campo entre os índios Yaruro, na Venezuela, também ganharam espaço no Peabody Museum.

2.2.2 Buscando pistas sobre a história do arquivo Anthony Leeds

Para avançarmos em nossa pesquisa sobre a dispersão deste arquivo pessoal, um segundo passo foi visitar os *sites* do Smithsonian, da COC, do Museu da Maré e do Peabody Museum (Harvard) para investigar informações sobre a procedência e a história arquivística do arquivo de Leeds, custodiado por essas instituições. Nessa fase buscamos instrumentos de pesquisas, bases de acesso a informações, ou documentos (atas, relatórios etc.) que pudessem fornecer aquilo que buscávamos.⁹¹

⁸⁹“Muitas das quais foram adquiridas durante a era europeia e americana de expansão, exploração e colonização” (tradução nossa) (PEABODY MUSEUM, 2019).

⁹⁰ “Hoje a construção do Museu Peabody é dominada por duas entidades: o Departamento de Antropologia e as coleções. Em muitos aspectos importantes, a relação entre os dois espelha a mudança no relacionamento entre universidades, museus e academias. Para alguns professores-curadores, as coleções permanecem vitais para a pesquisa e ensino, e para outros, as coleções são utilizadas mais para o ensino e treinamento de pós-graduação. Por muitos anos, antropólogos culturais e historiadores mantiveram distância das coleções de artefatos. No entanto, desde os anos 1980, estudos culturais e um reengajamento com “coisas” que surgiram em parte através de uma reaproximação entre a arqueologia e a antropologia cultural deram uma nova vitalidade para um estudo visual da antropologia, bastante cansado, mas agora mais largamente definido.” (tradução nossa)

⁹¹ É preciso relembrar o valor dos instrumentos de pesquisa, que são importantes fontes de consulta, pois podem apontar a “história arquivística”, a existência de “fontes relacionadas” (indicação de outros locais onde podemos encontrar documentos do titular) e a procedência dos fundos, fornecendo pistas para o pesquisador compreender

a) Smithsonian Institution – National Anthropological Archive (NAA)

Quando iniciamos nossa pesquisa, no final de 2017, buscamos pelo nome de Anthony Leeds na Web, e nos foi retornado um “*finding aid*”⁹² de seu arquivo no Smithsonian Institution, o *Register to the Papers of Anthony Leeds, 1947-89*, em cujas informações nos baseamos para realizar esta pesquisa. O instrumento data de 2012 e se assemelha a um inventário. Ele apresenta os seguintes campos: “*biographical note, chronology, selected bibliography, scope and content note, restrictions on access, restrictions on use, extent, provenance, related collections, processing note, series description and container list*”.

Em 2019, em uma nova pesquisa à Web, não foi possível encontrar este instrumento disponível⁹³. Apesar disso, o Smithsonian Institution disponibiliza, dentro do *site* do Departamento de Antropologia do National Museum of Natural History, uma página de buscas (Collections Search Center)⁹⁴ (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2019b), que nos permite realizar pesquisas nos acervos do National Anthropological Archive (NAA). Através dessa busca, chegamos ao “*online finding aid*” do acervo de Leeds. Nele, os campos de descrição são um pouco diferentes: *creator, correspondent, physical description, culture, type, place, date, notes, organization, summary, cite as, repositor Loc* [localização], *topic, data source, edan-url* (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2019b). Esta versão *on-line* não apresenta todos os campos de descrição do primeiro instrumento, assemelhando-se mais a um guia⁹⁵.

a formação do conjunto documental. Outros documentos que nos ajudam são as atas, estatutos, documentos que, geralmente, fornecem informações a respeito da missão da instituição, das decisões em torno da formação dos acervos, etc.

⁹² De acordo com o Multilingual Archival Terminology (ICA, 2019), *Finding aid* significa “1. *A tool that facilitates discovery of information within a collection of records.* 2. *A description of records that gives the repository physical and intellectual control over the materials and that assists users to gain access to and understand the materials.*” 1. Uma ferramenta que facilita a descoberta da informação dentro de uma coleção de arquivos. 2. Uma descrição de arquivos que permite controle físico e intelectual dos materiais do repositório e que auxilia usuários a acessar e a entender os materiais. (tradução nossa). Entendemos o *Finding aid* como um equivalente aos nossos “Instrumentos de Descrição e Pesquisa”. Ou seja, *Finding aid* é um instrumento de pesquisa do arquivo. Pode ter informações mais gerais, como um guia, ou descrever documentos de forma mais analítica, chegando aos dossiês ou itens, como um inventário.

⁹³ Entendemos, com este processo, que a instituição atualizou seu *site* e sua forma de disponibilizar informações. Já há, inclusive, acervos digitalizados e disponíveis para a pesquisa *on-line*, embora não seja o caso dos documentos de Leeds.

⁹⁴ “*The Smithsonian Collections Search Center is an online catalog containing most of Smithsonian major collections from our museums, archives, libraries, and research units*”. (O Centro de Pesquisas em coleções do Smithsonian é um catálogo *on-line*, que contém a maioria das principais coleções de nossos museus, arquivos, bibliotecas e unidades de pesquisa (tradução nossa). (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2019b)

⁹⁵ “O guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo. No guia deverão constar todos os dados básicos necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas — tais como o endereço da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc. — até as informações específicas sobre o acervo, como, por exemplo, os fundos e as coleções que ele possui, seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc.” (LOPEZ, 2002, p.23).

Assim, por ser mais completo, nos baseamos na primeira versão do instrumento⁹⁶, que segue um modelo de descrição bem próximo ao proposto pela General International Standard Archival Description-ISAD-G⁹⁷, em termos de campos de descrição, e se assemelha mais a um inventário⁹⁸. Além disso, este instrumento ainda fornece dados dos conteúdos das séries (*description and container list*), que não é possível conhecer pelo *online finding aid*.

Este instrumento foi muito importante para conhecermos a parte do arquivo de Anthony Leeds custodiada pelo National Anthropological Archive (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2019b), cujos documentos não estão disponíveis *on-line*.⁹⁹ Destacamos os campos “*provenance*”¹⁰⁰ (proveniência), “*scope and content note*” (âmbito e conteúdo), “*related collections*”¹⁰¹ e as descrições das séries e listagem de seus conteúdos.

O campo “*provenance*” informou que a documentação de Leeds foi doada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Colúmbia. O campo “*scope and content note*” nos leva a conhecer um pouco sobre o conteúdo deste conjunto documental custodiado pelo Smithsonian Institution:

This collection is comprised of the professional papers of Anthony Leeds, anthropologist, and university professor. [...] The materials in this collection reflect Leeds's field work in South America and Portugal, his role as a university professor, and his extensive involvement in various professional organizations. The majority of his anthropological endeavors focused on urban culture, the growth of technology and agriculture in society, and the

⁹⁶ Foi possível, à época, baixar este instrumento de pesquisa em uma versão pdf.

⁹⁷ Norma geral internacional de descrição arquivística. A Norma foi publicada em 1994 e revisada em 1999. A proposta da Isad-G é fornecer padrões gerais que sirvam para “identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos” (CIA, 2000, p.11).

⁹⁸ “Os inventários são, pela ordem hierárquica dos níveis da classificação, os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia. Eles buscam oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação. Ao contrário do guia, os inventários devem, necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística.” (LOPEZ, 2002, p.29).

⁹⁹ São 32 caixas-arquivo (e mais duas caixas de cartões [postais?]).

¹⁰⁰ Destacamos duas definições para o termo “*Provenance*”: “*The relationship between records and the organizations or individuals that created, accumulated and/or maintained and used them in the conduct of personal or corporate activity.*” (ICA, 1999, p. 11) e “*The origin or source of something. – 2. Information regarding the origins, custody, and ownership of an item or collection.*” (ICA, 2018). Por estas definições serem abrangentes, tanto podem dar margem para compreensão de “*provenance*” como “entidade produtora”, como para interpretar esta “*origin*”, como a fonte doadora do arquivo. Neste caso, não estaríamos mais falando de proveniência, mas sim procedência, que de acordo com o Dibrate significa “Termo em geral empregado para designar a origem mais imediata do arquivo quando se trata de entrada de documentos efetuada por entidade diversa daquela que o gerou. Conceito distinto do de proveniência.” (BRASIL, 2005, p. 137). Se Anthony Leeds foi o produtor do arquivo em questão, o que podemos deduzir é que a instituição (NAA) considerou a Columbia University como a doadora (procedência), embora apareça no campo “*provenance*”.

¹⁰¹ Este campo do instrumento de pesquisa faz uma remissiva ao arquivo de Marvin Harris, também custodiado pelo National Anthropological Archives, com quem Leeds mantinha correspondências. O instrumento não menciona a existência dos documentos da COC. Pelo fato de sua doação ter sido anterior, talvez haja desconhecimento desta doação fragmentada.

*philosophy behind anthropology and the social sciences. The items in this collection document Leeds' various interests and activities. (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2012, p.7)*¹⁰²

A coleção “Anthony Leeds, 1974-89”, conforme designação do inventário do Smithsonian, está arranjada em sete séries: 1. “*correspondence – 1950-89*” (quatro subséries: *letters sent, letters received, university correspondence, graduate work correspondence*); 2. “*Research – 1954-89*” (não há subséries); 3. “*Field Work - 1951-1958*” (duas subséries: *Cacao Zone, Yaruro*); 4. “*University – 1947-1989*” (duas subséries: *Student Files, Teaching Files*); 5. “*Professional Activities – 1951-88*” (duas subséries: *General, Society for urban anthropology*); 6. “Personal – 1946-89” (três subséries: *Biographical Files, Poetry, Calendars*); 7. “*Photo álbum. Circa –1952 – restricted*” (não há subséries). A data limite desta coleção é 1946-1989.

Nesta coleção, há indícios da trajetória acadêmica de Leeds. Na série 3. “*Field Work*”, existem apontamentos, rascunhos e diários que o “estudante” Leeds desenvolveu no Brasil, em razão de sua tese sobre a zona do cacau, na Bahia. Há, na série 4, documentos que se referem a Leeds na Columbia University, que, de acordo com Donahue, foi “*a vital part of Leeds's intellectual development*”¹⁰³ (DONAHUE, 2018, p.809). Há também documentos muito interessantes, como poesias, que revelam características do pesquisador e do indivíduo Anthony Leeds. Sieger relata que “*Leeds's poetry was an integral part of his attempt to understand and articulate the nature of complex social and cultural systems, their connection with lived culture, and his own place as anthropologist and human being within them*”¹⁰⁴ (SIEBER, 1994, p.21).

Este instrumento nos informa a procedência do arquivo e os documentos custodiados, que se referem a várias pesquisas desenvolvidas tanto no Brasil quanto na América Latina, Portugal, Boston etc. A descrição das séries também revela nomes de pessoas com as quais Leeds se correspondia, locais e temas trabalhados por ele. Este acervo apresenta documentos produzidos e acumulados por Leeds ao longo de sua vida, contendo seus apontamentos, notas de campo, projetos de pesquisas, pensamentos, relacionamentos (possíveis de serem conhecidos

¹⁰²“Esta coleção é composta pelos materiais profissionais de Anthony Leeds, antropólogo e professor universitário. O material nesta coleção reflete o trabalho de campo de Leeds na América do Sul e Portugal, seu papel como professor universitário, e seu vasto envolvimento em diversas organizações profissionais. A maioria do seu esforço antropológico é focado na cultura urbana, ao crescimento da tecnologia e agricultura na sociedade, e à filosofia por trás da antropologia e das ciências sociais. Os itens nessa coleção documentam vários interesses e atividades de Leeds”. (tradução nossa)

¹⁰³ Parte vital do desenvolvimento intelectual de Leeds (tradução nossa).

¹⁰⁴ A poesia de Leeds era uma parte integral de sua tentativa de entender e articular a natureza de sistemas sociais e culturais complexos, sua conexão com a cultura vivida, e seu próprio lugar como antropólogo e ser humano dentro deles (tradução nossa).

por meio das correspondências), além de poemas escritos por este personagem que se aventurava além da Antropologia.

b) Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Quanto à parte do arquivo pessoal de Anthony Leeds custodiada pela Casa de Oswaldo Cruz, nosso primeiro contato foi por meio da Base Arch¹⁰⁵:

A Base Arch é o repositório de informações sobre o acervo arquivístico permanente da Fundação Oswaldo Cruz, representativo da história das ciências biomédicas e da saúde no Brasil. A pesquisa na base apresenta diversos níveis de descrição nos fundos e coleções sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. Estão reunidos documentos institucionais e pessoais, dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro, audiovisual, micrográfico e eletrônico, que abrangem o período de 1756 até os dias atuais. O sistema utilizado é o AtoM, desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos, e customizado pela Casa de Oswaldo Cruz de acordo com normas nacionais e internacionais de descrição arquivística. [...] Funcionando em ambiente web, é uma aplicação de código aberto, destinada à descrição normalizada em arquivos permanentes, permitindo um acesso multilíngue numa organização com múltiplos repositórios integrados. (FIOCRUZ/COC, 2019)

A Base Arch apresenta os campos de descrição conforme a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) (CONARQ, 2006)¹⁰⁶. É possível conhecer o arranjo do arquivo desde os grupos até os dossiês. Algumas fotografias de seu acervo estão disponíveis *on-line* na Base e o inventário também pode ser baixado em pdf. Para acessar os demais documentos, a pesquisa deve ser agendada e feita presencialmente.

São estes os grupos do fundo Anthony Leeds na COC – a) Docência e Pesquisa (DP), b) Relações Interinstitucionais e Intergrupos (RI), e c) Vida Pessoal (VP):

- a) o grupo Docência e Pesquisa, o maior deles, se divide em Programação da Pesquisa, Leitura de Interesse Profissional, Divulgação de Resultados, Intercâmbio Científico-Cultural, Realização de Aulas e Cursos e Registros Visuais do Trabalho de Campo;

¹⁰⁵ Por meio da Base também é possível baixar o inventário do arquivo de Anthony Leeds em pdf.

¹⁰⁶ É importante ressaltar que a Nobrade também considera os princípios de respeito aos fundos e a descrição multinível, assim como a ISAD-G. Ainda se assemelha aos campos de descrição da norma geral internacional. A diferença é que a Nobrade possui a mais uma área (área de pontos de acesso e indexação de assuntos) e dois elementos de descrição (6.1 Notas sobre conservação e 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos) (CONARQ, 2006, p. 18).

A configuração da Base Arch aproxima-se dos campos encontrados no primeiro instrumento (*Finding aid* – “inventário”) pesquisado no Smithsonian em termos de apresentação do conjunto documental de Leeds.

- b) o grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos divide-se em Administração Institucional em Missões Oficiais e Participação em Comitês;
- c) já o grupo Vida Pessoal subdivide-se em Relações de Sociabilidade, Organização Financeira, Documentos Pessoais e Leituras de interesse pessoal. A data limite do arquivo é de 1886-1989.

Outra Área fundamental para nossa pesquisa, também preenchida na Base Arch, é a de Fontes Relacionadas, que informa tanto a existência de outra parcela do arquivo Leeds no Smithsonian (campo Existência e Localização dos originais), quanto faz referência à dissertação de Rachel Viana (campo Nota de Publicação), pesquisadora e uma das organizadoras deste conjunto documental, cujo trabalho teve grande importância para o desenvolvimento de nossa pesquisa¹⁰⁷.

A Base Arch também informa o conteúdo do arquivo (Área de conteúdo e estrutura/Âmbito e conteúdo):

Reúne cartas, telegramas, memorandos, convites, artigos científicos, discursos, apontamentos, teses, dissertações, projetos, fotografias, mapas, plantas, relatórios de atividades, informativos, entrevistas, programas de eventos, atas de reunião, recortes de jornais e revistas, entre outros documentos referentes à trajetória das pesquisas desenvolvidas pelo titular e sua mulher, no Brasil e na América Latina, cujas temáticas abrangeram as ocupações urbanas desordenadas e marginalizadas – favelas, vilas, tugúrios e barriadas –, as políticas habitacionais da região nas décadas de 1960 a 1980, e a atuação dos movimentos sociais e dos órgãos governamentais e não governamentais em favelas e outras formas de habitação popular no Brasil. (FIOCRUZ/COC, 2019)

Além de nos ter fornecido fontes bibliográficas que enriqueceram a pesquisa e ter remetido ao acervo do Smithsonian, a pesquisa na Base nos ofereceu um panorama do fundo Anthony Leeds na COC, composto de documentos referentes aos trabalhos desenvolvidos pelo antropólogo no Brasil e na América Latina, envolvendo a temática de favelas.

c) Museu da Maré

O Museu da Maré possui um *site* no qual é possível acessar informações sobre o Museu, conhecer sua história e também pesquisar imagens já digitalizadas, além de realizar pesquisas

¹⁰⁷ A dissertação de Viana apresenta dados tanto sobre a parte do arquivo custodiado pela COC quanto pelo Smithsonian, e a autora, em diversos momentos, mostra a ligação entre documentos destas duas partes do arquivo, dispersas entre essas duas instituições. Comentaremos mais sobre isso na próxima seção.

por palavras-chave (MUSEU DA MARÉ, 2019c). No entanto, dentre as fotos digitalizadas, não encontramos referências diretas a Leeds, nem a doação deste acervo. Em algumas das fotos aparece a mensagem “Fonte: Rede Memória da Maré - CEASM” e em outras aparece adicionada a informação “Origem”, entre elas, “Arquivo Nacional” e “Caixa Econômica Federal”.¹⁰⁸

As informações sobre o acervo doado para a entidade foram obtidas através de *e-mail*, com um dos fundadores do Museu da Maré, Antônio Carlos Pinto Vieira:

A Rede Memória da Maré do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré recebeu a doação de cinco fotos de Elizabeth Leeds, que retratavam a Favela da Maré. A doação aconteceu no ano de 1999. Recebemos as fotos originais e não os negativos. Esse foi o único material pertencente a Anthony Leeds que recebemos. Com a criação do Museu da Maré, estas fotos foram integradas ao acervo do Museu, no “Arquivo Orosina Vieira”. Essas fotos foram utilizadas para a confecção da coleção de cartões postais, feitos pela Rede Memória. Quatro delas estão expostas na exposição de longa duração do Museu da Maré; três no Tempo da Água, e uma no Tempo do Medo. A foto que mostra as pontes foi impressa num grande *banner* que ficou exposto na fachada do Museu, e três delas foram reproduzidas em *banners* para a exposição itinerante do Museu. Também aparecem em vídeos sobre a Maré e integraram a Exposição a Força da Maré, realizada em 2005, no Museu da República. As fotos foram catalogadas no acervo fotográfico e possuem uma ficha de catalogação, que nesse momento não sei se encontram-se acessíveis. As fotos podem ser vistas e estão facilmente acessíveis no arquivo do Museu.¹⁰⁹

As fotos são descritas pelo Museu da seguinte forma:

Pontes – foto em PB, com 18 x 24 cm – Mostram diversos barracos sobre palafitas, com moradores, tendo em primeiro plano o sistema de pontes que dão acesso a estas casas.

Palafitas – foto em PB, com 18 x 24 cm – Mostra casas construídas sobre palafitas. A maré baixa expõe a lama e resíduos e objetos sobre essa lama.

Palafita com banheiro – foto em PB, com 18 x 24 – Mostra um barraco bastante precário, construído no limite com a água, com um banheiro externo. Ao fundo, aparece o Morro do Timbáu, demonstrando que a foto foi tirada da Baixa do Sapateiro.

Beco – foto em PB, com 18 x 24 cm – Foto de um muro, com um beco de acesso a casas. Na foto aparecem algumas roupas estendidas.

¹⁰⁸ Quando realizada busca pelo nome “Leeds” no campo “Pesquisa”, é disponibilizado um pequeno artigo “1950 - Surgem as primeiras moradias do Parque da Maré”, em cujo fechamento há uma referência ao antropólogo: “Crianças sobre as pontes do Parque Maré. Década de 60. Anthony Leeds. Acervo Particular.” Mas não há outros dados, nem a foto aparece vinculada a informação. Disponível em: http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=129:1950&catid=58:historia-da-mare&Itemid=152 Acesso 21 Nov. 2019

¹⁰⁹ Informações enviadas pelo sr. Antônio Vieira, via *e-mail*, a esta pesquisadora.

Crianças – Foto em PB, com 18 x 24 cm – Foto de crianças de várias idades, que posam para a foto, inclusive com um carrinho de madeira. Elas estão sobre uma ponte de madeira e ao fundo aparece uma casa e um beco.

Vieira também afirmou que disponibilizou as fotos para serem copiadas e integradas à coleção doada à Casa de Oswaldo Cruz, de forma a complementar o acervo da instituição, com a única ressalva de que sua origem, o Arquivo Orosina Vieira do Museu da Maré, seja referenciada.

d) Peabody Museum de Harvard

O Museu Peabody, além das coleções museológicas, apresenta coleções de arquivos, que “*contain photographs, documents, papers, and records of enduring value that were created or collected by the Museum, its individual affiliates, or other related entities.*” (PEABODY MUSEUM, 2019)¹¹⁰

As coleções custodiadas pelo Museu podem ser buscadas por tipo, por área ou por meio de uma busca na base do Museu, “*Collections online*” (PEABODY MUSEUM, 2019). A busca por “Tipo” se divide em: “*archaeology; ethnography; osteology; and painting, drawing, and prints*”. A busca por “Área” apresenta os diferentes continentes de onde as coleções são oriundas: *North, Central, and South America, and the Oceania (Pacific Islands)* e na *Collections online*, pode ser feita uma busca direta por termos. (PEABODY MUSEUM, 2019).

No Peabody constam fotos e materiais de pesquisa de Anthony Leeds, relacionados à cultura dos índios Yaruro, da Venezuela. Por meio do “*Collections online*” (PEABODY MUSEUM, 2019), é possível resgatar o conjunto de fotos e as imagens dos objetos que pertenceram a Anthony Leeds. Ao digitarmos o nome “Anthony Leeds”, são retornadas as fotos digitalizadas e suas respectivas descrições. Leeds aparece no campo “artista” das fotos. Estas estão descritas individualmente, e em cada uma delas consta uma breve descrição: data (o tipo de data não é especificado), Geografia/ proveniência (este campo não está relacionado ao conceito arquivístico, e sim, ao local onde a foto foi tirada, ou ao local original do objeto), doador (Elizabeth Leeds aparece como a doadora), dimensões, um número de identificação (notação), entre outros dados. No caso dos artefatos (cestos, utensílios dos Yaruro), o campo *provenance* se divide em “doador”, Elizabeth Leeds e “coleccionador”, Anthony Leeds.

¹¹⁰ “[...] contém fotografias, documentos, papéis e registros de valor duradouro, que foram criados ou colecionados pelo Museu e seus afiliados, ou outras entidades relacionadas”. (tradução nossa)

Não há um *finding aid* (instrumento de pesquisa) específico para descrever esta coleção. Os materiais de Leeds aparecem descritos individualmente.

2.3 UM ARQUIVO, DIFERENTES INSTITUIÇÕES

Anthony Leeds foi um personagem de atuações e vivências diversificadas: era professor, antropólogo, pesquisador, um agregador de pessoas e alunos, uma pessoa carismática e intensa. Ao menos estes são os relatos daqueles que tiveram contato com Leeds e escreveram sobre ele, como Sieber (1994), Valladares, Lacerda e Girão (2018) e Silva (2015).

Seu arquivo pessoal, ou seja, os documentos produzidos e acumulados por Leeds no decorrer de sua vida, espelham, em alguma medida, sua trajetória multifacetada. Isto não quer dizer que seu arquivo seja o “reflexo total”¹¹¹ de suas vivências e experiências, funções e atividades ou das relações estabelecidas institucionalmente e em sua vida privada. Mas, ainda assim, podemos afirmar que seu acervo documenta parcelas de sua vida.

Além das informações que um arquivo pessoal pode ofertar sobre um personagem, ele ainda pode ser percebido como fonte de informação acerca das relações (institucionais e pessoais) e percursos que envolvem a história do próprio arquivo. Ao olharmos o arquivo pessoal de determinado titular como objeto de pesquisa, buscamos entender as questões que promoveram ou que contribuíram para sua dispersão. No caso de Leeds, a personagem central na destinação do arquivo foi sua esposa e parceira de pesquisas, Elizabeth Leeds. Na outra ponta, como destino destas doações, temos as quatro instituições mencionadas¹¹².

¹¹¹ Heymann adverte que assumir a equivalência entre trajetória de um personagem e seu arquivo “reforça a ilusão de uma acumulação contínua e ‘natural’, paralela e concomitante ao exercício de atividades, encobrindo seleções, lacunas, reordenamentos e reutilizações dos registros [...]”. A autora chama a atenção para a importância de considerar os arquivos como ‘investimentos sociais’ e não apenas como produtos ‘naturais’ da trajetória dos indivíduos”. (HEYMANN, 2009a, p.55)

¹¹² Gostaríamos de ressaltar que nem todos os conjuntos documentais que levam o nome de Anthony Leeds são fruto da dispersão de seu arquivo pessoal. Para averiguar se estávamos diante de um caso de dispersão foi necessário fazer um levantamento de instituições que pudessem ter documentos de Leeds (independente da nomenclatura dada a estes conjuntos, fossem coleções ou arquivos).

Este primeiro levantamento foi feito via internet (no Google, usando o nome de Anthony Leeds). Em um segundo momento, foi necessário investigar a história arquivística do acervo, sua constituição, de forma a compreender sua trajetória e origem, se oriundo de uma doação da família detentora de seu arquivo pessoal, ou se aquele conjunto de documentos dizia respeito a outro tipo de formação. No caso de Leeds, esta pesquisa nos levou a uma coleção que leva seu nome, custodiada pela Universidade do Texas [coleção “Anthony Leeds (1931-1971)”, onde Leeds trabalhou de 1963 a 1972, e que **não** configura dispersão de seu arquivo pessoal.

Essa coleção contém “theses, reports, and papers written and collected by Leeds, as well as papers submitted to Leeds during his time teaching at the University of Texas at Austin. These papers concern anthropology and history of Austin and other cities in Texas. The collection also contains printed material and photographs pertaining to the Texas Rose Festivals in the 1940s, late 1960s, and early 1970s, as well as a letter from Sugiyama Iutaka, Visiting Associate Professor of Anthropology to Mr. M Dale Barker in 1965 and a tutorial

Um primeiro aspecto que gostaríamos de ressaltar, em relação à compreensão da fragmentação do arquivo de Anthony Leeds, está na necessidade de a pesquisa ir além dos campos de descrição dos instrumentos de pesquisas das instituições envolvidas. Isto porque questões básicas, como diferenças na aplicação e compreensão de conceitos arquivísticos em línguas diferentes, ausências ou incorreções de informações nesses instrumentos podem provocar conclusões equivocadas.

Se baseássemos nossa análise apenas nestas informações, poderíamos talvez não encontrar todas as instituições envolvidas ou inferir não haver relação entre algumas partes dispersas do arquivo de Anthony Leeds. Por exemplo, a Base Arch (FIOCRUZ/COC, 2019) define o acervo de Leeds como um fundo, e indica que a doação foi feita Elizabeth Leeds.

Já o *finding aid* do NAA (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2012) define seu acervo como uma *collection*, e afirma que esta foi doada pela Universidade de Colúmbia. Nesse sentido, poderíamos questionar: trata-se de partes do mesmo conjunto, ainda que de procedências distintas e apresentando uma configuração aparentemente diferente (um sendo arquivo, e o outro coleção)?

Quanto ao Museu da Maré, não encontramos referências sobre a existência de um acervo de Leeds, nem no *site* do próprio Museu, nem em outras instituições. E em nenhuma das instituições há referências ao Peabody Museum.

Então, além de consultar o instrumento de pesquisa do NAA, a Base Arch da COC, e o *site* do Museu da Maré, foi importante realizarmos pesquisas no próprio acervo da COC (COC/FIOCRUZ, 2019), além de fazermos entrevistas com pessoas, que não apenas se envolveram na organização do arquivo Leeds na COC, mas que estiveram em contato com Elizabeth Leeds. Neste caso, entrevistamos a cientista social e pesquisadora Rachel Viana¹¹³,

on family studies from an exam for "Introduction to Social Science" with Dr. Leeds.” Disponível em: <https://legacy.lib.utexas.edu/taro/utcah/03879/cah-03879.html#a0>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Enviamos *e-mail* à Universidade do Texas, ao Briscoe Center of American History, que nos informou que esta coleção foi doada pelo Professor Thomas F. Glick, em 1993. Glick e Leeds foram colegas tanto na Universidade do Texas quanto na Universidade de Boston. De acordo com o Briscoe Center, quando o Professor Glick doou seu arquivo pessoal, ele doou juntamente papéis relacionados a Anthony Leeds. Segue o relato da formação desta coleção, de acordo com a arquivista de referência de Briscoe: “*In the correspondence, our archivists told him [Professor Glick] that they thought they would catalog them [os documentos de Leeds] individually as part of our library materials. However, it looks like they were instead turned into an archival collection called the Anthony Leeds Papers since it's a collection of anthropological reports done by Leeds and his students in his class. [...] He [Professor Glick] just donated a small collection of anthropological reports that we later named the Leeds Collection*”. (Como dito anteriormente, estas informações foram concedidas via *e-mail*).

Assim, compreendemos que, embora a o Professor Glick tenha doado estes papéis juntamente com o seu arquivo pessoal, os arquivistas e profissionais do Briscoe Center entenderam que seria mais adequado tratar separadamente estes documentos, formando a coleção Anthony Leeds.

¹¹³ Rachel de Almeida Viana, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (2019), “possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2003), mestrado em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (2014) e especialização em História

que foi assistente na organização do acervo de Leeds na COC e Ana Luce Girão Soares de Lima¹¹⁴, historiadora e pesquisadora da COC, que foi coordenadora técnica da organização e tratamento de seu acervo documental.

Além disso, cotejamos bibliografia que trata da vida e obra de Leeds. Por fim, enviamos um questionário para Elizabeth Leeds, que gentilmente forneceu informações, a fim de esclarecer dúvidas que não puderam ser sanadas nas fontes pesquisadas, e fornecer maiores detalhes sobre o processo de doação¹¹⁵. A partir daí, soubemos que havia um acervo de Leeds no Peabody Museum, até então não mapeado em nossas buscas.

De início, buscamos compreender se havia alguma relação entre o arquivo da COC e a “coleção” do NAA. Para tanto, entendemos ser importante compreender o conceito de coleção empregado pelo Smithsonian Institution¹¹⁶. O termo “coleção” não necessariamente remete a

da África e do Negro no Brasil pela Universidade Cândido Mendes (2007). Já atuou como analista de documentação e informação da Fundação Oswaldo Cruz e atua como Professora Docente I (Sociologia) pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização de Arquivos.” Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2375641/rachel-de-almeida-viana>. Acesso em: 23 ago. 2019. A defesa de doutorado de Viana ocorreu em outubro de 2019. Disponível em: <http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/index.php/br/ingresso/mestrado-e-doutorado/119-agenda/defesas>. Acesso em: 25 out. 2019. A página “escavador” não atualizou ainda este dado. Em 2013, Rachel Viana esteve no National Anthropological Archives e realizou pesquisas na outra parcela da documentação de Anthony Leeds lá custodiada.

Realizamos entrevista com a Rachel Viana em 14 de junho de 2019, no Cefet – RJ, *campus* Maracanã.

¹¹⁴ Ana Luce Girão Soares de Lima, “possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em História das Ciências pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (2009). É pesquisadora do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e atua na área de História e Memória, com ênfase em História das ciências e da saúde, enfocando a história das instituições científicas, os arquivos de cientistas e a preservação da memória das ciências da saúde.” Disponível em: <http://ppgpat.coc.fiocruz.br/index.php/br/docentes/103-corpo-docente/252-ana-luce-girao-soares-de-lima>. Acesso em 23 ago. 2019.

Realizamos entrevista com Ana Luce de Lima em 17 de junho de 2019, na Casa de Oswaldo Cruz, sala de consultas.

¹¹⁵ O contato com Elizabeth Leeds foi intermediado pela Professora Aline Lopes de Lacerda. O questionário foi enviado por *e-mail* no dia 09 de julho de 2019, e as respostas foram enviadas em 20 de julho de 2019.

¹¹⁶ Para obtermos estas informações, enviamos um *e-mail* para o Smithsonian perguntando acerca da concepção da instituição sobre coleção e arquivo, e se eram utilizados com o mesmo sentido compreendido pela ciência arquivística. A resposta dada pela chefe da equipe de gerenciamento de arquivos e informações, foi:

“The Smithsonian typically understands ‘archives’ as a subset or type of ‘collections’. Although theories and techniques may be different for archives than for art or objects, the general responsibilities are the same. Expectations for archives at the Smithsonian are equivalent to those for the museum collections and the Smithsonian’s collection statistics include archives. Archives are frequently referred to as ‘archival collections.’

Smithsonian Directive 600: Collections Management defines collections as ‘objects, natural specimens, artifacts, and other items that are acquired, preserved, and maintained for public exhibition, education, and study.’ (<https://www.si.edu/content/pdf/about/sd/SD600andAppendix.pdf>)

-Smithsonian Directive 503: Management of Archives and Special Collections in the Smithsonian Institution (not publicly available) defines archives as ‘materials created or received by a person, family, or organization, public or private, in the conduct of their personal and/or professional affairs, and preserved because of the enduring value displayed in the information they contain or by the time, events, or subject matter they document.’ This directive specifically notes that archives must meet all of the obligations of Smithsonian Directive 600, but Smithsonian Directive 503 outlines additional responsibilities that are unique to archives.

uma “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum” (AAB, 1996, p.17). Ao contrário, como estamos falando de uma instituição que é um complexo de museus, esta trabalha com um conceito mais amplo de coleções.

O Smithsonian possui diversas “coleções”, que vão de espécimes de insetos até às coleções documentais. Dentro do universo de coleções custodiadas pelos diversos museus, eles compreendem os arquivos como um tipo de coleção.¹¹⁷ Apesar de utilizarem o termo coleção, compreendem arquivo como um conjunto orgânico de documentos.

Assim, a *collection* de Leeds no NAA não necessariamente representaria uma coleção “artificial”. A análise do instrumento de pesquisa do NAA confirma a configuração deste acervo como um conjunto orgânico. E, neste sentido, gostaríamos de destacar a importância de termos tido acesso ao arranjo e à descrição das séries de cada grupo temático (por meio do inventário em pdf.).

Ao evidenciar o conteúdo do arquivo, foi possível perceber que esta *collection* corresponde a um conjunto orgânico, que contém documentos que atestam a trajetória acadêmica de Leeds, desde aluno (na Columbia University) até professor/pesquisador (Boston, Texas etc.), reunindo também suas notas de campo e correspondência, indicativa de suas redes de relacionamento, tanto profissional como pessoal.¹¹⁸

Furthermore, the Smithsonian maintains approximately 11 archives. Most are physically and hierarchically located within one of the museums and adhere to the same collecting policy as the museum's broader collection. Smithsonian Institution Archives is the only repository to collect institutional records (the Smithsonian's institutional archives).

Smithsonian Directive 501: Archives and Records of the Smithsonian Institution (not publicly available) define institutional records as “all documents created or received by employees of the Smithsonian Institution in the course of official business are records of the Institution.” (grifo nosso)

¹¹⁷ Embora não tenhamos como proposta o estudo terminológico da palavra “coleção” por parte da Museologia, separamos a definição da obra *Conceitos-chave de Museologia*, em que vemos uma definição muito próxima daquela oferecida pelo Smithsonian, o que, talvez, possa representar uma compreensão da área sobre o assunto. “COLEÇÃO s. f. – Equivalente em francês: *collection*; inglês: *collection*; espanhol: *colección*; alemão: *Sammlung, Kollektion*; italiano: *collezione, raccolta*.

De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, **documentos arquivísticos**, testemunhos etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. Para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo. É importante não confundir coleção e fundo, que designa, na terminologia arquivística, um conjunto de documentos de todas as naturezas ‘reunidos automaticamente, criados e/ou acumulados, e utilizados por uma pessoa física ou por uma família em exercício de suas atividades ou de suas funções’.” (Bureau Canadien des Archivistes, 1990). No caso de um fundo, contrariamente a uma coleção, não há seleção, e raramente há a intenção de se constituir um conjunto coerente. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.32). (grifo nosso)

¹¹⁸ Alguns exemplos de documentos que apresentam diferentes fases e atividades de Leeds no NAA: minutas de sua tese (Série 3 – Box 14), pesquisas desenvolvidas com os índios Yaruro (Série 3 – Box 18), documentos referentes a um curso de Antropologia Urbana (Série 4 – Box 29), correspondências entre Leeds e Karl Polanyi (que o orientou em um proposta de estudos neo-evolucionista), uma autobiografia não publicada, um

Buscamos, então, averiguar se havia alguma informação equivocada no instrumento do NAA (pois dizia que a coleção Leeds havia sido doada pela Columbia University) ou se havia ainda alguma informação ligando estas entidades e que desconhecíamos. A questão é: por que o arquivo pessoal de Leads era associado a doadores diferentes? As entrevistas foram essenciais para responder a essa pergunta e, depois, a confirmação vinda da própria Elizabeth Leeds.

A entrevista com Rachel Viana foi o primeiro passo para começar a esclarecer estas dúvidas. A pesquisadora nos contou que Elizabeth Leeds se intitula doadora do arquivo de seu marido, tanto para o Smithsonian (NAA) quanto para a COC (Fiocruz). E mais, de acordo com Viana, Elizabeth Leeds relatou que a doação para o NAA fora intermediada pelos autores do livro *Cities, classes and the social order*, Roger Sanjek e Timothy Sieber. Segundo Viana:

No inventário do NAA, Smithsonian, eles lá dizem que o arquivo do Tony foi doado pela Universidade de Colúmbia. Só que ele não dava aula na Universidade de Colúmbia. Ele não trabalhava lá. Ele se formou lá. Mas a vida profissional dele não foi na Universidade de Colúmbia. [...] Então não tinha nada dele lá. E a Liz Leeds fala: “Não, eu que doe para o NAA”. E quem fez a intermediação da Liz Leeds para o NAA foi o Sanjek e o Tim Sieber. [...] Eu estive lá, no NAA, mas eles também não sabem muito. Eu também perguntei lá, para o Adam, que é... foi quem me atendeu lá, né? E ele também só falou aquilo... “Ah... isso aí veio da Universidade de Colúmbia”. Não tinha também maiores informações.

O questionário enviado para Elizabeth Leeds não só confirmou as informações que Rachel Viana nos forneceu, mas enriqueceu muito nosso conhecimento sobre a história arquivística deste conjunto documental. Sobre a doação para o NAA, a doadora respondeu:

P.: A primeira doação do arquivo de Anthony Leeds foi para o Smithsonian?

Leeds: Sim, a primeira doação do arquivo foi para o Smithsonian.

P.: Em que ano ocorreu a doação?

Leeds: Em 1992.

P.: O que motivou a senhora a doar o acervo do seu esposo?

Leeds: Achei que os materiais de uma rica carreira acadêmica deviam ser compartilhados para a comunidade acadêmica.

P.: Por que a senhora escolheu o NAA?

Leeds: O NAA era uma escolha lógica e natural, dado sua reputação para proteção e cuidados dos materiais e o acesso ao público.

P.: Alguém intermediou esta doação, ou a senhora mesma procurou a instituição? O *Finding Aid* do Smithsonian Institution, no campo *provenance*,

certificado da Sigma Xi, Poesias (Série 6 – Box 33), fotos do trabalho de campo no Brasil (Série 7 – Box 35). Viana também conta, na entrevista, que viu no NAA cartas de Leeds para seus filhos. Temos, portanto, documentos que vão desde sua formação, passando por suas relações pessoais e seu trabalho, seja na Universidade, como professor, seja relacionado ao trabalho de campo, como antropólogo.

informa que o arquivo de Anthony Leeds foi doado pelo Departamento de Antropologia da Columbia University. Houve alguma intermediação por parte desta universidade na doação do arquivo de Anthony Leeds para o NAA?

Leeds: O Professor Timothy Seiber do Departamento da Antropologia da Universidade de Massachusetts, em Boston, sugeriu o NAA e fez os primeiros contatos para mim.

A informação sobre Columbia University não está correta. O Tony fez doutorado na Colúmbia, mas não tinha vínculo com Colúmbia nos anos seguintes.

A doação para o Smithsonian ocorreu em 1992, quinze anos antes da doação para a COC. Perguntamos a Elizabeth Leeds por que ela não havia doado o arquivo integralmente para o NAA, e ela respondeu: “Como eu fui envolvida nos estudos urbanos, e especialmente a parte sobre Rio, eu não estava pronta para me livrar deste material quando fiz a doação para o NAA.”

E são exatamente documentos acerca das pesquisas sobre favelas e ocupações urbanas desordenadas no Brasil e na América Latina, além de temas correlatos, que compõem o Fundo¹¹⁹ Anthony Leeds, na Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/COC), instituição para a qual Elizabeth Leeds destinou outra parcela da documentação de seu esposo em 2007.¹²⁰

Na entrevista, Viana ratificou o quanto a entrada do arquivo Leeds se encontra em consonância com a linha de acervos da COC, já que Leeds trabalhava com pessoas de baixa renda, habitação, e o quanto estes temas estão interligados às questões da saúde:

Ele [Anthony Leeds] está super dentro da linha de acervos, porque ele está lidando com pessoas de baixa renda e habitação. Habitação e saúde são temas supercorrelatos, né? [...] Favelas é um termo da ordem do dia, assim... na história do Brasil, do Rio de Janeiro... há muito tempo... Isso é uma preocupação de médicos, de cientistas, de saneadores, de sanitaristas... Então tem tudo a ver estar ali.

A Professora Ana Luce de Lima complementa:

Nós somos um Centro de Documentação da História das Ciências e da Saúde. [...] A gente passou a receber acervos de cientistas sociais. Então a gente

¹¹⁹ Por se tratar de uma parte do arquivo de Leeds, Viana, que participou de sua organização, contou que houve uma discussão técnica no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) acerca da nomenclatura deste acervo, se seria denominado coleção ou arquivo. Optou-se por “arquivo”. Viana ressaltou que talvez seja um pouco “purista” a ideia de associar o conceito de fundo à ideia de totalidade, pois o arquivo não é morto (pelo contrário), e, segundo ela, a dispersão se insere nesta dinâmica viva do arquivo. Ela opinou: “Mas isso é uma visão purista demais. [eu havia comentado sobre o ideal, como arquivista, de ter ‘tudo’ de um titular em uma única instituição]. Acredito eu, tá? Eu não tenho... Quem sou eu? Eu não fiz faculdade de Arquivologia. Mas, a meu ver, é uma visão purista, porque a gente se espalha por aí, né? [...] Porque essa visão purista remete àquela história do arquivo morto, enterrado. Ele fica ali, ele não circula. [...] Ele tem diversas maneiras de circular. Uma delas é fragmentando.”

¹²⁰ De acordo com a Base Arch.

recebeu o acervo do Medina¹²¹, a gente recebeu o acervo do Athur Rios¹²². E que estão sendo organizados neste momento. Então, assim, a gente vai ter um núcleo bem interessante de acervos de cientistas sociais. Mas assim, cientistas sociais que trabalharam com a questão urbana, com a questão das condições de vida, de trabalho... [A doação do arquivo Leeds] faz todo o sentido. Porque a gente também olha para a questão da cidade, para a questão de vida, de moradia, e das condições de vida das pessoas, né? Então, o trabalho que o Anthony Leeds fez naquele momento, além dos trabalhos todos que ele orientou, naquele momento, eles são fundamentais para a construção desse olhar.

A aproximação com Elizabeth Leeds deu início a diferentes remessas do arquivo do antropólogo para a COC. Perguntamos a ela:

P.: Quando a senhora fez essa primeira doação, já imaginava doar uma parte do arquivo dele para alguma instituição brasileira?

Por que a senhora escolheu a COC?

Foi a COC que entrou em contato com a senhora, em um primeiro momento, ou a primeira iniciativa para realizar esta doação partiu da senhora?

Leeds: Eu sempre quis doar os materiais urbanos para uma instituição brasileira, mas não encontrei o lugar apropriado até a Lícia Valadares sugerir a COC. Foi ela que fez o contato com a Nísia.

Viana explicou que a primeira remessa de documentos foi intermediada por Lícia do Prado Valladares¹²³, que estudava a favela da Rocinha em 1967, quando conheceu e conviveu com Leeds (VALLADARES, LACERDA, LIMA, 2018, p.1027).

Valladares tinha amizade tanto com Elizabeth Leeds quanto com Nísia Trindade Lima¹²⁴, e fez esta “ponte” visando a doação dos papéis de Leeds para a COC. Ana Luce detalhou:

¹²¹ Carlos Alberto de Medina era um cientista social e teve uma trajetória voltada para ação social, tendo participado de pesquisas junto com o sociólogo Arthur Rios sobre Aspectos humanos da favela carioca. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/acervo-do-sociologo-carlos-alberto-de-medina-sera-doado-casa-de-oswaldo-cruz> Acesso: 25 Out 2019.

¹²² Arthur José Rios foi um sociólogo que também se dedicou a estudar favelas no Rio de Janeiro. “Profissionalmente exerceu atividades em instituições internacionais e nacionais, como consultor da ONU, professor na Universidade Estadual da Flórida e da Califórnia, e no Brasil da PUC-Rio, Santa Úrsula e UFRJ[...]” Disponível em: <http://beemote.iesp.uerj.br/nota-de-pesar-de-um-sociologo-presente/> Acesso: 20 Nov. 2019.

¹²³ Lícia do Prado Valladares é doutora em Sociologia pela Université de Toulouse I (Sciences Sociales) (1974) e HDR – Habilitation à diriger des Recherches – pela Université de Lyon 2 (2001). É fundadora do URBANDATA e Professora emérita da Universidade de Lille, França. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: favela, pobreza urbana, história da pesquisa urbana no Brasil, Rio de Janeiro e política habitacional no Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/liciavalladares> e www.iesp.uerj.br/docentes/licia-do-prado-valladares/. Acesso em: 14 jun 2019.

¹²⁴ Nísia Trindade Lima é doutora em Sociologia e servidora da Fiocruz. Ingressou na instituição em 1987, como pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), e foi diretora da unidade de 1999 a 2005. Entre 2011 e 2012, coordenou um grupo de pesquisas do CNPq em colaboração com Ângela Alonso: o Grupo de Trabalho

A Lícia Valladares foi mesmo aluna do Leeds, enfim... Trabalhou uma série de projetos de pesquisa com ele, né? Porque ele esteve aqui nos anos 1980. [...] Então, foi quando esse pessoal todo teve contato com ele e tal. Então a Liz Leeds entrou em contato com a Nísia, dizendo que tinha esse arquivo e tal, e que queria doar pra gente [COC]. Quer dizer, na época, o que ela dizia, era que a parte referente às pesquisas dele no Brasil é a que ela queria doar, porque a outra ela já tinha doado lá pro Smithsonian. [...] Embora lá no Smithsonian esteja a parte que ele veio para pesquisar a cultura do cacau na Bahia. Então, isso está lá também no Smithsonian. Mas aí ela resolveu doar pra gente, primeiro essa documentação relativa à vinda dele nos anos 1960, a atuação dele no Museu Nacional, na antropologia, o contato dele com os primeiros cientistas sociais. E essa questão de trazer a Antropologia Urbana pra cá e esses estudos em Antropologia Urbana e... É... Então a Elizabeth iniciou esse contato com a Nísia, né? Essa documentação, ela estava guardada na casa deles em Vermont. E assim... Houve um início de negociação para fazer isso, porque a gente teve que fazer... Teve que ser uma importação... Mas foi um processo burocrático complicado, lá. Eu não acompanhei isso muito... Na época, a Nísia era diretora da Casa de Oswaldo Cruz, né? Ela ficou mais à frente disso, quer dizer... E aí, quando isso... Eu me lembro perfeitamente quando chegou. A Elizabeth Leeds já tinha entrado em contato com a gente. Ela tinha mandado já uma listagem de tudo que vinha. Assim, uma listagem ainda um pouco sumária do que vinha. A gente não tinha muita ideia do conteúdo, assim... Foi só no abrir das caixas que a gente foi tomando contato mais... profundamente com esse conteúdo. [...] As caixas chegaram. A Nise imediatamente montou um projeto. Submeteu à Faperj, né? Um projeto de pesquisa. [...] A gente já contava com o financiamento da Faperj, para fazer a organização desse arquivo e, enfim, os outros produtos que teriam, né? [...]

Esse projeto de pesquisa do arquivo Leeds (LIMA, s.d., p.2) ocorreu em continuidade a um trabalho anterior, desenvolvido em uma parceria entre a COC e o Urbandata¹²⁵/ Iepes-UERJ¹²⁶, que promoveu a organização do arquivo pessoal do médico sanitário Victor Tavares de Moura, um dos responsáveis pela construção dos Parques Proletários¹²⁷.

Pensamento Social no Brasil. De 2011 a 2016, foi Vice-Presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz. Atualmente é presidente da Fiocruz, gestão 2017-2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/nisia-trindade-lima-e-nova-presidente-da-fiocruz>. Acesso em: 14 jun. 2019.

¹²⁵ O Urbandata é um projeto fundado por Lícia Valladares. Trata-se de um banco de dados, que acompanha, registra e difunde os trabalhos e pesquisas no campo dos estudos urbanos. Disponível em: <https://www.anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/1356-urbandata-brasil>. Acesso em: 14 jun. 2019.

¹²⁶ O Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) faz parte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e desenvolve pesquisas nas áreas da Sociologia e da Ciência Política. Este instituto substituiu o antigo IUPERJ. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

¹²⁷ Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/victor-tavares-de-moura-2>. Acesso em: 14 jun. 2019. O Projeto dos Parques Proletários propunha a construção de moradias temporárias para remoção de moradores da favela e sua “reeducação”. Carvalho explica: “Os Parques tinham como missão executar a ‘limpeza’ das favelas e oferecer aos habitantes uma ‘educação moral’ que os libertasse do que Victor Moura considerava serem costumes viciados. A construção dos Parques Proletários tinha a finalidade, portanto, de proporcionar as condições necessárias para uma ‘vida mais sadia’ aos moradores das favelas” (CARVALHO, 2014, p.1). Dessa perspectiva, foi possível analisar as relações que se estabeleceram entre a “ideologia da higiene” e a questão social.

A organização do fundo Anthony Leeds contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) através do auxílio concedido ao projeto de pesquisa "História das favelas e da sociologia no Brasil urbano: contribuições ao seu estudo a partir da trajetória de Anthony Leeds", coordenado por Nísia Trindade Lima. (Área de Notas).¹²⁸

Do mesmo modo que na iniciativa anterior, a doação do arquivo pessoal do antropólogo norte-americano Anthony Leeds (1925-1989) à Casa de Oswaldo Cruz [...] Pretendeu-se também tornar acessíveis aos pesquisadores interessados fontes valiosas sobre a história da habitação popular na América Latina, um dos principais temas abrangidos pelo acervo de Anthony Leeds, e da pesquisa antropológica e sociológica a ela referida. (LIMA, s.d., p.2)

Embora a Base Arch informe apenas o ano de 2007, como a data de doação do arquivo Anthony Leeds (Área contextualização – campo procedência), há registro da doação de uma segunda remessa de documentos (fotografias) em 2014.¹²⁹ Perguntamos a Elizabeth Leeds acerca da doação do arquivo de Anthony Leeds para a COC e da posterior doação das fotos:

P.: Como foi esse processo de doação, isto é, a senhora já sabia o que doaria [o arquivo] ou houve algum tipo de negociação, de acordo?

Leeds: Eu já sabia o que doaria. Mas como os materiais ficaram em vários lugares, descobri materiais distintos (e.g. as fotos), que foram incluídos depois.

P.: O que motivou a senhora a doar as fotos, além dos documentos que já haviam sido doados?

Leeds: As fotos eram uma parte importante da documentação. Tony era fotógrafo além de antropólogo, e as fotos eram uma parte importante da etnografia do Rio e outras cidades da América Latina.

A segunda remessa correspondia a um grupo de 770 fotografias inéditas do arquivo de Anthony Leeds, e veio complementar a remessa anterior: “As imagens mostram favelas já removidas, como Macedo Sobrinho, que ficava no Humaitá, Zona Sul da capital fluminense, e outras que cresceram e se consolidaram, como Jacarezinho, Rocinha e Santa Marta. No verso de algumas fotos há anotações feitas pelo próprio Leeds”.¹³⁰

Elizabeth Leeds, que organizou as fotografias por localidade, falou sobre esta doação:

¹²⁸ Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/anthony-leeds-2>. Acesso em: 13 jun. 2019.

¹²⁹ Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/862-coc-recebe-acervo-fotografico-do-antropologo-anthony-leeds#!image3> Acesso em: 14 jun. 2019.

¹³⁰ Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/862-coc-recebe-acervo-fotografico-do-antropologo-anthony-leeds#!image3> Acesso em: 14 jun. 2019.

Fiquei muito feliz de encontrar um lugar confiável para guardar esse material. Eu queria que ele ficasse no Brasil e, especificamente, no Rio, uma cidade muito querida para mim. [...] Essa doação é uma maneira de devolver tudo o que a cidade deu a ele e a mim.¹³¹

Vemos, nesta fala da doadora, além da confiança na seriedade institucional da Casa de Oswaldo Cruz, o valor sentimental embutido nesse processo de doação. Elizabeth Leeds, que, ao lado de Anthony Leeds, teve por diversos anos o Rio de Janeiro como seu campo de pesquisa, doou para a cidade um rico material, fruto de muitos trabalhos nela realizados.

Lacerda e Lima chamam a atenção para a “conexão” entre esses documentos fotográficos e a remessa anterior de documentos:

Os documentos fotográficos, em sua conexão com o restante do arquivo, mostram a persistente e sistemática produção de registros visuais como parte de um sistema de descrição, inscrição e registro, figurando ao lado de notas, cartas relatórios de atividades, apontamentos de todo o tipo. (LACERDA; LIMA, 2018, p. 1036)

E não houve apenas a doação de fotos para a COC, mas também para o Museu da Maré.

P.: A senhora doou documentos fotográficos para a COC, mas também doou para o Museu da Maré, certo? Foi na mesma época? Por que decidiu doar parte das fotos para o Museu da Maré, e não tudo para a COC, por exemplo?

Leeds: As fotos da Maré eram somente da Maré. Como nos conhecemos, Eliana Souza, da Maré, bem antes da doação para COC. A ideia era de contribuir para o Museu da Maré. Talvez, se tivesse conhecido a COC antes de doar as fotos para a Maré, teria doado as fotos da Maré para a COC também.

Embora a COC possua um rico e vasto material fotográfico de Anthony Leeds, vale a pena destacar que as fotografias doadas para o Museu da Maré possibilitam – como lembrou Rachel Viana, na entrevista – uma circulação de memórias. A dispersão tornou próximas, e acessíveis aos próprios moradores da favela, imagens que retratam parte de sua própria história. Além disso, revelou mais uma vez a empatia de Elizabeth Leeds para com instituições relacionadas a estudos e promoção de melhorias em favelas, como o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Antônio Vieira, um dos fundadores do Museu da Maré, relatou que:

Na época em que houve a doação das fotos, o CEASM estava aproximando-se da Fundação Ford, que era dirigida pela Elizabeth. Ao conhecer o nosso trabalho, em decorrência de uma reunião para apresentação de projetos, ela

¹³¹ Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/862-coc-recebe-acervo-fotografico-do-antropologo-anthony-leeds#!image3> Acesso em: 14 jun. 2019.

disse que possuía algumas fotografias da Maré, e se mostrou interessada em disponibilizar esse material ao CEASM. A partir daí acertamos a doação.¹³²

Rachel Viana nos relatou ainda sobre o envio de uma terceira remessa de documentos para a COC, em 2017, dez anos após a primeira remessa. Nesta, veio a tese de Anthony Leeds (que não foi publicada) e material de pesquisas de campo da própria Elizabeth Leeds, como entrevistas feitas na década de 1990, entre outros documentos. Esta última remessa (2017) foi intermediada e trazida pela própria Rachel Viana, que esteve nos Estados Unidos para entrevistar a doadora, visando o desenvolvimento de sua pesquisa de doutorado. Durante a estadia de Rachel lá, Elizabeth Leeds relatou seu desejo de doar aquela parte da documentação. Viana contatou a COC, e assim tornou possível trazer a documentação. De acordo com a Ana Luce Lima, esta documentação ainda não foi tratada.

Em resposta ao questionário enviado a Elizabeth Leeds, esta nos informou a respeito da doação feita para outra instituição, o Peabody Museum:

P.: O Smithsonian sabe que outra parcela do arquivo de Anthony Leeds foi doada para a COC e para o Museu da Maré? Pois eles não mencionam, no instrumento de pesquisa deles, o que poderia ser interessante para os pesquisadores saberem.

Leeds: Não sei se o Smithsonian sabe das doações no Brasil, mas posso informá-los. Além desses materiais citados, fiz uma doação para o Peabody Museum de Harvard, dos materiais e artefatos da pesquisa do Tony sobre os Índios Yaruro da Venezuela.

Gostaríamos de comentar dois aspectos da resposta de Elizabeth Leeds. O primeiro diz respeito ao papel do doador como agente de fragmentação. Nesse sentido, percebemos na fala de Elizabeth Leeds, que a dispersão não soa para ela como algo negativo, ao contrário. Ela doou as “partes” do arquivo do esposo para as instituições que entendia terem maior relação com aquilo que estava ofertando. E, como as doações ocorreram em períodos diferentes, ocorrem lacunas de informações entre as instituições. Talvez o próprio doador não considere esta informação relevante, e talvez até mesmo as instituições de guarda não tenham a cultura consolidada de fazer esta “sondagem” da história arquivística do acervo doado (não apenas da parcela recebida), em parte desconsiderando ou desconhecendo o próprio fenômeno da dispersão.

¹³² Informações obtidas em contato por *e-mail* com Antônio Vieira, em 2019, um dos fundadores do Museu da Maré.

Ressaltamos ainda que, a partir do momento em que questionamos se o Smithsonian teria conhecimento de que outra parcela dos documentos está depositada na COC, Elizabeth Leeds se disponibilizou a levar esta informação para o Museu. Nesse sentido, este contato não apenas enriqueceria o *finding aid* do NAA (facilitando aos pesquisadores o acesso a outras fontes relacionadas ao arquivo de Anthony Leeds), mas também poderia corrigir a informação de que a doação para o NAA teria sido feita pela Universidade de Colúmbia, e não pela própria Elizabeth Leeds.

O segundo aspecto, para o qual chamamos atenção, diz respeito à dificuldade de se rastrear essa doação feita ao Peabody Museum de Harvard, pois não encontramos referências a ela em nenhuma das instituições anteriores, e nem mesmo em uma busca “simples” na internet¹³³. Além da resposta de Elizabeth Leeds para nosso questionário, o único “rastros” que encontramos da existência desta parcela de documentos de Anthony Leeds está em uma nota do artigo de Donahue (2018, p.823), no final de seu texto¹³⁴, que havia passado despercebida.

É interessante que, na Nota nº4, Donahue (2018, p. 823) referencia o NAA e o Peabody Museum, mas não faz referência à COC. Isso parece demonstrar que, tanto para as instituições no exterior quanto para as instituições brasileiras, há lacunas de informações acerca do destino das outras partes do arquivo do antropólogo.

Entramos novamente em contato com Elizabeth Leeds, que respondeu a algumas questões sobre esta doação:

P. 1: Quando foi feita a doação das fotos para o Peabody Museum de Harvard?

Leeds: Não me lembro a data exata da doação das fotos. De verdade, fiz duas doações para o Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, em anos diferentes. Acho que foi por volta de 2006, mas posso verificar com o pessoal do Museu, se você quiser.

P. 2: Em que contexto ocorreram as doações? Isto é, foi a senhora que tomou a iniciativa de doar as fotos para lá? Ou alguém da instituição fez o contato com a senhora? Como foi o processo?

¹³³ Neste caso nos referimos a uma busca no Google, utilizando o nome de Anthony Leeds e outros termos que nos ajudassem a localizar possíveis conjuntos documentais que estivessem em seu nome, como: arquivo, acervo etc. Não encontramos referências ao Peabody Museum. Talvez isto se deva ao fato de não haver uma coleção ou arquivo em nome do titular, e as fotos doadas estarem descritas individualmente em uma base própria do Museu.

¹³⁴“For more information on Anthony Leeds, please refer to the Guide to the Collections of the National Anthropological Archives (#LI) for the Anthony Leeds Collection at the Smithsonian Institution’s National Anthropological Archives (NAA) and Human Studies Film Archives, in Suitland, MD. Some of Leeds’s correspondence with Marvin Harris can be found in Harris’s own collection at the NAA. Field material on Leeds’s work with the Yaruro (Pumé) is at the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University.” (DONAHUE, 2018, p.823) (Nota nº4).

Leeds: Eu fiz contato com o Museu porque achei um lugar apropriado para materiais de pesquisa sobre os Índios Yaruro da Venezuela. Note-se, o nome oficial deste grupo não é mais Yaruro. Hoje eles são conhecidos como Pume(h).

P. 3: Anthony Leeds tinha alguma ligação com o Peabody Museum ou com a Universidade de Harvard?

Leeds: Tony não tinha ligação formal com o Museu ou com Harvard. Como moro em Boston, era muito conveniente levar os materiais para o Museum.

P. 4: Por que a senhora escolheu essa instituição para doar essas fotos?

Leeds: Como falei acima, dado à temática, achei o Museu um lugar relevante e apropriado para a doação.

P. 5: A doação foi somente de fotos ou havia algum outro material? Quantas fotos, aproximadamente, foram doadas?

Leeds: Além das fotos, também dei objetos etnográficos feitos pelos Índios Yaruro (Pume). Provavelmente o Museu tem dados mais precisos sobre a doação.

Elizabeth Leeds parece ter decidido sobre a divisão do acervo de Anthony Leeds baseada principalmente na associação das características do material que pretendia doar ao tipo de acervo das instituições cogitadas e escolhidas. Outro aspecto que também aparece em suas respostas tem a ver com questões do dia a dia, como proximidade da instituição, facilidade de acesso etc. Ou seja, a dimensão mais pragmática também conta, na hora de decidir o destino do acervo ou de parte dele.

Ressaltamos, mais uma vez, a importância do registro das doações e da história do acervo. Quando questionada sobre a época da doação e sobre a quantidade de material doado, Elizabeth Leeds sugere a possibilidade de contatar o Museu, pois este “provavelmente [...] tem dados mais precisos sobre a doação”. Com isso, percebemos a confiança da doadora na capacidade institucional de registrar a história de sua doação e a possibilidade de resgatar esses dados.

Ao entrarmos em contato com o Museu, via *e-mail*, foram-nos fornecidas informações adicionais.¹³⁵ As doações das fotos foram feitas em três remessas diferentes, e não se tratava apenas de fotos, mas os negativos também foram doados. Embora Elizabeth Leeds tivesse como marco de doação o ano de 2006, ainda que sem certeza, o Museu possuía registros mais precisos e nos enviou outras datas relativas à doação:

¹³⁵ Quem nos respondeu foi Katherine Meyers Satriano, da Associate Archivist do Peabody Museum of Archaeology & Ethnology. O contato foi feito a partir de um formulário no *site* do museu, e a resposta foi encaminhada para nosso *e-mail*.

Anthony Leeds photos, relating to Yaruro fieldwork 1957-1958, were donated to the Peabody by Elizabeth Leeds in 3 separate accessions:

-All material with a number starting 2011.32 was accessioned in 2011. This accession consists of a photograph album.

-All material with a number starting 2013.25 was accessioned in 2013. This accession consists of 205 black and white negatives and 74 Kodachrome slides.

-2015.17 was accessioned in 2015 and consists of 140 Kodachrome slides. These have not yet been digitized.¹³⁶

Outra doação feita por Elizabeth Leeds foi revelada em nosso último contato com a doadora.¹³⁷ Até então, não havia quaisquer indícios da existência deste conjunto documental:

P.: A senhora fez doação de outra parte do arquivo do Professor Anthony Leeds para mais alguma instituição?

Leeds: Para o Center for Portuguese Studies and Culture da University of Massachusetts/Dartmouth fiz uma doação dos materiais de pesquisa meus e do Tony, sobre nossos trabalhos em Portugal dos anos 70. O do Tony foi sobre as estratégias de migrantes, e o meu era sobre a política de emigração do Governo Salazar.

Este é um Centro dedicado à pesquisa da língua e cultura da comunidade mundial de língua portuguesa, que:

[...] promotes the acquisition of books, periodicals, special collections, and other research and learning materials pertaining to its mission.¹³⁸

The CPSC is designed to be a liaison, in collaboration with the Department of Portuguese and the Ferreira-Mendes Portuguese American Archives, between the University of Massachusetts Dartmouth and other institutions involved in Portuguese studies both abroad and in the United States.¹³⁹

¹³⁶ As fotos de Anthony Leeds relacionadas ao trabalho de campo dos Yaruro (1957-1958) foram doadas para o Peabody por Elizabeth Leeds, em três acréscimos separados:

- Todo material com numeração começando em 2011.32 foi acrescentado em 2011. Este acréscimo consiste em um álbum de fotografia.
- Todo material com a numeração começando em 2013.25 foi acrescentado em 2013. Este acréscimo consiste em 205 negativos [de fotos] preto e branco e 74 Kodachrome slides.
- 2015.17 foram acrescentados em 2015 e consistem em 140 Kodachrome slides. Estes ainda não foram digitalizados.

¹³⁷ O contato foi feito por e-mail em 29 de agosto de 2019.

¹³⁸ “[...] promove a aquisição de livros, periódicos, coleções especiais e outros materiais de pesquisa e de aprendizagem relacionados à sua missão”. Disponível em: www.umassd.edu/media/umassdartmouth/center-for-portuguese-studies/bylaws_2017.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

¹³⁹ “O CPSC foi desenhado para ser a ligação em colaboração com o Departamento de Português e o Arquivo Americano ‘Ferreira-Mendes’ entre a Universidade de Massachusetts Dartmouth e outras instituições envolvidas em estudos de Português tanto no exterior quanto nos Estados Unidos.” Disponível em: [https://www.umassd.edu/media/umassdartmouth/center-for-portuguese-studies/bylaws_2017.pdf](http://www.umassd.edu/media/umassdartmouth/center-for-portuguese-studies/bylaws_2017.pdf). Acesso em: 10 set. 2019.

Apesar desta informação da doadora, não encontramos vestígios da doação no *site* da instituição, nem no *site* do Arquivo Ferreira-Mendes¹⁴⁰, a que o CPSC se vincula. Então, entramos em contato por *e-mail* com a Librarian Archivist do Ferreira-Mendes Portuguese-American Archives. A resposta veio por meio de Sônia Pacheco, que fez referência apenas à doação de material referente a Elizabeth Leeds:

Elizabeth Leeds donated her papers and personal library to the Claire T. Carney Library Archives and Special Collections Department, and it is currently placed under the umbrella of the Ferreira-Mendes Portuguese-American Archives.

*Her collection remains unprocessed and thus no finding aid exists. I am unable to give you a time frame under which it will be processed or any specifics about documents within the collection.*¹⁴¹

Diante disto, lhe perguntamos se o material de pesquisa de Anthony Leeds estava misturado com o de Elizabeth Leeds. Fomos informadas de que sim, e que como ainda não haviam sido tratados, não havia clareza daquilo que era dela e daquilo que era dele.

*It's all mixed together as of right now: with no clear indication of where Anthony's papers start and where Elizabeth's end. In fact, I had no idea that Anthony's papers were even included in her research material (which I understand to form her PhD dissertation). It's possible that once we are able to process the collection, we're able to separate the two, but since their topics are intrinsically linked, I don't know how much distinction between the two will be visible.*¹⁴²

Este caso parece se assemelhar ao que ocorreu na COC¹⁴³, quando Elizabeth Leeds doou o arquivo do marido e seus próprios papéis foram juntos. Estes foram identificados e separados

¹⁴⁰ De acordo com o *site*, “*The Ferreira-Mendes Portuguese-American Archives are named for the pioneer Portuguese-language radio and newspaper personality, Affonso Gil Mendes Ferreira and house the largest collection of historical material documenting the experience of Portuguese immigrants and their descendants in the United States*”. Disponível em: <https://www.lib.umassd.edu/paa>. Acesso em: 10 set. 2019. “O Arquivo Português-Americano Ferreira-Mendes recebeu o nome da personalidade pioneira em rádio e em jornal em língua portuguesa, Affonso Gil Mendes Ferreira, e acolhe a maior coleção de material histórico documentando a experiência dos imigrantes portugueses e de seus descendentes nos Estados Unidos.” (tradução nossa).

¹⁴¹ “Elizabeth Leeds doou seus papéis e sua biblioteca pessoal para o Claire T. Carney Library Archives and Special Collections Department, e estes estão atualmente colocados sob o guarda-chuva do Ferreira-Mendes Portuguese-American Archives. A coleção dela ainda não foi processada e, portanto, não há um instrumento de pesquisa. Eu não posso lhe dar um prazo em que será processado ou quaisquer detalhes sobre documentos da coleção” (tradução nossa).

¹⁴² “Está tudo misturado até agora: não há clara indicação de onde os papéis de Anthony começam e onde os de Elizabeth terminam. De fato, eu não tinha ideia de que os papéis de Anthony inclusive estavam incluídos no material de pesquisa dela (que eu entendo serem da dissertação de seu PHD). É possível que, uma vez que nós tenhamos processado a coleção, sejamos capazes de separar as duas, mas, se seus tópicos estiverem intrinsecamente ligados, eu não sei quanta distinção entre os dois será visível!” (tradução nossa)

¹⁴³ Segue a história arquivística do Fundo Elizabeth Leeds, custodiada pela COC: “Em 2007, Elizabeth Leeds doou ao Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, documentos do marido e

apenas no momento do processamento técnico do conjunto documental. Elizabeth e Anthony Leeds não eram apenas casados, eram parceiros de muitas pesquisas. Uma vida pessoal e científica compartilhada resultou também em um “casamento” de seus arquivos. No caso do Center for Portuguese Studies and Culture da University of Massachusetts/Dartmouth, é o nome de Elizabeth Leeds, a doadora, que intitula a coleção, composta não apenas por seus materiais de pesquisa e sua biblioteca, mas também por documentos de Anthony Leeds.

É interessante que a responsável técnica nem mesmo sabia que havia documentos de Anthony Leeds junto aos de Elizabeth Leeds. No entanto, ela buscou informações acerca desta coleção com uma colega de instituição que fez o seu recebimento, e foi informada de que é composta principalmente por cópias e, por isso, não representa uma prioridade na fila de tratamento técnico:

[...] one of the reasons that it has not (yet) been processed is that it is mainly composed of research materials: copies of articles and research that made up Elizabeth's dissertation (she wasn't aware that Anthony's research was part of it either). Thus, it hasn't been a processing priority as we've been focused on processing our collections with original materials (such as letters, photographs, audio-visual content etc.) since those are one of a kind and we are the only institution with the item.¹⁴⁴

Como este acervo ainda não foi tratado e como não há muita clareza sobre o quanto deste material pertence a ela ou a ele, não inserimos este dado como uma das instituições entre as quais o arquivo de Anthony Leeds foi disperso.

As doações de Elizabeth Leeds foram acontecendo em diferentes anos, para estas diferentes instituições, ao longo do tempo, após o falecimento de Anthony Leeds (1989). A primeira doação foi feita para o Smithsonian em 1992; a segunda ocorreu para o Museu da Maré, em 1999. Em 2006, foi feita a doação para o Center for Portuguese Studies and Culture

dela própria referentes à trajetória das pesquisas antropológicas empreendidas por ambos no Brasil e na América Latina, os quais foram denominados inicialmente como fundo Anthony Leeds, em virtude dos registros que interligavam suas práticas científicas. Após a realização do processo de identificação preliminar do fundo, foi possível detectar que suas datas-limite se estendiam ao período posterior à morte do antropólogo, fato que indicou a inserção, ao conjunto inicial, de documentos produzidos e acumulados por parte da doadora a partir do desenvolvimento de suas pesquisas. Diante disso, optou-se pela separação desses documentos, visto que integravam conjuntos distintos, que necessitavam de organização própria, não mais como um único fundo pessoal, mais sim como fundos Anthony Leeds e Elizabeth Leeds.” Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-elizabeth-leeds>. Acesso em: 10 set. 2019.

¹⁴⁴ “[...] Uma das razões que ela [a coleção] ainda não está tratada, é que ela é principalmente composta de materiais de pesquisa: cópias de artigos e pesquisas que compunham a dissertação de Elizabeth (ela [a funcionária que recebeu a coleção] também não estava ciente que a pesquisa de Anthony fazia parte). Portanto, ela não é uma prioridade de processamento, já que nós temos estado focados em tratar/processar coleções com materiais originais (como cartas, fotografias, conteúdo audiovisual etc.), já que são documentos únicos e somos a única instituição que possui este item” (tradução nossa).

da University of Massachusetts/Dartmouth. Nos anos seguintes, ainda ocorreram diversas doações tanto para o Peabody Museum (2011, 2013, 2015 – fotografias; 1992, 2011 – artefatos) quanto para a Casa de Oswaldo Cruz (2007, 2014 e 2017).

Assim, a dispersão pode ocorrer de forma gradual (e não divulgada), na medida em que o doador percebe e entende que determinadas instituições têm relação com parte daquele acervo que deseja entregar, e também na medida em que ele, o doador, se sente “apto” emocionalmente a confiar seus papéis a outrem. É ainda importante considerar a dimensão conjuntural nessa conduta de entregas gradativas. Elizabeth Leeds pode ter doado a um lugar e não a outro por ainda não conhecer todas as opções, por exemplo.

Desta forma, a existência de sucessivas remessas de documentos sinaliza a respeito dessas diferentes temporalidades, relacionadas diretamente aos intentos e desejos do(s) doador(es) e às relações estabelecidas entre este(s) e as entidades custodiadoras escolhidas para receberem partes do acervo.

Um aspecto que também gostaríamos de destacar refere-se ao fato de que, se por um lado, a dispersão amplia as possibilidades de reconhecimento de um titular e de seu trabalho, por outro, esta fragmentação cria lacunas para os pesquisadores, que nem sempre têm conhecimento de que parte do acervo do titular está em outra instituição. Sem que as instituições de guarda criem uma cultura de verificar a história arquivística de forma atenta a eventuais dispersões, um pesquisador pode acabar privado de informações cruciais. Se, por exemplo, estiver interessado na temática dos índios Yaruro, poderia deixar de enriquecer seu trabalho com as fontes do Peabody Museum, por não haver referências a esta coleção, talvez devido ao próprio desconhecimento pelas demais instituições.

E como estamos falando de um arquivo que foi disperso não somente entre diferentes instituições, mas em diferentes países, o preenchimento dessas lacunas traz desafios para os pesquisadores. Viana relatou a importância da ida ao Smithsonian (NAA) para complementar sua pesquisa, tanto do mestrado quanto do doutorado, o que implicou ir para outro país, já que o arquivo ainda não está disponível *on-line*.¹⁴⁵

P.: Tem coisas que... estão lá no Smithsonian... Isso te fez falta?

Viana: Pra pesquisa, fez [falta]. Pra pesquisar, sim, certamente. Tanto que, no mestrado, eu fui lá, no Smithsonian. Fiquei uma semana lá. Fotografei o que deu para fotografar, porque uma semana só, né? [...] E aí, o pouco que eu consegui coletar lá, eu usei no mestrado e no doutorado. Não precisei ir lá de novo.

¹⁴⁵Quando Viana esteve no NAA, pôde fotografar muitos documentos que nos auxiliaram nesta pesquisa.

Viana evidencia a importância da pesquisa nas duas instituições (COC e NAA – Smithsonian), quando explicita o conteúdo do terceiro capítulo de sua dissertação, em que discute a pesquisa de Leeds nas favelas e seu papel como docente, o que envolveu diversas instituições, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos:

O terceiro capítulo foi elaborado por documentos *oriundos das duas instituições arquivísticas que custodiam a totalidade do acervo de Anthony Leeds*. A seção sobre a sua atuação na AID/BEMDOC se baseia na documentação sob a guarda do NAA-SI, Série 5, subsérie geral, caixa 30, dossiê AID. Este dossiê tem os contratos de trabalho firmados entre o antropólogo e o órgão. Através destes, foi possível observar as principais tarefas delegadas ao antropólogo, seus prazos e condições de trabalho. Logo a seguir, a seção que trata de sua atuação no projeto CENPHA-Columbia baseia-se na documentação sob a guarda da COC, especificamente o dossiê BR RJ COC LE DP IC 01. Com relação à sua atividade docente no Museu Nacional, foram analisados os documentos pertencentes ao dossiê Ford Foundation, alocado na série 5, subsérie geral, caixa 30, depositados no NAA. (VIANA, 2014, p.17) (grifo nosso)

Percebemos, através do trabalho de Viana, o quanto estas partes dispersas do arquivo estão imbricadas. Assim, chamamos atenção para os critérios adotados pelos doadores para dispersar o arquivo, que nem sempre são “eficientes” do ponto de vista da pesquisa.

Em entrevista com a professora Ana Luce de Lima, soubemos que Elizabeth Leeds expressou seu desejo de doar para o Brasil os documentos de Anthony Leeds que tivessem relação com aquilo que “fosse do Brasil”. Documentos sobre outras pesquisas de Leeds, sua formação etc., estavam no Smithsonian. No entanto, há documentos referentes ao Brasil que estão custodiados no NAA. Por exemplo, os documentos referentes à pesquisa desenvolvida por Leeds sobre a região do cacau no Brasil estão depositadas no Smithsonian: fotografias, questionários, notas de campo, estatísticas, dentre outros¹⁴⁶. Embora Leeds tenha cursado o doutorado pela Columbia University, todo seu trabalho de campo foi realizado no Brasil.

O mesmo aconteceu com relação às negociações feitas para a vinda de Anthony Leeds ao Brasil para lecionar no Museu Nacional, em 1969, a convite de Roberto Cardoso de Oliveira.¹⁴⁷ Parte dessa documentação está na COC, parte está no NAA. Na COC constam duas cartas de Anthony Leeds avaliando o desempenho dos alunos no curso ministrado, enviadas

¹⁴⁶ *Finding Aid* – Smithsonian Institution – NAA, Série 3 (Field Work – 1951-1958), Box 13.

¹⁴⁷ “O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira foi indigenista e etnólogo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), autor de 12 livros, com diversas publicações no Brasil e no exterior; foi fundador do programa de pós-graduação do Museu Nacional/UFRJ, e da Universidade de Brasília”. Disponível em: http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/roberto_cardoso_de_oliveira.html. Acesso em: 17 jun. 2019.

para Roberto Cardoso de Oliveira e para o Dr. William D. Carmichael¹⁴⁸, então chefe da Fundação Ford na América Latina e Caribe.¹⁴⁹

No NAA, no “dossiê” referente à Fundação Ford, instituição que prestou suporte financeiro para esta empreitada de Leeds ao Brasil (VIANA, 2014, p.135), estão, entre outras, uma carta de Leeds para Cardoso¹⁵⁰, oferecendo uma lista de cursos que ele poderia ministrar no Museu Nacional, e uma carta de Cardoso para Leeds, em que consta a informação de que Leeds foi contratado para ministrar os cursos de Antropologia Urbana e Ecologia Cultural (VIANA, 2014, p.135)¹⁵¹.

Diante de um arquivo diverso, em que se expressam múltiplas relações e interligações, Elizabeth Leeds elencou critérios próprios, mesmo que não tão conscientes, para dividir e doar o arquivo de Anthony Leeds, orientada por questões afetivas, pragmáticas, intelectuais ou outras.

O NAA foi tido como uma instituição sólida, que não apenas dignificaria o arquivo de Leeds, mas poderia ser base de divulgação para outros estudos a partir dele. A doação vem como uma sugestão de Sieber (1994), antropólogo que escreveu sobre a trajetória de Anthony Leeds.

No caso da COC, uma rede de relacionamentos tecida ainda no período em que Anthony Leeds realizava pesquisas nas favelas brasileiras, com Lícia Valladares e Nisia Trindade Lima, possibilitou a aquisição de parte do arquivo décadas depois. As boas relações estabelecidas entre doadora e instituição revelam um elo de confiança determinante para que, eivados não apenas de valor profissional, mas de valor sentimental, os documentos de Leeds ganhem como destino a COC.

¹⁴⁸ “Dr. Carmichael possesses more than five decades of experience and since the early 1990s has tapped into his robust skill set as a consultant on education and economic development. Some of his earliest career positions included being a budget analyst and legislative analysis for the United States Bureau of the Budget and the Bureau of Budget and Planning. In the late 1950s, Dr. Carmichael became a director of the undergraduate program at the Woodrow Wilson School of Public and International Affairs and a lecturer of economics and public affairs at Princeton University. In 1960, Dr. Carmichael expanded his role with Princeton University, becoming an assistant professor at the institution. He continued his career in academia as a professor of economic policy and dean of the graduate school of business and public administration at Cornell University. In 1968, he felt a calling to work in the field, becoming Head of the Ford Foundation in Latin America and Caribbean. Disponível em: <http://www.williamdcarmichael.com/bio.html>. Acesso em: 17 jun. 2019.

“William D. Carmichael joined the Foundation in 1968 as Representative in the Brazil office, a position he held until 1971. In July of 1971, he was promoted to Head of the Office of Latin America and the Caribbean.” Disponível em: <https://dimes.rockarch.org/FA522/collection>. Acesso em: 17 jun. 2019.

¹⁴⁹ As duas cartas datam de 20 de janeiro de 1970. (COC – LE-DP-RA-02 – Cartas). Uma delas, endereçada a William D. Carmichael, apresenta críticas de Leeds ao Programa de Antropologia e suas impressões sobre o curso ministrado no Museu Nacional.

¹⁵⁰ Lista de cursos. Anexo à carta de 20 de julho de 1968, de Leeds para Roberto Cardoso de Oliveira. NAA/Anthony Leeds Papers/ Series 5, Subseries General, Box 30 – Ford Foundation. (VIANA, 2014, p.135)

¹⁵¹ Carta de Roberto Cardoso de Oliveira para Leeds. 18 de outubro de 1968. NAA/Anthony Leeds Papers/ Series 5, Subseries General, Box 30 – Ford Foundation. (VIANA, 2014, p.135)

Outro elemento importante nesta teia de relações foi Rachel Viana, que, ao longo de suas pesquisas sobre Leeds e sua obra, acabou portadora de mais uma remessa de documentos para a COC, incluindo a tese não publicada de Anthony Leeds. O próprio interesse de Elizabeth Leeds na temática de favelas também a conectou a pessoas ligadas ao Museu da Maré, que permitiram as doações das fotos. Quanto ao Peabody, a proximidade com o local e o tipo de acervo do Museu aproximaram a doadora desta instituição, possibilitando essa doação.

É importante observar também o interesse das entidades custodiadoras em receberem “partes” de um arquivo disperso. Embora a entidade custodiadora possa desconhecer que a doação recebida seja referente a apenas uma parte do arquivo, também é possível que ela receba essa parcela de forma consciente, nos casos em que seja significativa para suas linhas de pesquisa ou de acervo.

No caso da COC, Nísia Trindade Lima desenvolvia um projeto de pesquisa sobre moradias populares nas favelas no Brasil, conforme nos contaram Rachel Viana e Ana Luce de Lima. Assim, o arquivo de Leeds, ainda que em parte, foi bem recebido na COC, por convergir com trabalho de pesquisa da instituição, e por possibilitar acrescentar, ao acervo disponível na COC, a temática relativa a favelas. Além disso, a doação veio ao encontro dos anseios de Elizabeth Leeds, que desejava doar os estudos sobre favelas para uma instituição brasileira.

No caso do NAA, que é um Arquivo especificamente dedicado à Antropologia, em que a instituição somente recebe uma “*tiny percentage of what it is offered*”, que “*truly fill a gap in the collections*”, compreendemos que a recepção do Arquivo de Anthony Leeds só foi possível porque seu conteúdo convergia com a linha de acervo da instituição. Da mesma forma, parece que as fotos doadas para o Museu da Maré contribuíram na perspectiva de trazer esse olhar de um antropólogo-fotógrafo (ou vice-versa) por meio das imagens que captou. As imagens também se tornaram produtos (*banners*, cartões postais) para o próprio Museu. E as fotografias doadas para o Peabody Museum encontraram espaço de acolhimento e divulgação dentro de um museu voltado para questões etnográficas e arqueológicas.

Assim, chamar a atenção para a dispersão de fundos é sinalizar o caráter fragmentário dos arquivos como uma expressão da vida, de relações pessoais e institucionais, circunstâncias, interesses e sentimentos que promovem este fenômeno.

3 DIVIDIR PARA MULTIPLICAR: DISPERSÃO COMO ESTRATÉGIA NO ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS

Getúlio Vargas está presente em nomes de ruas, avenidas, municípios, escolas. Mas é possível sugerir que seu arquivo pessoal teve importante papel para que seu nome não fosse esquecido. Mais do que isso, a disponibilização do arquivo pessoal de Getúlio Vargas possibilitou que seus governos fossem revisitados por meio de inúmeras pesquisas e publicações, contribuindo para que sua trajetória e atuação política permanecessem vivas na memória histórica da nação.

3.1 SOBRE GETÚLIO VARGAS

De acordo com Boris Fausto, Getúlio Vargas foi a “figura de maior expressão da história política brasileira do século XX” (2008, p.331).

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19 de abril de 1882, na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul. Era filho de Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles Vargas. Em 1911, aos 29 anos, casou-se com Darci Sarmanho Vargas, e com ela teve seus cinco filhos: Luthero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio.

Getúlio Vargas fez parte do Exército, mas não por muito tempo. Em 1889, alistou-se para o 6º Batalhão de Infantaria em São Borja, mas logo, em 1903, deu baixa da corporação, ingressando na Faculdade de Direito, da qual sairia formado em Ciências Jurídicas e Sociais em dezembro de 1907.

De acordo com o verbete biográfico do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV, 2019): “Em 1907, ingressou efetivamente na política partidária republicana, juntamente com toda uma geração de estudantes gaúchos que se notabilizaria na política nacional e que seria chamada por Joseph Love de a “geração de 1907” (CPDOC/FGV, 2019)¹⁵². Entre estes outros “notáveis” estariam Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro.

Em 1909, aos 27 anos, iniciou sua carreira política, sendo eleito deputado estadual para a Assembleia dos Representantes. Em 1913, embora eleito deputado estadual, renunciou ao cargo por discordâncias com o governo de Borges de Medeiros. Durante os intervalos dos

¹⁵² Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

períodos de legislatura, continuava atuando em sua carreira de advocacia. De acordo com D'Araújo:

Getúlio Vargas não teve uma longa carreira no Congresso Nacional, mas, devido a todas as controvérsias que seu nome envolve, foi o mais importante político brasileiro do século XX. Com algumas interrupções, exerceu os mandatos de deputado federal de 1923 a 1926, e de senador de 1946 a 1947, permanecendo, ao todo, seis anos no Parlamento. Em contrapartida, foi o presidente da República que mais tempo esteve à frente do cargo: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. (D'ARAÚJO, 2017, p.11)

Este homem, envolvido em “controvérsias”, como menciona D'Araújo, inaugurou uma “era” na história brasileira, que leva seu nome, a Era Vargas. Esse período costuma ser dividido em três momentos: de 1930 a 1934, como Governo Provisório; de 1934 a 1937, como Governo Constitucional, e de 1937 a 1945, como Governo Autoritário ou Estado Novo (ANDREOTTI, 2006, p.103). Seu governo de 1951 a 1954 é conhecido como um período democrático.

Durante a Era Vargas foi criado o Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930 (FAUSTO, 2008, p.337). E também:

É dessa época: a criação, dentre outros, do Conselho Nacional de Educação (1931), Plano Nacional de Educação (1937) e Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938); a reorientação enfática do aparelho educacional resultando na criação das universidades brasileiras articuladamente à fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, responsáveis pela elevação do nível dos chamados "estudos sociais" – antropologia, história, política; a criação das chamadas "leis orgânicas" editadas ou elaboradas durante a vigência do Estado Novo e destinadas a reformar diferentes modalidades de ensino, a saber: industrial, comercial e secundário – modalidade de ensino idealizada como espinha dorsal do sistema escolar, aparelho escolar; e também as "leis orgânicas" editadas em 1946 e reformadoras do ensino primário, normal e agrícola. (MONARCHA, 1999, P 59-60)

Durante seu governo, foram criados o Ministério do Trabalho, em 1930, e promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Boris Fausto destaca, no governo Vargas, que a política trabalhista foi “inovadora em relação ao período anterior”, porque “teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso do governo” (FAUSTO, 2008, p. 335).

Vargas contou com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que não só exercia censura da imprensa, mas também promovia a propaganda de seu governo e de sua imagem; e com o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado pelo

Decreto-lei de julho de 1938, responsável por reformar a administração pública (FAUSTO, 2008, p.375-378).

O Estado Novo se caracteriza como um governo autoritário, quando o Congresso foi fechado, os partidos políticos extintos e uma nova Constituição foi imposta, apelidada de “Polaca”, por ser inspirada na constituição polonesa de 1926. Carneiro aborda a questão do autoritarismo de Vargas nesse período:

O autoritarismo surgiu com a única forma possível, em contraposição ao liberalismo e ao comunismo, de conter essas "novas forças" que emergiam no cenário nacional como consequência do desenvolvimento urbano-industrial. As soluções nacionalistas ganharam força e sentido, encobrindo as atitudes fascizantes de Vargas. (CARNEIRO, 1990, p.10)

Com a queda dos regimes nazifascistas após a Segunda Guerra Mundial, Getúlio é pressionado a renunciar. Ele deixou o poder e só retornou em 1950, pelo voto democrático. No entanto, após uma série de eventos que culminaram em uma crise no governo, em 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se aos 71 anos de idade, dando fim a um longo período no poder.

Além de contar com o aparato da própria máquina do Estado para “mitificar” sua imagem, o suicídio contribuiu para perpetuar a lembrança de um grande líder que se sacrificou pelo povo:

A morte tem um papel importante na construção da ideia de um legado, na medida em que ela é, ao mesmo tempo, fim de um percurso e condição de consolidação de uma finalidade, um sentido, para esse percurso. Com a morte, especialmente a morte heroica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, àquela marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico. O suicídio de Getúlio é emblemático do ponto de vista de uma morte a qual associou-se o atributo da heroicidade, já que a interpretação do gesto aproximou-o do sacrifício pessoal, perpetrado para solucionar a crise que assolava o país. (HEYMANN, 2004, p.4-5)

Tavares afirma que Getúlio “era amado por milhões e tão amado quanto odiado por outros milhões” (2014, p.18). E acrescenta:

Esse jeito labiríntico de fazer as coisas, preferindo a linha indireta à direta, foi pelo menos a ideia que ficou do estilo político de Getúlio. O seu populismo consistia nisto: fazer o que o povo queria e pedia. Mas antes, induzir o povo a querer (e pedir) o que ele, Getúlio, pensava e queria. Talvez esse fosse o dom

supremo da sua sensibilidade social, popular e nacional, e que fez dele um líder. (TAVARES, 2014, p.48)

Vargas foi fielmente seguido, aconselhado e admirado por sua filha Alzira Vargas. Ela foi uma ferrenha defensora de sua memória¹⁵³ e, em seu livro *Getúlio, meu pai*, escreveu contra aqueles que acusavam seu pai de autoritário e fascista:

Talvez, ainda hoje, algumas pessoas, mais por teimosia do que por convicção, se perguntam por que persisto em chamar democrático todo o governo de meu pai. Se a palavra democracia se tornou sinônimo ou símbolo da vontade popular, não vejo ninguém com mais direito ao título de democrata da História do Brasil do que Getúlio Vargas. Todos os seus atos, mesmo quando dono e senhor da “polaca” aí estão para demonstrar. (PEIXOTO, 1960, p.260)

Getúlio Vargas, que teve uma longa trajetória pública, ocupando diversos cargos na política, constituiu um grande arquivo pessoal, organizado e gerido por sua filha Alzira Vargas. É sobre este arquivo que faremos nossa análise.

3.2 O ARQUIVO DISPERSO

Muito já foi escrito sobre Getúlio Vargas e sua trajetória política. No entanto, a proposta aqui é discutir a trajetória dos documentos de seu arquivo pessoal, sob a perspectiva de uma eventual fragmentação desse conjunto documental.

O “arquivo particular de Getúlio Vargas encontra-se depositado no Cpdoc” (BRANDI *apud* ABREU *et al.*, 2001, p.268). Esta informação, embora verdadeira, pode não abranger a totalidade da realidade desse arquivo pessoal. Assim, analisaremos três instituições relacionadas a Getúlio Vargas, a fim de buscar mapear a trajetória de documentos que possam ter sido dispersados de seu arquivo pessoal.

3.2.1 As instituições

Nesta seção, trataremos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do Museu da República e do Museu Getúlio Vargas em São Borja.

¹⁵³ Ao utilizar o conceito de memória, recorremos a Nora que, entre tantas outras descrições, aborda a questão da “memória” de forma bastante interessante: “O que nós chamamos de memória é, de fato, *a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar*, repertório insondável daquilo que poderíamos ter a necessidade de lembrar”. Entre este “estoque material”, estão os arquivos: “memória de papel”, conforme Leibniz, a quem Nora se refere (NORA, 2012, p. 15). (grifo nosso)

a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

O CPDOC é um centro de documentação e pesquisa que integra a Fundação Getúlio Vargas. Foi criado em 1973 e “tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação” (CPDOC/FGV, 2019). O CPDOC foi concebido e criado por Celina Vargas¹⁵⁴, filha de Alzira Vargas e neta de Getúlio. Celina Vargas conta sobre a criação do Centro:

Sendo assim, minha mãe e eu fomos ao dr. Simões Lopes¹⁵⁵ oferecer o projeto. Existe, aliás, uma carta muito bonita de minha mãe, em que ela se dispõe a doar o arquivo de Getúlio Vargas para a Fundação, com a condição de que fosse criada uma instituição que abrigasse os arquivos dos demais participantes do movimento revolucionário de 30. Ela possuía a visão de que o projeto poderia ser mais amplo, e acho que colaborei, no sentido de não fazer uma coisa restrita, memorialista, de Getúlio Vargas: o importante para mim era estudar o período em que ele atuou e ter uma visão mais abrangente do que havia acontecido com o país. A Fundação abrigou o projeto e logo depois o dr. Simões propôs a criação do CPDOC como uma instituição subordinada ao INDIPO¹⁵⁶. (PEIXOTO, 1999, p. 229-230)

Dessa forma, Alzira Vargas doou o arquivo de Getúlio Vargas com o projeto de criação do CPDOC¹⁵⁷. Até então, esse arquivo vinha sendo cuidado, organizado e até mesmo

¹⁵⁴ “Celina Vargas do Amaral Peixoto nasceu em 1944, no Rio de Janeiro. Possui Bacharelado em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Mestrado em Ciência Política e Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Em 1972, concluiu o doutorado em Ciências Políticas no Cycle de l'Enseignement Supérieur des Lettres et Sciences Humaines, Sorbonne, Université René Descartes e Fondation Nationale des Sciences Politiques. Em 1973 foi fundadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do qual foi diretora entre 1973 e 1990. Entre 1980 e 1990, foi Diretora-Geral do Arquivo Nacional. Entre outros cargos, foi Membro fundador da ANPOCS; do Conselho Técnico Científico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (1986-1992); Diretora-Geral da Fundação Getúlio Vargas entre 1990 e 1997 e Diretora técnica do Sebrae RJ entre 1999 e 2006”. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/celinavargas>. Acesso em: 04 jul. 2019.

¹⁵⁵ Luiz Simões Lopes foi presidente fundador da FGV. Esteve à frente da instituição de 1944 a 1992. Disponível em: <https://70anos.fgv.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹⁵⁶ “O Núcleo de Direito Público foi criado em 1947, por Themístocles Brandão Cavalcanti, que associou à iniciativa, como membros permanentes, Carlos Medeiros Silva e Olavo Bilac Pinto. Funcionou como núcleo por cinco anos e, em 1952, foi transformado no Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP). Em 1973, o instituto, mantendo a mesma denominação, passou a atender pela sigla INDIPO.” (D’ARAÚJO, 1999, p.106).

¹⁵⁷ Na carta dirigida ao Dr. Luiz Simões Lopes, em que doa o arquivo de Getúlio Vargas para a FGV, Alzira Vargas reafirma sua autoridade como herdeira do arquivo (e biblioteca) de seu pai: “Quero reafirmar que esta doação não poderá ser contestada por quem quer que seja, visto que, por desejo de meu pai, e depois por consenso de minha mãe e meus irmãos, eles me pertencem de fato e de direito”. – (AVAP gv acgv 1973.07.14).

disponibilizado para consulta (para alguns pesquisadores) por ela mesma, em sua própria casa, o que fez com que se tornasse a “guardiã da memória” de Vargas (GOMES, 1996, p. 5).

A “arquivista autodidata” Alzira Vargas (NEDEL, 2014, p.2) começou a trabalhar com seu pai ajudando com telegramas cifrados e datilografando “com dois dedos”, quando “a datilógrafa tinha ido almoçar” (PEIXOTO, 1960, p.56). Essa parceria com o pai se desenvolveu e se aprofundou, até Alzira tornar-se oficial de seu gabinete. Mais do que isso, ela se transformou em “sua segunda consciência” (GOMES, 1996, p.9). Após a morte de Getúlio, Alzira continuou guardiã desses documentos, até entregá-los à Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁵⁸.

Em sua estada na França, a filha de Alzira, Celina Vargas, participou de cursos sobre arquivos privados com uma especialista no assunto, com quem buscou aconselhamento sobre o arquivo do avô: “Não era nada mais do que eu tinha na cabeça: como fazer quando chegasse ao Brasil, que eu ia ter que resolver o problema do arquivo Vargas” (VARGAS, 2013, p.2).

Ou seja, Celina já manifestava preocupação de dar um “destino” aos documentos de Getúlio, que até então estavam na casa de sua mãe, sendo pesquisados sem muito controle, com base na confiança estabelecida entre Alzira e os pesquisadores:

Teve um dia, parece até como um cinema na minha frente, eu estava saindo de casa, eu olhei naquela sala de jantar, devia ter uns três americanos, dois brasileiros, todos pesquisando, e ela, vamos dizer assim, comentou simplesmente “podem deixar aí” e quando eu saí, eu fechei a porta e disse para mim mesma “isso não vai dar certo, isso não pode continuar, vamos ter que criar uma instituição” porque um dia ela pode esquecer de ver, alguém pode levar para tirar uma cópia e esquecer de devolver, não tinha má-fé da parte dela ou dos outros, mas tudo poderia acontecer. E o regime era militar. Tinha esses detalhezinhos. (PEIXOTO, 2017 *apud* DUARTE, 2018, p. 123)

Celina Vargas reconhecia a relevância do arquivo do ex-presidente e as possibilidades abertas a partir de sua patrimonialização¹⁵⁹ para a realização de estudos interessados em

¹⁵⁸ Alzira ainda escreveu, em sua carta de doação do arquivo Vargas: “Embora nunca me tenha negado proporcionar aos estudiosos de nossa história o manuseio desses papéis, sou a primeira a reconhecer que são inúmeros os empecilhos que dificultam o acesso a esse farto documentário. Colocando-os ao alcance das vistas dos interessados, creio estar colaborando melhor para o esclarecimento das gerações presentes e futuras do que guardando-os em meu poder. Não foram pequenas as dificuldades que tive de enfrentar para mantê-los intactos tais como me foram entregues por Getúlio Vargas, como bem o sabe. Não repito isso com o intuito de valorizar a presente doação e sim para dar a mim mesma a extensão do sacrifício que me imponho ao desfazer-me de meu precioso arquivo em benefício do futuro dos estudiosos. Sabedora de que o Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, recentemente criado destina-se a: receber e zelar pelos documentos sob sua guarda e pô-los ao alcance dos pesquisadores, venho por meio desta fazer-lhe a entrega dos documentos e papéis pertencentes a Getúlio Vargas.” (PEIXOTO, 1973) - (AVAP gv acgv 1973.07.14).

¹⁵⁹ Utilizamos patrimonializar compreendendo o termo como “Material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade, seja local, seja nacional”. (HEYMANN, 2009, p.1)

compreender a história e a realidade brasileira. (PEIXOTO, 2013, p.9-10). Assim, ela projetou o CPDOC não apenas como uma instituição “memorialística”, mas como um lugar em que se pudesse unir documentação e pesquisa, como ela mesma relata: “o importante para mim era estudar o período em que ele [Getúlio Vargas] atuou e ter uma visão mais abrangente do que havia acontecido com o país” (D’ARAÚJO, 1999, p.230). Ela relatou:

Certamente herdei a preocupação de guardar aquela papelada, que de alguma forma era uma preocupação com a verdade que minha mãe tinha: queria defender o pai, e os documentos que guardava iam ser testemunhos da história e de sua ação política. *Uma mistura entre a visão da universidade, ou seja, de que era necessário conhecer a realidade, e a preocupação de guardar a memória de Getúlio, herdada de minha mãe, me fez imaginar que eu poderia criar uma instituição que associasse as duas coisas.* Além disso, aqueles arquivos eram documentos que eu guardava em casa e que precisavam ter tratamento profissional, tendo em vista a maneira amadorística com que eram utilizados por profissionais americanos, brasilianistas, além de brasileiros. (D’ARAÚJO, 1999, p. 228-229) (grifo nosso)

Depois do arquivo de Getúlio Vargas, outros arquivos de contemporâneos e colaboradores do ex-presidente foram sendo incorporados ao Centro.

b) Museu da República

O Palácio do Catete, onde hoje funciona o Museu da República, foi a sede do governo brasileiro de 1897 até a mudança da sede da presidência para Brasília, em 1960. Anteriormente fora a casa de um grande comerciante português (VERSIANI, 2017)¹⁶⁰

Com a mudança de sede da capital do país e da sede do governo, Juscelino Kubitschek assinou um decreto criando o Museu da República, que seria, na realidade, “parte da Divisão de História Republicana do Museu Histórico Nacional”. O Museu adquiriu autonomia administrativa somente em 1983 (VERSIANI, 2017, p.2).

O Museu da República “busca oferecer ao visitante um panorama da história republicana. Fotos, documentos, objetos, mobiliário e obras de arte dos séculos XIX e XX

¹⁶⁰ Versiani menciona a trajetória do Palácio: “O Palácio foi construído, em meados do século XIX, para ser a residência da família do comerciante português Antônio Clemente Pinto, o barão de Nova Friburgo, proprietário de várias fazendas de café em território fluminense. Resumidamente, em 1890, o Palácio deixa de pertencer à Família do barão, sendo vendido a uma companhia de hotéis e em seguida ao seu maior acionista, Francisco de Paula Mayrink. Hipotecado, acaba por ser novamente vendido, em 1896, agora para o Governo Federal. Como imóvel federal, entre 1897 e 1960, o Palácio abrigou a sede do Poder Executivo brasileiro, quando serviu também de residência oficial a alguns presidentes da República e seus familiares.” (VERSIANI, 2017, p.2).

integram seu acervo, exposto nos diversos salões do Palácio” (MUSEU DA REPÚBLICA, 2019a).

A criação de um Museu representativo do período republicano da história brasileira em um palácio que simbolizava “espaço de moradia e poder da elite”, acabou produzindo e incorporando ao espaço “um jogo em que determinadas memórias fazem-se preservadas e valorizadas como representação da República” (VERSIANI, 2018, p.14).

Além do espaço para exposição, o Museu ainda possui um Arquivo Histórico e Institucional e uma Biblioteca¹⁶¹:

O Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI/MR) é composto por dois grandes conjuntos de documentos: o Arquivo Histórico, composto por 29 coleções relacionadas a personagens ou acontecimentos que marcaram de alguma forma a história republicana brasileira; e o Arquivo Institucional, com a documentação resultante da trajetória de funcionamento do Museu da República desde sua criação em 1960. (MUSEU DA REPÚBLICA, 2019b).

O acervo do Arquivo Histórico foi formado, inicialmente,

[...] a partir da transferência, no período entre 1960 e 1983, de objetos, livros e documentos até então depositados no Museu Histórico Nacional, relacionados ao nosso período republicano. A este primeiro núcleo documental somam-se outras aquisições e doações relacionadas a personagens ou acontecimentos que marcaram de alguma forma a história republicana brasileira. Os documentos são oriundos, sobretudo, de arquivos pessoais, além de documentos avulsos diversos. [...] Trata-se de acervo predominantemente em suporte papel (há apenas alguns itens em suporte tecido ou couro), composto de documentos textuais (manuscritos e impressos), fotografias, plantas e mapas. (MUSEU DA REPÚBLICA, 2019b)

O Arquivo Institucional foi criado em 2010, por meio do “Programa Memória Institucional”, para resgatar a história da instituição e da própria formação dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Esta foi uma iniciativa surgida dentro do Arquivo Histórico (BATISTA, 2016, p. 26-27).

Nesse âmbito de valorização de uma determinada representação da República, Getúlio Vargas ocupou um espaço importante de identificação com o local, que passou a ser conhecido como o “Palácio do Getúlio” (VERSIANI, 2018, p.24). O estabelecimento de seu governo naquele espaço por 19 anos, e seu fim dramático por meio do suicídio, só contribuíram para

¹⁶¹ Há, ainda, outros espaços no Museu, como um grande jardim na área externa, um espaço de cinema, reserva técnica e um laboratório de conservação e restauração (Lacor/Papel). Restringimos ao corpo do texto apenas aqueles espaços mais diretamente ligados à nossa pesquisa.

esta associação: “[...] longe de ensejar o término do mito de Vargas, cuidadosamente construído durante o Estado Novo [...] o suicídio veio a revigorá-lo e conferir-lhe, pelas frequentes lembranças do episódio, um grau de permanência que o faz chegar até aos dias de hoje” (SÁ *et al.*, 2008, p.50).

Getúlio Vargas é uma figura que ainda hoje mobiliza visitantes e curiosos no Museu. E o seu acervo tem grande importância neste espaço.

c) Museu Getúlio Vargas ou Casa-Museu Getúlio Vargas

O Museu Getúlio Vargas em São Borja, ou a Casa Museu Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, construído entre 1910 e 1911, foi o local onde Getúlio Vargas morou logo que se casou e onde nasceram seus cinco filhos. Vargas lá viveu com sua família até 1923, quando foi eleito deputado federal, o que ocasionou sua mudança para o Rio de Janeiro.

A transformação da antiga casa em museu foi um projeto idealizado por Luthero Sarmanho Vargas, o primogênito do estadista. Para realizar seu intento, Luthero Vargas criou a Associação Cultural Getúlio Vargas em 17 de fevereiro de 1982, uma entidade destinada a apoiar e subsidiar este projeto¹⁶². Em sua primeira reunião, foi votado e aprovado o primeiro Estatuto da Associação¹⁶³. Contudo, só tivemos acesso à versão final do documento, registrada em cartório em 1995¹⁶⁴, cujas finalidades são apresentadas no artigo 3º. Entre elas está a criação do Museu Getúlio Vargas:

¹⁶² (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GETÚLIO VARGAS, Ata de Fundação. 1982, p.1) – A Associação ganhou o estatuto de Personalidade Jurídica em 19 de julho de 1982. No Estatuto da Associação consta que ela funcionaria na casa de Getúlio, mesmo local no qual seria montado o Museu. Fomos informados, via *e-mail*, pelo Museu, que a Associação ainda “existe no papel, pois nunca foi extinta oficialmente, mas não atua e não fiscaliza o museu”.

¹⁶³ Na ata inaugural de 1982 há somente o relato de que os itens do Estatuto foram votados e aprovados: “Convidou, logo após, o Senhor Apparício Silva Rillo, autor do Projeto de Estatutos, para proceder-lhe a leitura. Submetido à discussão e votação, à medida que ia sendo lido, capítulo por capítulo foi aprovado”. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GETÚLIO VARGAS. Ata de Fundação, 1982.p.1)

¹⁶⁴ Até a versão final de 1995, houve, em 1987, propostas de modificações no documento, submetidas por Luthero Vargas, presidente perpétuo da Associação, aos seus membros. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GETÚLIO VARGAS, 1987, p.4.). Entre as propostas, que envolviam, dentre outras, alterações nas atribuições de cargos dos membros da Associação, sempre buscando melhorias tanto para a Associação quanto para o Museu, também estavam propostas de alteração do texto nas próprias finalidades da Associação:

- No artigo 3º, item 2 deveria ser substituído o texto “reúna e conserve, sob mostra sistematizada, os bens materiais deixados pelo Presidente” por “reúna, conserve e classifique as coleções de objetos do Museu Getúlio Vargas de interesse histórico e os utilize para o desenvolvimento dos conhecimentos pertinentes ao Presidente Getúlio Vargas”.
- O item 6, do mesmo artigo, deveria ser alterado de “Emprestar apoio e colaboração a entidades culturais, oficiais ou particulares, com finalidade idênticas ou correlatas” para: “Preservar e conservar a casa que GETÚLIO VARGAS mandou construir e onde nasceram seus filhos, com valor histórico, idêntico ao de um museu”.

- 1- O culto a memória do presidente GETÚLIO VARGAS;
- 2- A instalação de um museu que, sob a denominação de “Museu Getúlio Vargas”, reúna e conserve, sob mostra sistematizada, os bens materiais deixados pelo presidente;
- 3- A formação de biblioteca, acervo fotográfico, plástico-artístico e documental, ligados à sua figura, como homem e estadista de renome internacional, às de seus ancestrais e à de sua família;
- 4- A facilitação de meios e de fontes de pesquisa e de informação aos estudiosos de sua vida, de seu tempo como estadista e, conseqüentemente, as implicações no panorama político no contexto brasileiro e internacional;
- 5- A promoção de seminários, painéis e debates sobre sua vida e sua atuação política no concerto brasileiro e no internacional;
- 6- Emprestar apoio e colaboração a entidades culturais, oficiais ou particulares, com finalidade idênticas ou correlatas;
- 7- Trabalhar para melhor conservação dos monumentos, das praças e dos logradouros públicos, de modo geral, que reverenciem a memória do Presidente GETÚLIO VARGAS; e
- 8- Manter viva e sempre constante, na lembrança do povo brasileiro, sua personalidade integral e as realizações de seu governo, nos campos político, social, econômico e cultural de nossa Pátria e, especialmente, sua luta pela conquista e pela afirmação da independência econômica do Brasil. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GETÚLIO VARGAS, 1995, p.1)¹⁶⁵

A ata de fundação da Associação Cultural Getúlio Vargas (1982) relata que a concretização deste projeto fazia parte de um “antigo e acalentado anseio” de Luthero

Luthero Vargas buscou enaltecer Getúlio Vargas como uma figura política importante no cenário brasileiro, valorizando, desta forma, simultaneamente, o espaço do Museu como um lugar de valor histórico e museológico, associado diretamente à figura e trajetória de seu pai. E este empenho ficava expresso na revisão das palavras e no meticuloso ajuste do Estatuto da Associação, de maneira a valorizar o compromisso com a preservação dessa memória (ao mesmo tempo nacional e também regional) e da importância do trabalho desenvolvido pelo Museu.

¹⁶⁵ No texto original do Estatuto da Associação, o nome de Getúlio Vargas consta em caixa alta, por isso reproduzimos, aqui, o texto na íntegra.

Vargas¹⁶⁶. De acordo com o Parágrafo 1º do Estatuto, a Associação seria responsável não só pela administração, mas também pela manutenção (inclusive financeira) do Museu¹⁶⁷.

Ainda foi instituído (Art. 6º) um Conselho Cultural, que seria um órgão de assessoramento da Diretoria, “integrado por cinco membros de reconhecida cultura geral e comprovada idoneidade, com a finalidade fundamental de opinar sobre a organização e as atividades do Museu” (ASSOCIAÇÃO..., 1995, p.3). Conforme informações obtidas com o Museu, via *e-mail*, a utilização do espaço da Casa de Getúlio como Museu se deu em 1984, dois anos após a criação da Associação.

Assim, o Museu fundado em 1984¹⁶⁸ teve seu acervo formado: “[...] a princípio, por móveis, livros, documentos, fotografias e outros objetos de uso pessoal do Presidente, ora em poder de seu filho, Dr. Luthero Sarmanho Vargas, e futuramente, por outras doações da mesma natureza” (ASSOCIAÇÃO..., 1995, p.1).

A doação de Luthero Vargas foi apenas o início deste acervo, que continuou a crescer a partir de outras tantas doações, alinhadas com a proposta do espaço de “culto à memória, história e legado deixado pelo presidente Getúlio Vargas”¹⁶⁹

¹⁶⁶ Em 1986, Luthero Vargas doou à Prefeitura Municipal de São Borja o prédio e o terreno em que se localizava o Museu (do qual lhe pertenciam 5/8 da propriedade), no molde “Doação com encargo”. Isto é, a Prefeitura assumiu o dever de “conservar o bem doado, não podendo alterar a fachada do prédio e destiná-lo exclusivamente para sede do Museu Getúlio Vargas”, e também se tornou responsável pela “Manutenção do órgão, Biblioteca, Museu Arquivo e Museu Histórico”. No contrato, também foi estabelecida uma cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade. Luthero Vargas manteve o direito de “fiscalização”, sendo-lhe vedado retirar qualquer objeto do espaço doado. Embora o Município tenha se responsabilizado pelo cuidado e manutenção do Museu, a ata de 23 de janeiro de 1992 relata o “atendimento deficiente”, uma situação de crise financeira e a conseqüente “preocupação com a segurança do acervo”, já que o Museu contava apenas com um funcionário. A ata de 1993 relata que o Museu estava sendo mantido pelos filhos de Luthero Vargas (após seu falecimento), e foi levada para a Associação, naquele mesmo ano, a proposta de transferir a manutenção do Museu e de seu acervo para o Município de São Borja, tendo sido aprovada em 4 de junho de 1993. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GETÚLIO VARGAS, Ata, 1993). Em 1994, o imóvel foi tombado e passou a integrar o “Patrimônio Histórico e Cultural do Estado” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GETÚLIO VARGAS., 1994, p.1).

Outro aspecto para o qual chamamos a atenção é a não participação dos outros filhos na atuação do Museu. Seus nomes não aparecem no Estatuto, nem na ata de fundação. Entretanto, em 2007, no decreto da prefeitura de nº 12.744, os nomes dos demais filhos (Manoel, Jandira e Alzira Vargas – Getúlio Filho já era falecido) aparecem para fins de desapropriação dos demais 3/8 da propriedade (5/8 já pertenciam à Prefeitura), em prol do projeto de restauração do Museu. Esta expropriação se dá por “Utilidade Pública”.

¹⁶⁷ Segundo o Estatuto, Art. 15º, um dos deveres dos sócios da Associação seria pagar mensalidades e a joia fixada pela diretoria, para manutenção da Associação. (ASSOCIAÇÃO..., Estatuto, 1995, p.5). Em 1987, correspondia a cinco por cento do salário mínimo; em 1988, caiu para um por cento do salário mínimo. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GETÚLIO VARGAS, Ata, 1987 p.5, 1988, p.7).

¹⁶⁸ No perfil do Museu Getúlio Vargas no portal do Facebook, a data de fundação aparece como 1984. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/museugetuliovargas/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹⁶⁹ De acordo com uma postagem na página do Facebook do Museu, no dia 15 de abril deste ano (2019), “foi realizada uma doação pela família Aldo Santini, da cidade de Flores da Cunha/RS, de um lenço do ex-presidente Getúlio Vargas.”. Desta forma, como previsto em seu estatuto, o Museu ainda recebe doações e amplia seu acervo.

De acordo com um documento intitulado *Histórico da instituição*, encaminhado por e-mail por uma funcionária do Museu, em 30 de março de 1994 o Museu Getúlio Vargas foi declarado de utilidade pública. Em 1995, passou por reformas, sendo reaberto em 24 de agosto daquele ano, data do 41º ano do suicídio de Getúlio Vargas. O Museu foi tombado como patrimônio do Município de São Borja pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) em 21 de janeiro de 1994¹⁷⁰. Além do espaço da Casa dedicado à exposição, há também uma reserva técnica e uma sala para pesquisas:

O imóvel possui 11 (onze) cômodos, onde estão 158 (cento e cinquenta e oito itens) referentes ao acervo histórico em exposição permanente, que somado ao acervo fotográfico e bibliográfico perfaz um total de aproximadamente dois mil itens, caracterizado numa bi-tipologia, ou seja, o personagem Getúlio Vargas, sua história política e familiar.

A casa Museu Getúlio Vargas destaca-se com a realização de projetos educativos e culturais, como a SEMANA COMEMORATIVA AO ANIVERSÁRIO de nascimento (abril) e de morte (agosto) de Getúlio, por meio de visitas guiadas gratuitas, ciclo de palestras, projeção de filmes, debates, mesa redonda e outras ações que intensificam a relação do MUSEU com a comunidade local e demais municípios e países vizinhos.¹⁷¹

O documento ainda informa que a Associação Getúlio Vargas funcionava como órgão fiscalizador do Museu tendo, na presidência, Viriato Surreaux Vargas, sobrinho neto de Getúlio Vargas.

3.2.2 Fontes de pesquisa documental

a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Iniciamos a nossa pesquisa sobre o arquivo de Getúlio Vargas no *site* do CPDOC (CPDOC/FGV, 2019) por meio da base Accessus¹⁷². De acordo com Gonçalves, a base foi implementada no ano 2000 e “permitiu a informatização da organização, da descrição e da consulta à documentação” dos acervos custodiados pelo CPDOC (GONÇALVES, 2007, p.7).

Lá pudemos visualizar o “Guia dos Arquivos” (CPDOC/FGV, 2019), que apresenta informações gerais sobre os fundos custodiados pela instituição. Ainda por meio da Accessus é possível consultar virtualmente o arquivo desejado. Muitos documentos já estão digitalizados e disponíveis para consulta *on-line*. Para outros, consta somente a descrição das unidades

¹⁷⁰ Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15643>. Acesso em 16 jun. 2019.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=GV>. Acesso em: 02 maio 2019.

documentais (dossiês). Os documentos podem ser acessados na própria entidade, localizada no bairro de Botafogo (RJ).

No Guia dos Arquivos (CPDOC/FGV, 2019) constam as seguintes informações sobre o arquivo de Vargas: dados biográficos do titular, formação acadêmica, principais atividades (cargos políticos), outras atividades, os quantitativos e tipos de documentos textuais, impressos, audiovisuais, análise do conteúdo da documentação (organização do arquivo em séries) e descrição do conteúdo das séries.

No campo “Análise da Documentação” do Guia, é informado o arranjo das séries e também o teor dos documentos do arquivo:

O arquivo está organizado em 4 séries: CORRESPONDÊNCIA, CAMPANHA DE 1950, MISCELÂNEA e RECORTES de JORNAIS. Os documentos possibilitam a recuperação da trajetória pública do titular, focalizando todos os eventos políticos ocorridos entre as décadas de 1930 a 1950.¹⁷³

No campo Descrição do conteúdo das séries são apresentadas as datas-limite e a quantidade de documentos de cada série. Também consta a existência de duas remessas suplementares de documentos, mas não há dados sobre quando essas remessas foram feitas, nem quem fez as doações. O Guia do Acervo também não oferece informações sobre a procedência ou história arquivística do conjunto documental.¹⁷⁴

b) Museu da República

A pesquisa no Museu da República foi feita pela internet e presencialmente. Embora o Museu também disponibilize, no *site* da instituição, um Guia de Acervos, os inventários só podem ser consultados presencialmente, na sala de consultas do Arquivo Histórico.

No *site* do Museu podemos acessar o “Guia do Acervo” dentro de *link* “Arquivo Histórico”, iniciando a pesquisa em “Acervos e Pesquisa”, na página inicial (MUSEU DA REPÚBLICA, 2019a). A partir daí somos redirecionados para uma página em que podemos obter as principais informações sobre cada acervo do Arquivo Histórico, denominada “Guia das coleções”, em que são disponibilizadas as seguintes informações: nome da coleção, código de referência, data de produção, dimensão e suporte, produtores, biografia, história arquivística,

¹⁷³ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=GV>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹⁷⁴ Obtivemos as informações sobre a história deste arquivo a partir de bibliografias sobre o tema e particularmente da leitura de transcrições de entrevistas de Celina Vargas.

âmbito e conteúdo, sistema de arranjo, condições de acesso, condições de reprodução. O Guia segue o padrão Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade).

Os inventários em suporte papel apresentam descrições tanto dos dossiês quanto dos itens, de forma sumária.

c) Museu Getúlio Vargas em São Borja

No caso do Museu de São Borja, não há instrumentos de pesquisa *on-line* que contenham informações acerca do seu acervo. Para conhecermos mais a respeito, entramos em contato com a instituição via *e-mail* e contato telefônico. A partir desse contato inicial, foram fornecidos por funcionárias da instituição imagens (fotografias) dos documentos de fundação da Associação Getúlio Vargas, que previa a criação do Museu, o livro de atas, o estatuto do Museu (ASSOCIAÇÃO..., 1995), e o livro tomo, que descreve o acervo do Museu e também apresenta informações acerca das doações: ano, doador, estado de conservação etc.

O livro-tombo é dividido nos seguintes campos: números de tomo e inventário, data de tombamento, espécie, título-aquisição-características, procedência e estado de conservação. O campo “título/aquisição/características” oferece uma descrição sumária do item doado e complementa as informações de procedência, fazendo alusão, muitas vezes, ao nome da pessoa ou da instituição doadora. O campo “procedência” nem sempre especifica o nome do doador. Às vezes encontramos apenas uma referência ao nome do lugar de origem da doação, como São Borja, Rio de Janeiro etc.

3.3 UM ARQUIVO EM DIFERENTES INSTITUIÇÕES?

A existência de diferentes entidades fazendo referência à memória documental de Getúlio Vargas nos instigou a averiguar seu arquivo como um possível caso de dispersão. Então, nos propusemos a pesquisar estas instituições e fazer levantamentos bibliográficos e documentais, além de entrevistas, de forma a auxiliar-nos nessa trajetória de averiguação. Fomos também provocados pelo fato de estarmos familiarizados com a ideia de que o arquivo de Getúlio Vargas está concentrado no CPDOC. E realmente está. Mas estaria todo ele lá? ¹⁷⁵

¹⁷⁵ Mapear os lugares em que havia arquivos ou coleções de Getúlio Vargas foi o primeiro passo deste trabalho. Começamos com o CPDOC, e buscamos verificar a existência de outros lugares que custodiassem acervos de Vargas, que pudessem representar um indicativo de dispersão. Em meio a essa busca, nos deparamos com casos que claramente não estavam relacionados a uma possível dispersão, por exemplo, a coleção Getúlio Vargas custodiada pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Ao analisarmos o inventário *on-line*, e diante da

Esse foi um grande desafio da pesquisa: mapearmos as chances de outras instituições, além do CPDOC, terem recebido “partes” de seu arquivo pessoal.

Um primeiro aspecto que desejamos destacar é o envolvimento e a participação da família Vargas na proteção e promoção da memória de Getúlio Vargas, e da importância de seu arquivo neste processo.

Alzira Vargas, que foi a grande e primeira “guardiã” da memória de Vargas, seu pai, (GOMES, 1996, p.8), reconhecia o valor de seu arquivo e interferiu até mesmo no processo de sua constituição.¹⁷⁶ Ela relatou que “Muitas vezes [Getúlio] queria rasgar um papel, eu não deixava” (GOMES, 1996, p.9). Ao mesmo tempo em que o arquivo de Getúlio Vargas teria uma “titularidade compartilhada” (NEDEL, 2014, p.161), entre ele (produtor) e o “agente acumulador” (Alzira Vargas), sua filha dizia ter consciência de que o arquivo não lhe pertencia, como explica Nedel (em nota):

Certa vez, recebendo do pai um grupo de documentos para inserir no arquivo, Alzira deparou-se com as cartas que havia escrito a ele quando em viagem à Europa. Conta-nos que seu ímpeto imediato fora o de descartar tais bobagens em meio a tantos documentos sérios, mas que o presidente a alertara – afirmando que todos papéis pertenciam a seu arquivo e, por essa razão, não deveriam ser eliminados [...] Ela era apenas a guardiã, e não a titular do arquivo, sendo, por essa razão, levada a aceitar suas limitações quanto à constituição do acervo documental. “Todas as bobagens escritas... eu lhas havia dado, já não me pertenciam.”. Ou seja, ela interfere na construção deste arquivo, mas dentro dos limites de uma guardiã, sabedora que a palavra final sobre a constituição deste conjunto de documentos vinha de seu pai, o titular daqueles papéis. (NEDEL, 2014, p. 160-161)

E foi a ela, “que era a filha com a qual tinha mais afinidade e identidade” (PEIXOTO, 2013, p.7), que Getúlio Vargas, ainda em vida, entregou os cuidados de seus “papéis”, conforme conta Célina:

Getúlio Vargas entregou em vida a sua biblioteca e o seu arquivo, portanto, a sua memória, para que ela guardasse e preservasse. É claro que este assunto

ausência de maiores informações, entramos em contato com a ABL através de *e-mail* e fomos informadas de que a coleção de Getúlio Vargas na ABL é composta de documentos reunidos pela própria Academia. Fomos até a ABL, e vimos que a coleção é formada basicamente de discursos de Getúlio e de seu processo de entrada na Academia. Outro caso que entendemos não se tratar de dispersão é o do Memorial Getúlio Vargas, em Volta Redonda, que dispõe de exposição com reproduções de fotos e um acervo tridimensional, museológico. Da mesma forma, não inserimos em nossa análise o Memorial Getúlio Vargas na Glória (RJ), pois não possui acervo próprio, mas painéis com reproduções de fotos de Vargas, cedidos pelo CPDOC e outras instituições de memória. As poucas peças museológicas expostas não têm identificação dos doadores.

¹⁷⁶ Heymann chama a atenção para o fato de que a “configuração final” que um arquivo apresenta “pode ter sido resultado tanto do esforço do titular quanto de um secretário, ou mesmo da família que recolhe o material disperso para doá-lo ou vendê-lo” (HEYMANN, 1997, p. 47).

era motivo de muita preocupação. Nossa família vivia e convivia com uma documentação muito rica, livros, filmes, fotos, de um período que, nos anos setenta, durante o regime militar, se queria esquecer. Então, vocês podem imaginar o problema que nós tínhamos para guardar, manter e resolver. (PEIXOTO, 2013, p.7-8)

Nesse sentido, a seleção¹⁷⁷ daquilo que comporia o arquivo de Getúlio Vargas, a ser custodiado pela FGV (CPDOC/FGV, 2019), passou pelo “filtro” de Alzira Vargas. Este ato de entrega dos documentos a uma nascente instituição de pesquisa, o CPDOC, não foi relevante apenas pelo conteúdo do arquivo que seria disponibilizado, mas também pelo próprio significado da doação, carregada de afetos, receios e, talvez, de expectativas acerca de uma “honra” que precisava ser defendida. Palmeira (2018) interpreta da seguinte forma: “Assim morre o corpo, do indivíduo biológico, mas sobrevive sua honra. Talvez estivesse isso em jogo, mais do que mera idiosincrasia, no zelo com que Alzira Vargas cuidou do arquivo do pai [...]”. (PALMEIRA, 2018, p.45).

Talvez por isso, a doação tenha sido processual, realizada em diferentes remessas. No universo dos arquivos pessoais, a vontade dos doadores é que regula a entrega dos acervos (quando e o que será doado) e estes “quereres” também estão ligados ao estabelecimento de uma relação de confiança com a instituição escolhida para custodiar esses documentos.

A existência de remessas suplementares nos ajuda a visualizar que a decisão de doar um bem de um familiar querido nem sempre é uma decisão fácil. Celina Vargas relata a relutância da mãe quanto à doação do arquivo do presidente: “Minha mãe não estava tranquila. Ela doou com reticências” (PEIXOTO, 2013, p.12). Na carta de doação do arquivo para a FGV, Alzira escreve a Simão Lopes em 14 de julho de 1973:

Depois de *muito meditar* sobre o assunto e, confesso, *a princípio com certa relutância*, cheguei à conclusão de que a Fundação Getúlio Vargas, tão hábil e dignamente dirigida por V. Exa., seria a melhor depositária do acervo de documentos pertencentes a meu pai que ainda se acham em meu poder. (FGC/CPDOC – AVAP gv acgv 1973.07.14). (grifo nosso)

Essa “relutância” em doar não era exclusiva de Alzira Vargas. Na entrevista de Celina Vargas, ela relata o sentimento de muitos doadores, com os quais entrou em contato quando estava à frente do CPDOC, ao se desfazerem de seus papéis:

¹⁷⁷ Utilizamos aqui o termo como sinônimo da ação de escolher, separar. Não fazemos uso do termo “selecionar” fazendo referência à ação arquivística de “Separação dos documentos de valor permanente daqueles passíveis de eliminação, mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade.” (BRASIL, 2005, p. 152)

O Capanema foi dentro... Ele tinha um apartamento alugado no Flamengo para guardar os seus papéis. Imagina o que significava para esse homem isso, ele me entregar essa documentação toda. Eu fui pessoalmente ao apartamento. Porque era como se ele estivesse dando um filho. O Etelvino Lins, quando entregou o arquivo, chorou. Eu não sei o que representava para cada um. Eu sei que para a minha mãe representou muito. Mas representou para todos eles. (VARGAS, 2012, p.14)

Mesmo com “reticências”, a entrega do arquivo do ex-presidente foi feita por Alzira Vargas à FGV, e não apenas por ela. Conversamos com a Adelina Novaes e Cruz, pesquisadora do CPDOC, acerca das remessas do arquivo de Getúlio Vargas para o CPDOC,¹⁷⁸ que nos informou:

A data da doação da dona Alzira [...] foi entregue [o arquivo de Getúlio Vargas] em 1973 com a ideia da criação do CPDOC. Aquele volume maior, vamos dizer assim, 80%, ou talvez mais, do arquivo dele, né? [...] E depois, ela... em 1980, [...] assinou o contrato do Getúlio [e] veio uma outra remessa. Isso aqui. Tá? [Segunda remessa] E aí, depois, em 2005 [...] Quando ela [Alzira Vargas] faleceu, a Celina levou as coisas todas para a casa dela, Celina, mas nunca mexeu. Demorou de mexer, coisa e tal. Nesse momento de 2005, [...] que ela remexeu tudo, isso aí foi a terceira remessa, entregue por ela, mas que já tinha passado pela mão da dona Alzira. Não é que tenha nenhum aspecto de censura, nem nada. Mas foram aquelas coisas que foram ficando embolado com as coisas dela [...].

Portanto, a primeira e a segunda remessas do arquivo de Getúlio Vargas foram doadas por Alzira Vargas ao CPDOC. Já a terceira remessa foi entregue por Celina Vargas, após a morte de sua mãe. De certa forma, Celina Vargas tornou-se co-herdeira do arquivo de Getúlio Vargas¹⁷⁹. A filha de Alzira Vargas e Ernani do Amaral Peixoto não apenas criou o CPDOC a partir do arquivo do avô, mas herdou os “resíduos” desse arquivo, aqueles documentos que, por alguma razão, não foram entregues à FGV, mas dos quais pôde dispor e, ao longo dos anos, ofertar a outras entidades.¹⁸⁰

¹⁷⁸ Esta conversa aconteceu no dia 12 de agosto de 2019, na sala de Adelina Novaes e Cruz, 1412, no CPDOC, Botafogo – RJ. O contato foi intermediado pela professora Luciana Heymann. Adelina Novaes e Cruz é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduada em Cinema Documentário pela FGV (*lato sensu*). É pesquisadora da Coordenação de Documentação do CPDOC desde 2005. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/equipe/AdelinaNovaes>. Acesso em: 19 ago. 2019.

¹⁷⁹ De acordo com o dicionário Priberam, co-herdeiro significa “Herdeiro com outrem ou outros.” Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/co-herdeiro>. Acesso em: 19 ago. 2019.

¹⁸⁰ Gomes abordou sobre uns “caderninhos” que Alzira Vargas não havia entregado ao CPDOC: “D. Alzira guardava ‘coisas’ e, como ela mesma contava, que Getúlio tinha uns ‘caderninhos’ onde fazia notas. Mas ela não mostrava os tais cadernos e sorria, desconversando, quando era abordada mais diretamente sobre o assunto. Com sua morte, como é público, eles foram encontrados por Celina Vargas do Amaral Peixoto ‘escondidos’ pela casa, numa última tática da guardiã, desejosa de exibir e manter segredos”. (GOMES, 1996, p.14)

Assim, Celina Vargas doou ao Museu da República uma grande coleção de objetos que compõem a coleção museológica de Getúlio Vargas no Museu, e também doou uma coleção de documentos, que leva seu próprio nome e está no Arquivo Histórico da instituição. Celina também fez doações ao Museu Getúlio Vargas em São Borja, e de acordo com registro no livro tomo deste Museu, a própria Fundação Getúlio Vargas também realizou doações para lá. Assim sendo, se, por um lado, a família abriu mão desses documentos, manteve o controle sobre a forma e o momento em que seriam entregues e para quem entregariam.

Além do acervo museológico de Getúlio Vargas, o Museu da República ainda apresenta duas coleções custodiadas pelo Arquivo Histórico da instituição: Coleção Getúlio Vargas e Coleção Celina Vargas.

O Guia do Acervo Histórico informa sobre a Coleção Getúlio Vargas: “Coleção formada artificialmente pelos funcionários do Museu da República, a partir da reunião de transferências de documentos do Museu Histórico Nacional e de doações avulsas diversas” (MUSEU DA REPÚBLICA, 2019c). No entanto, não foi identificada a data de criação da coleção. Alguns nomes dos doadores constam no inventário da coleção. São eles: Museu Histórico Nacional, Anna Maria Ribeiro Seabra, Maria Alice Soares Baláz, Marco Aurélio de Mattos La Porta, Ely Gonçalves, Alberto Botafogo Fagundes, Radiobrás, Hélio Jordão, Isabel Maciel Veloso Borges, Júlia Nicolino da Costa, Cláudio Aranha.

A Coleção Getúlio Vargas no Museu da República é composta por diversos tipos de documentos como:

[...] textos, discursos, homenagens e fotografias relativas a Getúlio Vargas. Há documentos pessoais pertencentes a Getúlio Vargas e sua família, tais como diplomas, títulos, homenagens, estampas e discos, além de recortes de jornais, cartões de visita e blocos de anotações; documentos produzidos após o falecimento de Getúlio Vargas, relativos às investigações sobre sua morte, seu aniversário e questões políticas. Há também correspondência sobre assuntos pessoais e políticos; documentos referentes a nomeações, promoções e concessões de títulos, e diplomas a terceiros. A coleção contém ainda uma grande quantidade de fotografias e cartões postais com registros de Vargas, seus familiares, personalidades e manifestações políticas. Constam, também, álbuns fotográficos de diversas instituições, cidades e países, oferecidos a Getúlio Vargas”. (Inventário Coleção Getúlio Vargas – campo – âmbito e conteúdo) (MUSEU DA REPÚBLICA, 2019c)

É importante ressaltarmos que, como muito da história da procedência desta coleção não foi registrada, é difícil mapear todas as origens das doações e identificar nela processos de dispersão do arquivo pessoal do presidente Getúlio Vargas.

No entanto, encontramos indícios de fragmentos do arquivo de Getúlio Vargas na coleção do Museu da República. Em 10 de julho de 1959, data anterior à criação do CPDOC e do Museu de São Borja, portanto, Alzira Vargas enviou uma carta dirigida ao Museu Histórico Nacional, doando um documento que pertencera ao pai. A carta diz:

Lentamente e na medida que me permitem o natural egoísmo de filha e o reconhecimento de a quem devo entregar os objetos pertencentes a meu pai, que já hoje são mais da história do que meus, desejo que fiquem em poder desse Museu Histórico Nacional, ao qual ele sempre dedicou o melhor de suas atenções, dois objetos: **O Diploma do Tribunal Superior Eleitoral, pelo qual foi reconhecido Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil [...]** e uma amostra em forma de monumento do minério de ferro produzido pela Cia. Vale do Rio Doce e que me foi entregue após a sua morte. Certa de que essas relíquias representam para a história da pátria documentos valiosos [...] e que ao país pertencem, envio-lhe minhas cordiais saudações. (grifo nosso) (FGV/CPDOC, 2019) – (AVAP gv acgv 1954.11.06).¹⁸¹

Este documento doado por Alzira Vargas ao Museu Histórico Nacional se encontra na Coleção Getúlio Vargas, arranjado na série “Documentos Pessoais” do Museu da República: “GV 04 (20) dp – Diploma do Tribunal Superior Eleitoral declarando GV eleito Presidente para o período de 31/01/1951 a 31/01/1956, Rio de Janeiro, 27/01/1951 (documento em caixa de madeira)”¹⁸².

Na carta, a filha já demonstra preocupação com o destino do arquivo de seu pai e manifesta o desejo de doar documentos/objetos de Getúlio Vargas, entendendo-os como representativos da história do próprio país. A instituição escolhida para este esboço inicial de doação dos documentos de seu pai foi aquela com a qual o presidente mantivera laços e que lhe conferia, em retribuição, um lugar de honra (Museu Histórico Nacional). O diretor do Museu Histórico Nacional à época, Gustavo Barroso, escreveu a Alzira Vargas:

Agradecendo a V. Ex^a a generosa oferta a este Museu do diploma do Tribunal Superior Eleitoral que reconheceu o Presidente Getúlio Vargas no período de 1951 a 1956 [...] comunico-lhe que estas lembranças serão expostas na coleção de relíquias que nesta casa recordam o eminente e saudoso estadista. [...] esta diretoria nunca o esqueceu e jamais o esquecerá. A sala principal do estabelecimento, que tem o seu nome, encerra os objetos por ele doados no decurso de vários anos [...] Tudo quanto possa lembrar a sua figura histórica de homem de Estado e de homem de coração será religiosamente conservado

¹⁸¹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-sobre-objetos-pertencentes-a-getulio-vargas-doados-a-instituicoes-diversas-e-pecas-criadas-em-sua-homenagem-contem-tambem-pedidos-e-agr>. Acesso em: 29 out. 2019.

¹⁸² Inventário do Museu da República, Arquivo Histórico. Coleção Getúlio Vargas. Série. Documentos Pessoais.

na Casa do Brasil, que lhe deve inúmeros benefícios. (AVAP gv acgv 1954.11.06)¹⁸³

Com a transferência dos documentos do MHN para o Museu da República, o diploma doado por Alzira Vargas foi incorporado à coleção Getúlio Vargas formada neste último.

Há, ainda, outro caso interessante a ser mencionado. A coleção Getúlio Vargas apresenta cartas de cunho pessoal, trocadas entre o presidente e seu filho Manoel Antônio. Como no inventário não constam, entre os doadores, nomes de familiares de Vargas surgiu a dúvida de como cartas pessoais teriam chegado até o Museu.¹⁸⁴ Mais uma vez, um documento no arquivo de Alzira Vargas iluminou o caso. Este documento, assinado por João Victorio Pareto Maciel, esclarece que as cartas, trocadas entre Getúlio Vargas e seu filho Manoel, foram doadas indevidamente ao Museu, por sua irmã, e pede a então diretora do Museu, Lilian Barretto, cópias destes documentos. Segue o relato:

[...] Reportando-me à reunião de ontem, confirmo neste meu pedido que sejam fornecidas cópias de documentos pertencentes à família do Presidente Getúlio Vargas, indevida e ilegitimamente doadas ao Museu da República por minha irmã Isabel Velloso Borges. Os documentos pertencentes à família Vargas, achavam-se em poder de meu pai, em virtude da grande ligação de amizade existente entre ele e Dr. Getúlio, tendo-lhe sido emprestados por D. Alzira e Manoel Antônio, para consultas sobre um estudo biográfico do Presidente que Dr. Maciel pretendia fazer. Buscando preservar a relação de amizade ainda existente entre nossas famílias, dirigi-me a você, pleiteando a restituição dos documentos, que embora doados indevidamente, foram recebidos de boa-fé. Face à impossibilidade de devolução dos originais, aceito receber as cópias dos mesmos, para devolvê-las a seus legítimos donos. Encerro assim minha participação num problema que gerava uma situação de constrangimento dentro de uma amizade que desejo preservar. (AVAP gv acgv 1987.07.29)¹⁸⁵

Observa-se que, neste caso, documentos pertencentes a Getúlio Vargas e que haviam sido emprestados à família Maciel por Alzira e Manoel Antônio Vargas, acabaram integrando uma coleção no Museu da República, dispersos do seu conjunto original, em resultado de um “equivoco”.

¹⁸³ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-sobre-objetos-pertencentes-a-getulio-vargas-doados-a-instituicoes-diversas-e-pecas-criadas-em-sua-homenagem-contem-tambem-pedidos-e-agr>. Acesso em: 29 out. 2019.

¹⁸⁴ Compreendemos que as cartas de Getúlio Vargas recebidas de seu filho Manoel Vargas seriam parte de seu arquivo. Já as que ele mesmo escrevera, pertenciam ao filho, não a seu arquivo pessoal. No entanto, ambas aparecem na coleção Getúlio Vargas no Museu da República.

¹⁸⁵ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-pertencentes-ao-arquivo-getulio-vargas-que-se-encontravam-em-poder-da-familia-de-maciel-filho-e-que-foram-equivocadamente-doados-ao-mus>. Acesso em: 29 out. 2019.

A coleção Celina Vargas contém documentos de Getúlio Vargas e sobre ele, e está arranjada da seguinte forma: Série Documentos visuais, sonoros e audiovisuais – Subsérie fotografias e fitas-cassete; Série Homenagens; Série Documentos complementares; Série Documentos Administrativos; Série Impressos; Série Documentos Pessoais; Série Produção Intelectual.

De acordo com Sílvia Pinho, coordenadora do Arquivo Histórico, estes documentos poderiam ter sido incorporados à coleção do presidente. Isto só não foi feito porque, à época da doação (1999), era uma prática do Museu registrar a coleção por sua procedência e não pelo produtor-acumulador dos documentos. Outra prática recente adotada pelo Museu é a de estabelecer um termo de doação no ato de recebimento de arquivos/coleções.

A citada coleção foi doada ao Museu da República no ano em que foi comemorado o 45º ano da morte de Getúlio Vargas. Heymann lembra-nos que:

[...] em 1999, Celina Vargas doou à instituição cerca de dois mil objetos que pertenceram a seu avô. Essa doação revestiu-se de um sentido de “devolução” ao espaço público de objetos que, com o final trágico do mandato, em 1954, haviam sido retirados do palácio e guardados em poder da família. Entre esses objetos estavam o revólver com o qual Getúlio se suicidara, chapéus, centenas de comendas e outras peças. A motivação para a doação esteve também associada à montagem da exposição *Eu, Getúlio*, inaugurada no final deste mesmo ano, utilizando muitas peças recém doadas. Como contrapartida, o museu firmou o compromisso de expor as peças permanentemente, exigência que constou em uma das cláusulas do contrato que formalizou a doação, assumindo o legado como tarefa constante. (HEYMANN, 2007, p.5)

A doação feita por Celina Vargas abrangia objetos, mas também documentos, que deram origem à coleção que leva seu nome, apesar do conteúdo dizer respeito a seu avô. Na coleção Celina Vargas, o consulente pode encontrar tanto documentos identitários como documentos referentes à formação acadêmica e à atuação política de Getúlio Vargas. Entre seus documentos, podemos citar: o título de eleitor, diplomas, cartões de visita, talonários e cadernetas bancárias, exames médicos, lembrança da primeira comunhão de sua neta Edith Vargas, uma ata de inauguração da Av. Presidente Vargas, condecorações, homenagens, um livro com assinaturas feito pelo Partido Trabalhista Brasileiro pedindo o retorno de Getúlio nas eleições de 1950, fichário com trechos de entrevistas do presidente, notas fiscais referentes a gastos de campanha (1950), caderneta da Caixa Econômica de seu neto (Getúlio), e homenagens *post mortem*.

Os acervos tridimensional e documental doados por Celina Vargas, além de terem constituído importante acervo permanente para a instituição, também serviram para enriquecer

a exposição comemorativa sobre a morte do presidente, “Eu, Getúlio”.¹⁸⁶ Do acervo documental foi utilizado para a exposição, por exemplo, o fichário com frases e citações políticas de Vargas.¹⁸⁷

Observamos, portanto, que a aproximação da família Vargas (por meio de Celina) com o Museu da República, em termos de uma ação donativa, dá-se em um momento de “representação positiva”, conforme aponta Versiani (2017, p.7): “Doações de acervos privados a um museu nacional público não costumam ser ações destituídas de interesses, constituindo uma forma de consolidar representações positivas e prestigiosas para os titulares e seus herdeiros”.

Por meio da exposição “Eu, Getúlio” foi possível mostrar “o Getúlio personalidade pública, mas, sobretudo, detalhes de sua vida privada, do mobiliário a objetos pessoais ou recordações da vida familiar”, segundo o jornal *Folha de São Paulo* à época.¹⁸⁸ Ou seja, de alguma forma, a entrega do acervo ao Museu da República se deu em um contexto de homenagens a Getúlio Vargas, reafirmando determinada imagem do titular que se queria testemunhar. Nesse sentido, conforme Batista, podemos inferir que o:

[...] acervo arquivístico ajuda a produzir sentidos pelos quais as exposições do Museu da República, por exemplo, simbolizam a nação. Os símbolos desta são representados por personagens históricos, eventos, e grandes feitos na república do Brasil. A preservação desses documentos arquivísticos representa ações políticas. (BATISTA, 2016, p.48)

Podemos refletir sobre dois aspectos interessantes a partir desta coleção. Um primeiro aspecto remete a uma “reserva de memória” sobre Vargas guardada pela família. Seja por “reticências” de entregar “tudo” para uma única instituição, seja por “apego sentimental”, fica evidente a existência dessa reserva e o papel de Celina Vargas na administração dessa herança.

¹⁸⁶ Batista, que realiza uma pesquisa sobre o papel de Arquivos dentro de Instituições Museais e estuda o caso do Museu da República, pondera: “A lógica museológica influencia, sobremaneira, a forma de aquisição e organização do Arquivo Histórico. As exposições exercem forte influência na avaliação do que vai constituir o acervo arquivístico do Museu da República. O uso do Arquivo Histórico é principalmente voltado para exposição. As funções e atividades do setor de Arquivo ficam relevantemente direcionadas para a organização de exposições. (BATISTA, 2016, p.83).

Quanto ao uso do termo “coleção” dentro do Arquivo, a autora afirma que “Foi possível verificar contradições, pois os conceitos de coleções e de fundos se confundem nas representações do setor [de arquivo]” (BATISTA, 2016, p.83). Isto ela atribui ao fato de que: “Essa forma de reunião de documentos [coleções] não segue uma lógica arquivística, por valorizar mais o tema do que o respeito à proveniência e à relação orgânica. A lógica museológica parece se sobrepor à lógica arquivística no que se refere à constituição de acervo dentro do Arquivo Histórico. Isso porque o Arquivo Histórico é constituído em sua totalidade por coleções” (BATISTA, 2016, p.73).

¹⁸⁷ No *site* do estúdio de *design* Rico Lins, é possível visualizar partes do material produzido para a exposição “Eu, Getúlio”, entre eles, *folders* e um catálogo. Disponível em: <http://www.ricolins.com/portfolio/eu-getulio/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

¹⁸⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq28089919.htm>. Acesso em: 16 abr. 2019.

Além disso, podemos também observar a doação desses documentos de forma gradativa, para instituições diferentes, em eventos comemorativos, como “uma ação política” ou como uma estratégia, talvez, de exaltação (ou defesa) e multiplicação (por meio da dispersão) da memória de Getúlio Vargas. Heymann explica que:

[...] muitas vezes há uma dispersão do material acumulado pelo titular entre seu cônjuge, descendentes ou outros, envolvendo até disputas acerca dos "legítimos" herdeiros. Isso leva ao fracionamento dos fundos, e até a doações de parcelas para instituições diferentes. Tais instituições podem não ser comunicadas de tal fracionamento. Quando sabem do fato, podem não ter interesse em explicitá-lo exatamente para não terem de dividir o capital adquirido. Tal situação, além de gerar a perda irreversível da organicidade original do conjunto, acarreta problemas para o pesquisador que equivocadamente tomar uma parte pelo todo. (HEYMANN, 1997, p. 49)

Outro local em que vemos este fenômeno é no Museu Getúlio Vargas de São Borja. O Museu fundado por Luthero Vargas não teve, a princípio, qualquer participação direta de Alzira Vargas, a grande herdeira do arquivo de Getúlio e “guardiã” de sua memória. Seu nome não aparece nas atas que documentaram a fundação, nem mesmo no Estatuto do Museu. Encontramos apenas uma referência ligando Alzira Vargas ao Museu de São Borja, mas não em termos de doação. No arquivo de Alzira Vargas, depositado no CPDOC, encontramos a listagem de um material enviado para o Museu de São Borja, “por intermédio de Luthero Vargas”.¹⁸⁹ No final do documento (que parece funcionar como um recibo), há um campo para preenchimento de data: “Recebi em __/__/1983 o acervo destinado ao Museu G.V. de São Borja, remetido por Alzira Vargas do Amaral Peixoto.”¹⁹⁰

Ainda neste documento, datado de 05 de abril de 1983, temos pistas daquilo que pode ter se constituído no acervo inicial do Museu de São Borja. Estão listados, entre outros itens:

Um terno azul, traje da última reunião ministerial em 24-08-1954, -um livro sobre João Pessoa, -um livro de fotos da Revolução de 30, -um cinzeiro de louça- G.V., -uma charuteira de madeira, -uma agenda verde do Banco Industrial Brasileiro, -uma caixa de óculos, -diploma do P.T.B. de Pelotas e telegrama, -um envelope contendo cartões assinados – G.V., - uma nota de CR\$. 10,00 com retrato de G.V. [...]vinte e um blocos de papel despachos G.V com ministros. [...] (FGV/CPDOC- AVAP gv h 1982.02.17)

¹⁸⁹ AVAP gv h 1982.02.17 – Dossiê do Arquivo Alzira Vargas, com documentos sobre a atuação da Associação Cultural Getúlio Vargas. O documento foi datado em 05 de abril de 1983. Termo utilizado para busca: “Associação Cultural São Borja”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-sobre-a-atuacao-da-associacao-cultural-getulio-vargas-de-sao-borja-inclui-atas-e-estatutos>. Acesso em: 29 out. 2019.

¹⁹⁰ AVAP gv h 1982.02.17 – Idem

Um desses objetos listados, o “terno azul, traje da última reunião ministerial em 24-08-1954”, já havia sido relacionado entre outros itens que seriam doados para o Museu da República, em um rascunho de bilhete escrito por Alzira Vargas, com data de “janeiro de 69”, embora esta data esteja riscada e o documento esteja em um dossiê do arquivo da titular, datado de 1983 (FGV/CPDOC-AVAP gv acgv 1983.02.10).¹⁹¹ Isto pode ser um indicativo da desistência de Alzira Vargas de realizar a doação para o Museu da República, em prol do Museu de São Borja, embora não seja possível afirmar que ela tenha destinado para lá alguma parte do arquivo do pai, contribuindo com a formação deste acervo¹⁹².

No entanto, ainda que não tenha havido cooperação por parte de Alzira Vargas, enxergamos na criação do Museu de São Borja um processo de dispersão, pois ao apropriar-se de parte de documentos e objetos de seu pai, Luthero Vargas deu a eles outro destino, diferente daquele escolhido por sua irmã Alzira Vargas. No Estatuto da Associação Getúlio Vargas, Art. 3º, parágrafo 2º temos a seguinte informação:

O acervo básico do Museu Getúlio Vargas será constituído, a princípio, por móveis, livros, **documentos, fotografias, e outros objetos de uso pessoal do Presidente, ora em poder de seu filho, Dr. Luthero Sarmanho Vargas**, e, futuramente, por outras doações da mesma natureza. (grifo nosso).

De acordo com Vianna, Lissovsky e Sá o arquivo pessoal é constituído por aquilo que não foi descartado pelo titular: “o que acumulou um colecionador é tudo aquilo que não descartou, tudo aquilo que de uma maneira ou de outra fazia sentido preservar” (1986, p. 65). Seguindo esta concepção, os documentos apropriados por Luthero Vargas, que haviam sido acumulados e não descartados por Getúlio Vargas (embora não estivessem junto aos demais), também fariam parte de seu arquivo. Onze anos após a criação do CPDOC, porém, o Museu de São Borja é inaugurado com estes documentos, apontando para uma fragmentação de seu arquivo.

Ainda com relação a São Borja, uma situação que não fica totalmente esclarecida são os diversos registros de doação no livro-tombo do Museu oriundas da Fundação Getúlio Vargas. Os primeiros registros datam de 04 de dezembro de 1995. Naquele mesmo ano, em 24 de agosto, data de comemoração de 41 anos do suicídio de Vargas, o Museu de São Borja foi reinaugurado após um período de restauração e reformas. Uma funcionária do Museu nos informou que as

¹⁹¹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-sobre-a-parcela-do-acervo-de-getulio-vargas-doado-ao-museu-da-republica-rj-inclui-informacoes-sobre-as-pecas-e-agradecimentos>. Acesso em: 29 out. 2019.

¹⁹² Não estamos neste ponto discutindo se objetos tridimensionais são considerados como parte de um arquivo pessoal ou não, mas apenas sinalizando que pode ter havido uma possível aproximação de Alzira Vargas em relação ao Museu de São Borja em termos de estar aberta a fazer para lá alguma doação.

datas no livro tomo se referem apenas ao momento de assentamento do item doado, e não à doação em si. Então não podemos precisar em que momento as doações foram feitas, se ocorreram antes ou depois da reinauguração do Museu.¹⁹³

Ainda assim, mesmo que as doações não tenham ocorrido naquele ano, é significativo o número de itens doados pela FGV ao Museu de São Borja. Fomos informadas também pela funcionária do Museu, em contato telefônico, que esses itens são “originais”, isto é, não se trata de cópias. Quando o acervo recebe algum item “não original”, este é registrado no livro tomo como “reprodução”, “cópia” ou “xerox”.

Entre as doações anotadas como oriundas da FGV, citamos: Bandeira presidencial – 1950, diversos discos (temáticas diversas: um de discurso de Getúlio Vargas, outro de discurso de Luthero Vargas, outro ainda de músicas etc. (em apenas em um deles está registrado “cópia”), diversos álbuns de fotografias do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (datando as fotos de 1939 a 1943 aproximadamente), busto em bronze de Getúlio Vargas, máscaras mortuárias em gesso e em bronze do presidente, fotografia (“ato religioso – familiar”), fotos em quadro de Getúlio Vargas em atos como presidente no Paraguai, Argentina (Ex.: “Ass. Convênio Brasil e Argentina – 1941”), livros diversos (ex.: *Actos do poder* [...] Executivo Vol II), medalha “General Bento Gonçalves”, foto de Getúlio Vargas no período do Estado Novo, foto em quadro [Getúlio Vargas] quando menino, livros de Advocacia (1996).

Há também algumas doações esparsas de Celina Vargas listadas com os respectivos anos de tombamento: dois CDs “A Era Vargas” (2008), retrato de Getúlio Vargas (2002, 2005), pratos de louça (2002), xícara com caricatura de Vargas (2002), entre outros.

Apesar destes dados registrados no livro tomo do Museu, não encontramos registros, por parte da FGV, que confirmem estas doações. Em conversa com a professora Adelina Cruz, ela afirmou não se recordar de nada ter “saído” do CPDOC. Ela levantou a hipótese de a FGV ter doado, no máximo, duplicatas de livros (que são bastante numerosos no livro tomo do Museu). Mas ela não soube precisar esta informação. Esta informação ofertada pela professora Adelina nos faz questionar se efetivamente algo do arquivo do presidente, custodiado pelo CPDOC foi disperso e entregue ao Museu de São Borja. Pois, se de um lado o Museu afirma possuir originais doados pela FGV, por outro a própria FGV não parece possuir registros dessas

¹⁹³ Ainda em contato telefônico com funcionária do Museu, foi-nos informado que há uma grande rotatividade de funcionários no local. Não há arquivistas, nem museólogos que cuidem ou tratem continuamente dos acervos. Não há informações sobre como era feito o controle do acervo, anteriormente ao uso do livro-tomo, que parece ser a única forma de descrição e controle utilizada pelo Museu, mas que começa a ser preenchido no final de 1995, após sua reinauguração.

doações. Tampouco é possível determinar se as doações feitas por Celina Vargas ao Museu de São Borja pertenceram ao arquivo de seu avô ou se foram objetos coletados após a sua morte.

Adelina Cruz se referiu às doações feitas por Celina Vargas para o Museu de São Borja: “a Celina quis doar peças que representassem essa coisa do gaúcho, né?... Esses negócios de chimarrão, aquelas coisas que ele tomava, enfim...”. Tais doações, realizadas por membros da família ou por meio de possíveis intermediações e negociações destes (que teriam viabilizado também doações da FGV), podem ter contribuído para compor uma proposta do Museu de aproximar o público não apenas do presidente Getúlio Vargas e seus feitos, mas do “gaúcho”, do homem “privado”.

Heymann lembra-nos que a doação de um arquivo a uma instituição de memória representa uma “garantia de preservação e publicização dessa memória, tendo seu sentido associado, de maneira geral, a um coroamento da atuação pública do titular” (HEYMANN, 2004, p. 6). De outra parte, podemos chamar a atenção para o fato de que a entrada desse arquivo em uma instituição de memória também valoriza a própria instituição, que tem seu nome reconhecido por custodiar acervos notáveis e interessantes. Assim, ambos são mutuamente reconhecidos (“enobrecidos”) e prestigiados (HEYMANN, 1997, p.49).

Ainda chamamos a atenção para outro aspecto. A história de constituição destes acervos e os contextos associados a estas formações (incluindo as doações) nos interessam à medida que informam sobre relações e acordos, pessoais e institucionais, que influenciam na ocorrência do fenômeno da dispersão de fundos.

Em nossa compreensão, todo esse movimento de multiplicação das memórias de Getúlio Vargas, desde a criação do CPDOC até as doações para o Museu da República e a presença de familiares de Getúlio Vargas envolvidos direta ou indiretamente com contribuições para o Museu de São Borja, possibilitaram uma reafirmação do “legado” de Getúlio Vargas, constituindo uma dispersão “estratégica”.

Utilizamos, aqui, “legado” como:

[...] investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., [...] trabalho social de produção da memória de Vargas e de sua identificação à memória histórica do país; à constante atualização e ressignificação do “legado varguista” (HEYMANN, 2004, p.3)

Ou seja, parece ter havido um investimento, por parte dos herdeiros, na atualização constante desse legado (HEYMANN, 2004, p.3). Ao mesmo tempo, as instituições custodiadoras também se beneficiaram com as novas doações, pois houve crescimento de seus

acervos com novos itens, “inéditos”, legitimando a autoridade de cada uma delas na produção de “um discurso convincente e documentado na apresentação do personagem e de sua trajetória” (HEYMANN, 2005, p.53).

No artigo *Cinquenta anos sem Vargas*, Heymann aponta para os “agentes” ou “porta-vozes” (entre eles, especialmente, as famílias) que trabalham de forma a “recuperar” determinado legado:

[...] a produção de um legado, tal como o estou definindo, depende, para além da intenção do indivíduo ao qual se associa, da ação de sujeitos que expressem a “necessidade” de recuperá-lo, que sejam os porta-vozes do risco do esquecimento, da “dívida” com a memória desse personagem e da importância dessa recuperação para a “memória nacional”, categoria na qual cumpre incluir o legado e os objetos que o simbolizam. São elementos fundamentais nesses processos o lugar ocupado por esses sujeitos e os recursos e adesões que consigam mobilizar a partir de suas estratégias discursivas e políticas, que incluem a valorização desse resgate para a pesquisa, a ideia de homenagem ou de preservação de ideais cívicos e políticos, as redes de relações desses agentes e seus contatos nas esferas acadêmica e governamental, bem como as agências de financiamento. (HEYMANN, 2004, p. 5)

Nesse contexto, a dispersão dos arquivos pode também ser um efeito desse esforço de valorização da memória de dado titular, quando as redes de relacionamentos tecidas entre estes agentes e as diferentes instituições, todos interessados de alguma forma, nesse “capital” de memória e em sua divulgação, acabam promovendo a fragmentação do mesmo. Logo, embora a teoria arquivística nos indique o “caminho ideal” da **não** dispersão, as relações “reais” nem sempre permitem que isso se efetive. Nesse sentido, a dispersão de fundos reverbera nas instituições de guarda, espelhando por meio dos arquivos, ou parte deles, trajetórias, disputas, rupturas, redes de influência, relacionamentos e sentimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar dispersão de fundos foi um desafio. A existência de poucas referências gerou a necessidade de construir gradativamente a compreensão de nosso objeto. Partimos de um exercício terminológico e ampliamos nossa compreensão por meio de dois exemplos de arquivos pessoais que experimentaram processos de fragmentação, Anthony Leeds e Getúlio Vargas.

Assim, a partir do estudo de termos “vizinhos” como “displaced archives” ou “deslocamentos de arquivos” começamos a tatear este universo de pesquisa. À medida que a pesquisa foi se expandindo e novos termos e remissivas foram sendo incorporados ao trabalho, pudemos perceber que as movimentações (deslocamentos) ocorridas com arquivos não se restringiam a “querelas” institucionais, no que diz respeito à custódia e responsabilidades, mas direcionavam para eventos e realidades que iam além das instituições custodiadoras.

A literatura internacional nos possibilitou conhecer os contextos em que diferentes autores utilizavam os termos pesquisados. Estes textos lançaram luz sobre as causas dos deslocamentos ou “exílios” destes arquivos: guerras, disputas territoriais, processos de descolonização. Do mesmo modo, pudemos perceber que tanto o deslocamento de arquivos, quanto seu retorno (ou não) ao local de origem (restituição) apontavam para disputas em outros campos e conjunturas, fossem elas políticas, econômicas ou sociais. Países em conflito, por exemplo, não apenas competiam por territórios, mas por documentos. Nesse sentido, como bem pontuou Ketelaar “lutar por arquivos é exercitar poder: o poder de dispor, deter, retornar e doar” (2017, p.9).

Um tipo de poder, no sentido que Ketelaar menciona, também se faz presente nos arquivos pessoais: tanto de dispor e doar (no caso dos doadores), quanto de receber, tratar e divulgar (no que se refere às entidades custodiadoras). No entanto, a ênfase dada por esta pesquisa foi no fracionamento de arquivos e não no seu deslocamento.

Para conhecermos mais este fenômeno analisamos dois casos de arquivos dispersos: Getúlio Vargas e Anthony Leeds. Esta análise trouxe para o centro da discussão a figura dos doadores: esposa, filhos e neta que herdaram a documentação e que decidiram como dispor dessa herança.

Ao longo do trabalho chamamos atenção para aquilo que denominamos “dispersão como estratégia”. Esta expressão não significa uma “tática” ou uma “trama” previamente estabelecida, estudada e executada pelos doadores, como se todos tivessem sempre um plano de doação pré-estabelecido, consciente. O termo aponta para as escolhas e decisões que incidem

sobre o destino destes arquivos e que remetem aos relacionamentos construídos e estabelecidos entre doadores (herdeiros) e as instituições custodiadoras. Ainda sinaliza o processo de negociações em que são pesados o ‘status’ que ambos carregam, seja do potencial do arquivo para pesquisa na entidade, seja da relevância social, cultural e científica que esta ocupa na sociedade e que garante a preservação e visibilidade do acervo.

No caso das doações feitas por Elizabeth Leeds, podemos notar que o principal critério adotado remetia à relevância da instituição frente ao material que estava sendo doado. Não foram consideradas apenas as linhas de acervo das instituições, mas sua seriedade e a convergência temática com o material de Anthony Leeds, além de sua envergadura para disponibilizar o arquivo ao público. Também não podemos descartar os aspectos de ordem pragmática (localização próxima da residência da doadora) nem mesmo fatores de ordem sentimental, como a doação de Elizabeth Leeds para a COC, que remetia a lembranças vividas com o esposo no Rio de Janeiro, onde iniciaram uma longa trajetória de vida a dois quando ainda eram jovens pesquisadores que desbravavam o tema “favelas”.

Podemos ainda notar que estas múltiplas doações foram viabilizadas por intermediários, pesquisadores, parceiros de trabalho e outras pessoas que fizeram “pontes” para que Elizabeth Leeds estabelecesse contato com as instituições cogitadas e desse início a negociações das doações.

Se, de um lado, o arquivo de Leeds parece ter sido “fatiado” entre um número maior de instituições, por outro as estratégias que envolveram a disseminação do arquivo de Getúlio Vargas parecem ter ganhado um vulto mais expressivo, à medida que viabilizaram não apenas a doação em si, mas a criação de instituições para abrigar seu acervo. Esse desdobramento deveu-se, evidentemente, à envergadura do personagem e de sua herança política.

Alzira Vargas defendia a memória do pai por meio do controle de seu arquivo e daquilo que era dito sobre ele. A doação do arquivo significou, em parte, ter que renunciar a este controle e tolerar as críticas, mas em contrapartida o projeto proposto e dirigido pela filha, Celina Vargas, da criação de um centro de pesquisa para abrigar o arquivo do avô (e outros que viriam depois) permitiria que esta memória fosse preservada, estudada, disseminada.

Consideramos também a idealização e criação do Museu de São Borja, projeto em que Luthero Vargas transformou a casa em que o pai havia morado com a família em uma instituição de memória, utilizando como acervo objetos e documentos que haviam sido reunidos pelo filho primogênito. Não podemos afirmar se houve consenso familiar quanto à criação do Museu ou se representou uma disputa pelo espólio documental e memorial do pai/avô. De todo modo, as relações familiares não se partiram, mesmo que estes documentos em posse de Luthero Vargas

não tenham tido como destino o CPDOC. A manutenção desses laços familiares possibilitou doações posteriores da própria Celina Vargas para São Borja.

A influência desta família continuou garantindo negociações em relação ao acervo, mesmo depois das doações, como no caso em que Celina Vargas intermediou o empréstimo de peças custodiadas pelo Museu da República para o Memorial na Glória (HEYMANN, 2004, p.14).

Outro aspecto que ressaltamos desta pesquisa é que nem sempre o “arquivo pessoal” de um titular se encontra fisicamente concentrado em uma casa ou um escritório. Na dinâmica da vida, estes papéis podem se dissipar entre diferentes locais de convivência do titular. Esta documentação “espalhada” e paulatinamente “encontrada” pela família pode ser reunida ou dispersa. Tanto em Anthony Leeds quanto em Getúlio Vargas podemos observar que os documentos não estavam concentrados em um local apenas.

O arquivo de Getúlio Vargas, doado a FGV em 1973 (primeira remessa), ficava guardado na casa de Alzira Vargas. Já a terceira remessa de documentos, doada por Celina Vargas, foi composta de documentos do avô que estavam na fazenda da família chamada “Cafundó”, conforme relata a Professora Adelina Novaes e Cruz:

(...) para o CPDOC, vieram ainda algumas coisas, porque foram encontradas no Cafundó documentos. Aí a Celina falou: Não, documento é com o CPDOC. Arquivo textual é tudo CPDOC. Fotográfico, enfim... Tinham fotos em molduras...e isso veio para o CPDOC.

A “descoberta” de documentos na fazenda Cafundó possibilitou nova doação ao CPDOC, promovendo uma reintegração destes documentos ao arquivo do presidente. Já no caso do Museu de São Borja parece ter havido um movimento contrário. Ao invés de uma reunião, objetos e alguns documentos que pertenciam a Getúlio Vargas deram origem a outra instituição. O mesmo movimento de separação ocorreu com as doações efetivadas por Celina Vargas para o Museu da República.

Já no caso de Anthony Leeds, a localização de material documental em várias casas não parece afetar necessariamente o destino de seus papéis, como se eles já tivessem um “lugar” determinado. Em cada momento em que Elizabeth Leeds encara o material estocado em algum lugar, e considera o que tem em mãos, encaminha este conteúdo para a instituição que julga mais adequada para custodiá-la, de acordo com o tipo de material e os assuntos tratados.

Segundo Elizabeth Leeds as doações para o Smithsonian e para o Peabody Museum foram feitas quando morava em Boston. Ela relata inclusive a proximidade com o Peabody Museum ser um dos motivos que facilitou a escolha do local de doação. Já as doações feitas

para a COC vieram de uma casa da família em outro estado, Vermont. À medida que os papéis foram mexidos e talvez (re)descobertos, novas possibilidades de doação foram abertas, não necessariamente para as mesmas instituições com as quais já havia se conectado, mas para aquelas que Elizabeth Leeds julgava que faziam sentido em relação à parcela dos documentos selecionada naquele momento.

Ainda chamamos atenção para as interferências da família e de pessoas próximas não só no momento de constituição do arquivo pessoal, mas também após a morte do titular, quando podem ser feitas movimentações e partições. Nedel já havia sinalizado este aspecto quando abordou a questão da “titularidade compartilhada” (2014, p.161) e Heymann discorreu sobre o “esforço” de outros personagens na “configuração final” de um arquivo pessoal (1997, p. 47). Ficam ainda evidentes as intercessões do arquivo do titular com o de pessoas próximas, especialmente quando há uma construção paralela destes arquivos, derivada da vida e de atividades em comum.

No caso de Getúlio Vargas é conhecido o papel de Alzira Vargas na construção e organização de seu arquivo. E embora também tenha sido feito um trabalho de separação entre os documentos dela e os do pai fica clara a conexão entre os papéis de ambos. A Professora Adelina Cruz conta: “Quando ela [Alzira] doou o [arquivo] dela [...] percebeu que ainda tinha coisas de Getúlio, que não eram dela. Porque era ela, Ernani e Getúlio assim [entrelaçou os dedos fazendo sinal de ‘misturados’, ou ‘muito juntos’] [...]”

No caso de Anthony Leeds podemos mencionar a dificuldade de identificar as “linhas” que dividiam aquilo que era dele e o que era de sua esposa. No arquivo doado para a COC foram identificados documentos de Elizabeth Leeds, o que acabou dando origem a outro fundo com o nome da doadora. Assim, o caso Leeds também ilumina este aspecto que remete às fronteiras entre arquivos. Tanto na remessa que Rachel trouxe dos EUA como na doação ao CPSC, o que se vê é – além da dispersão – a imbricação entre o fundo Anthony e o fundo Elizabeth Leeds. Mas tudo fica reunido sob a chancela “Anthony Leeds” ou “Elizabeth Leeds”. Isso indica, também, que a tal organicidade pode ter outras acepções. Orgânico porque foi produzido ou acumulado junto, e não apenas porque se relacionam organicamente às atividades do titular.

Por fim, ressaltamos que estes dois casos estudados, embora sejam bons exemplos de dispersão, não são exatamente iguais, pois cada um apresenta suas peculiaridades.

A dispersão operada no caso de Anthony Leeds está relacionada ao valor que Elizabeth Leeds identificava em seu arquivo como fonte de pesquisa. Em sua concepção, este material não poderia ser retido com ela, mas precisava ser partilhado, para que o conhecimento

construído ao longo de uma vida inteira não se perdesse. Ao contrário, a estratégia de dispersar tinha relação com um desejo de que essas fontes se disseminassem e se tornassem material para novos estudos, possibilitando também consolidar o reconhecimento do papel e importância de Anthony Leeds e de suas pesquisas no campo científico.

No caso de Getúlio Vargas, a dispersão de seu arquivo ocorre tanto de forma estratégica, intencional, quanto de forma casual, como por um desvio acidental de documentos (caso das cartas de Getúlio em posse da família Maciel doadas ao Museu da República). Alzira Vargas doou o arquivo de Getúlio para a FGV. No entanto, nem tudo foi doado. Parte deste material ainda ficou sob a guarda da família. Os motivos desta “reserva de material” podem ter sido de ordem sentimental ou por situações outras como a própria dispersão do material de Getúlio Vargas entre as diversas casas da família, como também a mistura de seus papéis com os de outros membros da família.

Desta “reserva” novas doações foram feitas. Tanto para o CPDOC, quanto para o Museu da República. No CPDOC a segunda remessa chegou quando Alzira Vargas doou seu próprio arquivo e percebeu coisas do pai misturadas às suas. A terceira remessa, doada por Celina, veio após a organização da fazenda Cafundó em que aquilo que era entendido como parte de seu arquivo (fotos e documentos) foi reintegrado ao conjunto lá custodiado. A doação para o Museu da República, realizada também por meio de Celina Vargas, foi uma dispersão que veio compor junto com o material museológico, uma celebração a memória do presidente, por meio da exposição “Eu, Getúlio”. Luthero Vargas também manteve uma reserva de documentos, fotos e objetos do pai que ajudaram a erigir no Rio Grande do Sul, uma instituição em sua homenagem.

Observamos, portanto, o envolvimento de uma família que não apenas defende e celebra a figura de Getúlio Vargas, mas que ao “espalhar” seus documentos, investiu na monumentalização de sua atuação enquanto figura pública, conferindo a chance de eternizá-lo na história e na memória das pessoas. Heymann já lembrou o papel da família em promover esse legado (2004, p.3). Mas o que chamamos atenção aqui é o quanto essas ações afetaram o espólio documental de Getúlio Vargas, que ao ser disseminado foi disperso em diferentes lugares.

Desta forma, este estudo sobre a dispersão nos arquivos nos possibilitou perceber que este fenômeno espelha diferentes conjunturas, muitas vezes fragmentárias, sujeitas a decisões e disputas, a expectativas e desejos, envolvendo pessoas e instituições. Não que tenhamos chegado a um “veredito final” sobre o assunto, se é que ele existe, mas a pesquisa nos

possibilitou refletirmos sobre a própria dimensão do arquivo, que não é estática. Como Viana afirmou, “o arquivo não é morto!” e, neste sentido, pode se fragmentar e “se espalhar por aí”.

REFERÊNCIAS

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. São Paulo, CENADEM, 1990.

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Arquivos. São Paulo, 1996.

ADAMS, Randolph G. (1939). The character and extent of fugitive archival material. *The American Archivist*, April 1939, Vol. 2, No. 2, pp. 85-96.

AMORIM, André Ricci de. A sucessão de Estados no Direito Internacional: análise do caso El Salvador *versus* Honduras (Interveniente: Nicarágua). *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 18(34): 249-276, jan.-jun. 2018.

ANDERSON, David M. Guilty secrets: Deceit, denial, and the discovery of Kenya's 'Migrated Archive'. *History Workshop Journal*, V. 80(1). 2015. p.142-160.

ANDREOTTI, Azilde Lina. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8_22e.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, vol. 12, núm. 3, setembro – dezembro de 2017, pp. 939-949. Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=394054357015. Acesso em: 12 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO Cultural Getúlio Vargas. *Estatuto*. 1995. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-sobre-a-atuacao-da-associacao-cultural-getulio-vargas-de-sao-borja-inclui-atas-e-esta>. Acesso em: 29 out. 2019.

AZEVEDO, C. Regenerando a alma americana: os corpos da paz na América Latina. In: ENCONTRO DA ANPHLAC, 3., 1998, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...] São Paulo, 1998. Disponível em: <http://anphlac.org/upload/anais/encontro3/cecilia.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

BARROS, Lídia Almeida. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.

BATISTA, Marianna Matos. *O arquivo no Museu da República: abordagens e usos*. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BRANDI, Paulo. Getúlio Vargas. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

BRASIL. *Decreto n.44.851, de 11 de novembro de 1958*. Promulga a Convenção e Protocolo para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, Haia, 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44851-11-novembro-1958-383862-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2019.

BRASIL. (2005). Arquivo Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* – Dibrate. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. pdf.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. *Inf. & Inf.*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 150-167, maio/ago. 2013. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16166 Acesso em: 16 nov. 2018.

CARNEIRO, M. Luiza Tucci. Sob a máscara do nacionalismo. Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 1990. vol 1, No 1, pp. 23-40.

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. O “mito” da destruição total de documentos: um estudo dos arquivos relacionados à Guerrilha do Araguaia à luz de princípios e noções arquivísticas. 2012. xiii, 203 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CARVALHO, Monique Batista. Questão habitacional e controle social: a experiência dos parques proletários e a ideologia “higienista-civilizatória”. In: VXI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Rio: Saberes e práticas científicas. *Anais [...]*, 28 Jul – 01 Ago 2014. Disponível em: www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400527179_ARQUIVO_2014_ANPUH_MoniqueCarvalho_textofinal.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

CIA – Conselho Internacional de Arquivos. (2000). *ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. 2.ed., rev., adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119p.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Câmara técnica de normalização da descrição arquivística. *Norma brasileira de descrição arquivística* – Nobrade. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. (Brasil). *Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ Brasil*. Versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

COOK, Terry. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CPDOC/FGV – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/programa>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. pdf.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.) *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas: 1883-1954*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Série Perfis Parlamentares, n. 72).

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Pinacoteca do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 2013.

DONAHUE, Katherine C. Anthony Leeds: beyond Brazil. *Sociol. Antropol.* [o-nline]. 2018, vol.8, n.3, pp.807-830.

DUARTE, Renato Crivelli. Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências. 224 f. 2018.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986.

DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 13-22, jan./dez., 2007.

DUCROT, A. *Classificação dos arquivos pessoais e familiares*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, p.151-168, 1998.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. *Encyclopedia of Archival Science*. NY: Rowman & Littlefield Publishers. 2015. E-book.

FAUSTO, Boris. *A História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. (2019). *Perfil Institucional*. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/perfil-institucional>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FIOCRUZ/COC – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. (2007). *Manual da organização da Casa de Oswaldo Cruz*. Portal da Casa de Oswaldo Cruz, 2007. p. 19. Disponível em: http://coc.fiocruz.br/images/stories/PDFs/manual_org.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

FIOCRUZ/COC – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. (2013) *Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013, p.13 Disponível em:

http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

FIOCRUZ/COC – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. (2019). *Base Arch*. Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 38, p. 49-66, jan. 2006. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2266/1405>. Acesso em: 12 jun. 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GONÇALVES, Martina Spohr. *De procedimentos a metodologia: políticas de arranjo e descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC. Especialização em Organização, planejamento e direção de arquivos*. Arquivo Nacional. Universidade Federal Fluminense, 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, jul. 1997. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>. Acesso em: 25 out. 2019.

HEYMANN, Luciana. *Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um "legado"*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1611.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, jan. 2005. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2246>. Acesso em: 25 jun. 2019.

HEYMANN, Luciana. *O legado do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. [9]f.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n 2, 2009a, p. 40-57.

HEYMANN, Luciana Q. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: VIII REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, GT 33. Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo, Buenos Aires: *Anais [...]*, 2009b.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016.

ICA – Internacional Council on Archives. (1988). *Dictionary of Archival Terminology: english and french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish*. Edited by Peter Walne. Compiled by Frank B. Evans, François-J. Himly and Peter Walne. 2.ed. rev. ed. München: K. G. Saur, 1988. 212 p. (ICA Handbooks Series, 7).

ICA – Internacional Council on Archives. (1999). *ISAD (G): General international standard archival description adopted by the Committee on Descriptive Standards*, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999.

ICA – Internacional Council on Archives. *Multilingual Archival Terminology*. Seção de Educação e Treinamento Arquivístico do Conselho Internacional de Arquivos. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/>. Acesso em: 01 out. 2018.

ICA – Internacional Council on Archives. *Multilingual Archival Terminology*. Seção de Educação e Treinamento Arquivístico do Conselho Internacional de Arquivos. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

KARABINOS, Michael Joseph. *Displaced archives, displaced histories: recovering the seized archives of Indonesia*. *Bijdragen tot de Taal-, Land – em Volkenkunde* 169 (2013), p.279-294.

KECSKEMÉTI, Charles. Archives seizures: the evolution of international law. In: LOWRY, James (ed.) *Displaced Archives*, NY: Routledge. 2017. E-book.

KETELAAR, Eric. Foreword. In: LOWRY, James (ed.) *Displaced Archives*, NY: Routledge. 2017.

KRUSE, John. Replevin: repeal or retain. *Liverpool Law Review*. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands, p. 95-115. 2001.

LACERDA, Aline Lopes de; LIMA, A. L. G. S. Nota técnica: A trajetória do arquivo. *Sociologia e Antropologia*, v. 8, p. 1032-1039, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LARA, M. L. G. de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 2, 2004. DOI: 10.18225/ci.inf.v33i2.1050. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a09v33n2.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

LIMA, Nísia Trindade. Relatório final do projeto apresentado à Faperj na modalidade APQ1. *História das favelas e da Sociologia do Brasil urbano: contribuições ao seu estudo a partir da trajetória de Anthony Leeds*. FIOCRUZ/COC. s.d., p.2.

LIMA, Nísia Trindade; VIANA, Rachel de Almeida. Nathony Leeds: Antropologia das interações ecológicas e estudos urbanos. Entrevistas com Elizabeth Leeds e Luiz Antonio Machado da Silva. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 8, p. 735-768, 2018.

LISBOA, João Luís. Coleções e dispersão. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018. 146p.

LOPEZ, André P. Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: AESP/IMESP, 2002. (Como fazer, 6).

LOVERING, Timothy. Expatriate archives revisited. In: LOWRY, James (ed.). *Displaced Archives*. NY: Routledge, 2017, p.86-100. E-book.

LOWRY, James. *Displaced Archives*. NY: Routledge. 2017. E-book.

LOWRY, James. “Displaced archives”: proposing a research agenda. *Archival Science*. Vol. 19, Issue 4, December 2019. Pp. 349–358. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-019-09326-8#citeas>. Acesso: 11 Nov. 2019.

MARTINS, V. Avaliando traduções. *Tradterm*, v. 18, p. 28-51, 4 dez. 2011. p.36.

MATTERN, Eleanor. *The replevin process in government archives: recovery and the contentious question of ownership*. Doctoral Dissertation, University of Pittsburg, 2014.

MINJAMA, Nathan; LOWRY, James. A proposal for action on African archives in Europe. In: LOWRY, James (ed.). *Displaced Archives*, NY: Routledge. 2017. p. 101-113. E-book.

MIRANDA, Marcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, Rio Grande, *Anais [...]*, 2012, p. 900-901.

MONARCHA, Carlos. Notas sobre educação nacional na “Era Getulina”. *História da Educação*, Pelotas, n.6, p.57-68, out. 1999.

MONTGOMERY, Bruce P. Captured Records. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. (ed.) *Encyclopedia of Archival Science*. NY: Rowman & Littlefield Publishers. 2015. p.127-130. E-book.

MUSEU DA MARÉ. 2019a. *Museu da Maré, a proposta: lugar de memória, espaço de encontro*. Disponível em: www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=60. Acesso em: 12 jun. 2019.

MUSEU DA MARÉ. 2019b. *Acervo Orosina Vieira*. O acervo: preservar e divulgar a História. 2019. Disponível em: www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93:acervo-orosina-vieira&catid=36:acervo&Itemid=102. Acesso: 24 out. 2019.

MUSEU DA MARÉ. 2019c. *Comunidades da Maré*. Disponível em: http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=98. Acesso em: 12 jun. 2019.

MUSEU DA REPÚBLICA (2019a). *O Museu*. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/o-museu/>. Acesso em: 19 jun. 2019).

MUSEU DA REPÚBLICA (2019b). Acervo e Pesquisa. *Arquivo Histórico e Institucional (AHI/MR)*. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/acervo-e-pesquisa/>. Acesso em: 19 out. 2019.

MUSEU DA REPÚBLICA (2019c). *Guia de Coleções*. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/guia-de-colecoes/>. Acesso em: 19 out. 2019.

MUSEU DA REPÚBLICA. (2019). *Inventário dos acervos arquivísticos dos museus do IBRAM*. (Cópia de Inventário – Arquivo interno atualizado – Museu da República). Acesso em: 19 jun. 2019.

NEDEL, Leticia. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política precoce. In: TRAVANCAS, I; ROUCHOU, J; HEYMANN, L. (org.) *Arquivos pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Ed. FGV, 2014, pp.131-164.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. p. 15. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História [S.l.]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PALMEIRA, Miguel Soares. O poder da ancestralidade, a ancestralidade do poder: a história, os políticos e seus arquivos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, [S.l.], n. 48.1, p. 39-48, ago. 2018. ISSN 2446-4856. Disponível em: <http://revistaihge.org.br/index.php/revista/article/view/609/526>. Acesso em: 09 abr. 2019.

PEABODY MUSEUM HTTPS. www.peabody.harvard.edu/. *About the Peabody Museum*. Disponível em: <https://www.peabody.harvard.edu/about>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. Entrevista. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.) *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. Entrevista. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 26, nº 2, pg. 7-30, jul./dez. 2013.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-120, jul. 1998.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4ª ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

SÁ, C. P.; CASTRO, R. V.; MÖLLER, R. C.; PEREZ, J. A. (2008). A memória histórica de Getúlio Vargas e o Palácio do Catete. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 13, n. 1, p. 49-56.

SANTOS, Cristian J. Oliveira. Conhecer para conservar: a constituição e dispersão dos fundos arquivísticos da igreja católica na cidade de Goiás (GO). *Arquivística.net*, v. 2, n. 2, p. 52- 69, 2006.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SIEBER, R. T. "The life of Anthony Leeds: unity in diversity". In: LEEDS, A. Cities, classes and the social order. Nova York: Cornell University Press. Edited by Roger Sanjek, 1994, pp. 3-26

SILVA, Luiz Antônio Machado da. *Anthony Leeds visto por um Filhote Ligeiramente Rebelde*. In: LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth; LIMA, Nísia Trindade (org.). *A sociologia do Brasil urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SMITHSONIAN INSTITUTE ARCHIVES. (2012) *Register to the papers of Anthony Leeds, 1947-89*. pdf

SMITHSONIAN INSTITUTE ARCHIVES. (2019a) *Reference FAQ*. Disponível em: <https://siarchives.si.edu/what-we-do/reference-faq#donate>. Acesso em: 31 maio 2019a.

SMITHSONIAN INSTITUTE ARCHIVES. (2019b). *Donations & Donors: I would like to donate an object to the Smithsonian Institution. What should I do?* Disponível em: <https://siarchives.si.edu/what-we-do/reference-faq#donate>. Acesso em: 30 maio 2019b.

SMITHSONIAN INSTITUTION (2019a). *Gallery*. Natural History Museum. National Anthropological Archives. Disponível em: <http://collections.si.edu/search/gallery.htm?og=national-anthropological-archives-natural-history-museum>. Acesso em: 30 maio 2019.

SMITHSONIAN INSTITUTION (2019b). National Anthropological Archive. *Search Results*. Disponível em: http://collections.si.edu/search/results.htm?q=&fq=data_source%3A%22National%20Anthropological%20Archives%22. Acesso em: 30 maio 2019.

SMITHSONIAN INSTITUTION (2019c). National Anthropological Archive. *About the Smithsonian*. Disponível em: <https://www.si.edu/about>. Acesso em: 30 maio 2019.

TAVARES, F. (2004). *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. 9ª ed. revista e atualizada. Porto Alegre, RS. L&PM, 2014.

VALLADARES, Lícia do Prado; LACERDA, Aline Lopes de; GIRÃO, Ana Luce. Anthony Leeds: o esquecimento e a memória. *Sociol. Antropol.* [on-line]. 2018, vol.8, n.3, pp.1027-

1058. Disponível em: www.scielo.br/pdf/sant/v8n3/2238-3875-sant-08-03-1027.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

VARGAS, Celina. *Celina Vargas* (depoimento em 2012). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2013. 30 pp.

VERSIANI, Maria Helena. Entre o Palácio e as coleções museológicas do Museu da República. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília, *Anais* [...], p. 1-15. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502481807_ARQUIVO_2017AnpuhNacional-textocompleto-MariaHelenaVersiani.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

VERSIANI, Maria Helena. *Criar, ver e pensar: um acervo para a República*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018, Parte 2.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arq & Adm.*, Rio de Janeiro, 62-76, jul./dez. 1986.

VIANA, Rachel de Almeida. *Antropologia, desenvolvimento e favelas: a atuação de Anthony Leeds na década de 1960*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: s.n., 2014. 210 f.

WATSON, Rubie. *Opening the Museum: the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology*, Symbols Fall, 2001. p.1-16.

APÊNDICE A – Glossário de termos relacionados ao tema “dispersão de fundos”.

Procedimentos adotados para a elaboração do quadro:

- 1: Em alguns casos, embora os dicionários não apresentassem uma definição para o termo buscado, este aparecia no corpo da obra, apresentando no lugar da definição, uma remissiva. Quando ocorria este caso, inseríamos a remissiva no quadro de observações.
- 2: Quando um verbete possuía mais de uma definição, somente extraímos aquelas relacionadas ao tema de estudo.
- 3: Como limitamos nossa pesquisa aos termos em inglês e português não inserimos termos equivalentes em outras línguas, mesmo que estes aparecessem nos dicionários consultados.
- 4: Os quadros em que não há “Termos equivalentes” ou “Remissivas” espelham a ausência destas informações nos respectivos dicionários.
- 5: Como tentamos estabelecer uma proximidade entre a língua portuguesa e inglesa e como não há equivalentes para todos os termos, dividimos este glossário em três partes, ordenando cada uma alfabeticamente, considerando os termos da primeira coluna (termos em português) como referencial para alfabetização ou considerando o termo em inglês se este fosse o único termo existente. Na primeira parte do glossário estão os termos referentes aos arquivos em sua condição de deslocados, exilados, etc. Na segunda parte estão os outros termos que se referem a ações sofridas por estes arquivos ou em prol deles (ação reivindicatória, extravio, etc). Na terceira parte, inserimos as definições de “dispersão de fundos”, tanto a de Heloísa Bellotto voltada para arquivos institucionais, e aquela que expressa nossa compreensão do fenômeno, para fins deste estudo. Para facilitar a compreensão, numeramos e destacamos as divisões destas três partes do quadro: 01,02, 03.
- 6: Este quadro foi montado em setembro de 2019. O registro da data é importante, já que os verbetes podem sofrer alterações ao longo do tempo.

Dicionários utilizados

Português:

- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB (1990)
- Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivos – AAB (1996).
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional – Brasil (2005)
- Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – Cunha e Cavalcanti (2008)

Inglês:

- Dictionary of Archival Terminology – ICA (1988)

Multilingual Archival Terminology – ICA (2010)
 Encyclopedia of Archival Science – Duranti e Franks (2015)

Quadro 6 – Glossário dos termos recuperados nos dicionários em português e inglês

01					
Termo em português	Dicionário	Definição	Termo em inglês	Dicionário	Definição
Arquivo deslocado	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – 1990	Conjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia. <u>Termos equivalentes:</u> <i>removed archives, fugitive archives, migrated archives, estray.</i>	<i>Displaced archives</i>	<i>Encyclopedia of Archival Science - 2015</i>	<i>Items missing from any archival fonds.</i> Este termo está inserido dentro da definição de “replevin”.
	Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivos – 1996.	Conjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia. <u>Termos equivalentes:</u> <i>Estray, migrated archives, removed archives.</i>			
	Multilingual Archival Terminology – 2010	Arquivos que foram transferidos e estão sob a custódia de pessoa ou instituição que, legalmente, não tem direito a eles. Inclui arquivos removidos do país em que foram originalmente acumulados e arquivos capturados. <u>Termos equivalentes:</u> arquivos/documentos alienados (<i>alienated record/archives</i>), arquivos expatriados (<i>expatriated archives</i>),			

		<p>arquivos exilados (<i>migrated archives</i>), arquivos fugitivos (<i>fugitive records/archives</i>), arquivos removidos (<i>removed archives</i>), arquivos capturados (<i>captured archives</i>), arquivos confiscados (<i>seized archives</i>), reivindicação (<i>replevin</i>), arquivos extraviados (<i>relay</i>), arquivos diaspóricos (<i>diasporic archives</i>), contencioso arquivístico (<i>disputed archival claims</i>).</p> <p>Obs. do autor: A opção pelo termo deve-se ao facto de haver necessidade de estabelecer uma relação hiperonímica face às variantes atrás demonstradas.</p> <p>*Esta definição foi inserida no Dicionário em 30 de agosto de 2019.</p>			
<p>Obs: Não constam definições para este termo nos seguintes dicionários: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional, 2005 Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008. Feita remissiva: arquivo deslocado => arquivo removido Dictionary of Archival Terminology – ICA (1988)</p> <p>Obs: O termo “<i>Dispersal</i>”, que aparece no dicionário não é utilizado com significado ou contexto de dispersão de arquivos deste trabalho. É definido como “<i>A technique to protect records by placing copies in different locations.</i>”</p>					
Arquivo removido	Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia - 2008	<p>Arquivo cuja custódia passou de instituição legalmente encarregada de sua guarda, ou do país onde se encontrava originalmente, para outra instituição. Também chamado incorretamente, arquivo fugitivo e arquivo migrante.</p> <p><u>Termos equivalentes:</u> <i>fugitive archives, migrated archives, removed archives.</i></p>	Removed archives	ICA (1988)	<p><i>Archives that have been removed from official custody or from the country in which they were originally accumulated. Also incorrectly called fugitive archives.</i></p> <p><u>Remissiva (See also/ Ver também):</u> <i>Conflicting Archival claims</i></p>

		<p><u>Obs do dicionário:</u> "Também chamado, incorretamente, arquivo fugitivo e arquivo migrante" (ICA); arquivo deslocado, Documento deslocado. Ver também "extravio de documento".</p>			
<p>Obs: Não constam definições para este termo nos seguintes dicionários: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – 1990; Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivos – 1996; Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional, 2005; Multilingual Archival Terminology – 2010 - Feita remissiva: “<i>removed archives</i>” => “<i>captured archives</i>”; Encyclopedia of Archival Science – 2015.</p>					
			<i>Captured archives</i>	<i>Multilingual Archival Terminology – 2010</i>	<i>Archives that have been taken from the country in which they were originally accumulated; <u>Termos equivalentes:</u> <i>migrated archives; removed archives.</i></i>
			<i>Captured records</i>	<i>Encyclopedia of Archival Science - 2015</i>	<i>Seizure of public enemy analog and digital materials by foreing or internal dissidente forces for intelligence and strategic advantage during armed hostilities</i>
<p>Obs: Não constam definições para este termo nos seguintes dicionários: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros– 1990 Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros –Arquivos – 1996 Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Arquivo Nacional, 2005 Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008 Dictionary of Archival Terminology – ICA (1988)</p>					
<i>Fugitive Archives</i>					

				<i>Multilingual Archival Terminology – 2010</i>	Archives that have been removed from the country in which they were originally accumulated. Remissivas: alienation, replevin.
<p>Obs: Não constam definições para este termo nos seguintes dicionários: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros– 1990 Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros –1996. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Arquivo Nacional, 2005 Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008 Feita remissiva: ”arquivo fugitivo” => “arquivo removido”. Dictionary of Archival Terminology – ICA (1988)- Feita remissiva: “fugitive archives” => “removed archives”. Encyclopedia of Archival Science – 2015</p>					
<i>Migrated Archives</i>					
<p>Obs: Não constam definições para este termo nos seguintes dicionários: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros– 1990 Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivos – 1996 Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Arquivo Nacional, 2005 Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008 Feita remissiva: ”arquivo migrante” => “arquivo removido”. Multilingual Archival Terminology – 2010 Encyclopedia of Archival Science – 2015</p> <p>Obs: É interessante destacar, que apesar de este termo não apresentar definição nos dicionários analisados, há um contraste em relação à tabela seguinte (Apêndice B), que retorna um bom número de textos que utilizam o termo.</p> <p>Como não encontramos nenhuma definição, fizemos a busca em outro dicionário, que embora não tenha sido incorporado a este trabalho apresenta uma definição para o termo.</p> <p>A glossary of archival and records terminology / Richard Pearce-Moses - 2005</p>					

Migrated Archives: The archives of a country that have moved from the country where they were originally accumulated; removed archives. Termo equivalente: removed archives					
02					
Ação reivindicatória	Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008	Ação judiciária que a instituição proprietária (original) de um fundo ou arquivo apresenta em juízo para reaver sua propriedade; ação de reivindicação, reivindicatória. Termos equivalentes: action of replevin, replevin, <u>Remissivas:</u> extravio de documento, imprescritibilidade, inalienabilidade, reintegração.	<i>Replevin</i>	ICA (1988)	<i>A legal action for the recovery of Records/archives by an agency, institution or person claiming ownership.</i>
			<i>Replevin</i>	Encyclopedia of Archival Science - 2015	<i>Replevin is a form of civil action employed to recover personal property taken or withheld without permission. The term also describes the court order, or writ, authorizing the recovery of personal property by the person entitled to possess it.</i>
Obs: Não constam definições para este termo nos seguintes dicionários: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros– 1990. Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros –1996. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Arquivo Nacional, 2005. Multilingual Archival Terminology – 2010.					

Contencioso arquivístico	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – 1990	Conflito ou litígio de jurisdição arquivística entre entidades políticas ou administrativas, decorrentes sobretudo de mudanças de soberania e de reorganização territorial; <u>Termos equivalentes:</u> <i>Conflicting archival claims.</i>	<i>Conflicting archival claims</i>	ICA (1988)	<i>Conflicting claims of political or administrative entities regarding legal title to, custody of, and/or access to archives especially following changes in sovereignty, including decolonization and changes in territorial organisation.</i> <u>Remissiva:</u> <i>(see also/ver também): removed archives.</i>
	Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivos – 1996.	Conflito de jurisdição arquivística. <u>Termos equivalentes:</u> <i>Conflicting archival claims.</i>			
	Dibrate, 2005	Litígio quanto à propriedade, à custódia legal e ao acesso a arquivos decorrente, sobretudo, de mudanças de soberania, reorganização territorial, conflitos bélicos ou questionamentos quanto à jurisdição arquivística. <u>Termos equivalentes:</u> <i>conflicting archival claims</i>			
	Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008	“Litígio entre entidades políticas ou administrativas, referentes ao direito de propriedade, de custódia e de acesso aos arquivos, principalmente em decorrência de mudanças de soberania e de reorganização territorial.” (ICA); litígio arquivístico.			

		<p><u>Termos equivalentes:</u> <i>conflicting archival claims, conflicting claims to ownership of archives.</i></p> <p><u>Remissiva:</u> jurisdição arquivística</p>			
<p>Obs: Não constam definições para este termo nos seguintes dicionários: Dictionary of Archival Terminology – ICA (1988) Multilingual Archival Terminology – 2010 Encyclopedia of Archival Science – 2015</p>					
Extravio de documentos	Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008	<p>Indicação que um documento não se encontra sob a custódia de seu conservador legal; documento extraviado.</p> <p><u>Termo equivalente:</u> <i>stray</i></p> <p><u>Remissiva:</u> Arquivo removido, reintegração.</p>	Estray	ICA (1988)	<p><i>A document not in the possession of its legal custodian.</i></p> <p><u>Remissiva:</u> <i>See also; alienation.</i></p>
<p>Obs: Não constam definições para este termo nos seguintes dicionários: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros– 1990 Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivos – 1996. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. – Arquivo Nacional, 2005 Multilingual Archival Terminology – 2010 Encyclopedia of Archival Science – 2015</p>					
Reintegração	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – AAB, 1990	<p>Recondução de documento ao seu lugar de armazenamento;</p> <p>Ação judiciária para recondução de documento ao fundo ou arquivo a que pertence;</p> <p><u>Termos equivalentes:</u> <i>Reintegration, replevin.</i></p>	Reintegration	ICA (1988)	<p><i>The replacement in their proper place of documents which have been misplaced, have strayed from or been removed from their original place.</i></p>

	Dicionário de Terminologia Arquivística – Associação dos Arquivistas Brasileiros – Arquivos – 1996.	Recondução de documento ao seu lugar de armazenamento; Ação judiciária para recondução de documento ao fundo ou arquivo a que pertence. <u>Termos equivalentes:</u> <i>Replacement, reintegration.</i>			
	Dibrate,2005	Recondução de arquivos e/ou documentos ao fundo a que pertencem; <u>Termos equivalentes:</u> Reintegration <u>Remissiva:</u> Entrada de documentos.			
	Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – 2008	Reposição de documentos em seus lugares de arquivamento; recondução de documentos; reincorporação de documentos; [...] recuperação de arquivo, documentos ou manuscritos e sua reincorporação ao fundo original, isto é, ao fundo que pertence. A recuperação é feita pela instituição de origem, por meio de ação judiciária de reivindicação (ação reivindicatória); recuperação. <u>Termos equivalentes:</u> <i>recover, reintegration, replacement</i> <u>Remissiva:</u> Ação reivindicatória, alienação; extravio de documento; recomposição.			
	<i>Multilingual Archival Terminology,</i> 2010	Inclusão de documentos de arquivo deslocados nas unidades arquivísticas de origem.			
Obs: Não constam definições para este termo no seguinte dicionário:					

Dispersão de fundos:

A dispersão ocorre quando, por motivos distintos dos já expostos, retiram-se documentos de uma série, séries de um fundo, fundos de um arquivo, para compor séries e fundos de outro arquivo. Não se está aventando a possibilidade de desaparecimento de documentos ou do desconhecimento do paradeiro de documentos, quando configurados como furto e, sim, o fenômeno quando realizado sob o pretexto de políticas ou de reorganizações arquivísticas baseadas em equívocos de ordem política, teórica, metodológica ou prática. (BELLOTTO, 2006, p.167).

Segundo a autora, a dispersão, no caso dos arquivos públicos/institucionais, pode ocorrer por:

- seqüestro e confisco de documentos, em casos de guerras ou conflitos armados entre países ou entre facções divergentes no mesmo país, o que provoca a saída daqueles registros de seu domicílio legal para as novas sedes governamentais, mesmo em outro país;
- avanço indevido, nos casos de separação territorial de municípios, estados, províncias ou países, no sentido de que os novos municípios, estados, províncias ou países se apossam de documentos mais remotos do que os estabelecidos pela data-limite acordada entre as partes. Como é de consenso, eles teriam direito aos documentos de produção recente, cujo conteúdo seria indispensável às novas gestões;
- obediência a determinações superiores pontuais e circunstanciais de caráter político, ainda que contrárias às disposições legais ou à tradição vigente;
- acatamento de determinações legais correspondentes a situações de época, figurando mesmo em atos normativos de maior peso jurídico como Constituição, estatutos e regimentos, significando obrigações e interesses de momento e discordantes das regras do direito e das metodologias da arquivística e da tradição histórica. (BELLOTTO, 2006, p. 168)

Dispersão de fundos na concepção deste trabalho, com ênfase em arquivos pessoais:

Com o termo dispersão de fundos (ou arquivos) estamos nos referindo a um “fundo original” (CUNHA, 2008, p.316) produzido e acumulado por determinada instituição ou pessoa, cujo conjunto foi fracionado e as partes foram direcionadas para instituições de custódia diferentes, podendo estas partes ganhar denominações variadas (coleção, acervo, ou até mesmo outro arquivo) em cada uma das entidades custodiadoras nas quais foram recebidas. No caso de acervos pessoais, há de se considerar a vontade dos doadores, e suas escolhas, que podem apontar e revelar estratégias [de doação] mais ou menos conscientes.

Fonte: A autora (2019), com base em dados da pesquisa.

APÊNDICE B – Busca por termos no portal da Capes

Quadro 7 – Resultados da busca pelos termos no portal da Capes

TERMO	RESUL-TADO	FILTRO	RESUL-TADO PÓS-FILTRO	Nº ART. REF. AO TEMA	AUTORES	REFERÊNCIAS
“Dispersão de fundos”	0					
“Dispersão de arquivos”	0					
Dispersão de arquivos (sem aspas)	225	Tópicos Ciência da Informação Ciência política. (Outros assuntos se relacionavam a biologia, medicina, matemática etc.)	11	0		
“Arquivos deslocados”	0					
“Arquivos removidos”	0					
“Contencioso Arquivístico	0					
“Reintegração de fundos”	0					

FRANCÊS						
“Archives Déplacées”	1	Como se tratava de um resumo (abstract) não contabilizamos.	-	-		
“Archives récupérées”	1	-	-	0		
ESPAÑOL						
“Archivos desplazados”	0	-	-	-		-
INGLÊS						
“Displaced archives”	57	<p>Periódicos corrigidos por pares</p> <p>Artigos</p> <p>Archival Exhibitions</p> <p>Liberation Archives</p> <p>Guerrilla Archive</p> <p>University Archives</p> <p>Colonial Archives</p> <p>Decolonization</p> <p>Migrated Archives</p> <p>Archivists</p>	12	8	<p>1. GARABA, Francis; MAHLASELA, Ziphokazi</p> <p>2. GRIMSTED, Patricia Kennedy</p> <p>3. KARABINOS, Michael Joseph</p> <p>4. NAMHILA, Ellen.</p> <p>5. NGOEPE, Mpho; NETSHAKHU MA, Sidney</p>	<p>1. GARABA, Francis; MAHLASELA, Ziphokazi. The University of Fort Hare’s (UFH) corporate memory in the spotlight: retracing the institution’s centenary history through visual documentation. <i>Archival Science</i>, 2018, Vol.18(3), p.241-255</p> <p>2. GRIMSTED, Patricia K. Displaced Archives and Restitution Problems on the Eastern Front in the Aftermath of the Second World War. <i>Contemporary European History</i>. V.6(1). 1997. p.27-74.</p> <p>3. GRIMSTED, Patricia K. Why Do Captured Archives Go Home? Restitution Achievements under the Russian Law. <i>International Journal of Cultural Property</i>. V.17(2), 2010. p.291-333</p> <p>4. KARABINOS, Michael J. Displaced archives, displaced history: recovering the seized archives of Indonesia. <i>Journal of the Humanities and Social Sciences of Southeast Asia and Oceania</i>. V.169(2-3). April. 2013, p.279-294.</p> <p>5. KARABINOS, Michael J. The Djogdja Documenten: The Dutch-Indonesian Relationship Following</p>

		Archives & Records Library & Information Science Archives				<p>Independence through an Archival Lens. <i>Information & Culture: A Journal of History</i>, Vol.50(3). 2015. pp.372-391</p> <p>6. KARABINOS, Michael. In the shadows of the continuum: testing the records continuum model through the Foreign and Commonwealth Office ‘Migrated Archives’. <i>Archival Science</i>, 2018, Vol.18(3), pp.207-224</p> <p>7. NAMHILA, Ellen. Content and use of colonial archives: an under-researched issue. <i>Archival Science</i>. V.16(2). 2016. p.111-123</p> <p>8. NGOEPE, Mpho; NETSHAKHUMA, Sidney. Archives in the trenches: repatriation of African National Congress liberation archives in diaspora to South Africa. <i>Archival Science</i>, 2018, Vol.18(1). p.51-71</p>
“Captured archives”	62	<p>Periódicos revisados por pares Artigo</p> <p>Restitution Imagined Records Archives Archives and records Library et Information Science Archival Imaginaries Memory</p>	14	11	<p>1- GILLILAND, Anne; CASWELL, Michelle.</p> <p>2- GRIMSTED, Patricia Kennedy</p> <p>3- KARABINOS, Michael</p> <p>4- MELAMED, Efim</p> <p>5- REEVES, Van Kirk; GARREAU, Cassandra</p> <p>6- ROTH, Karl Heinz; LINNe, Karsten</p>	<p>1. GILLILAND, Anne; CASWELL, Michelle. Records and their imaginaries: imagining the impossible, making possible the imagined. <i>Archival Science</i>. V.16(1). 2016. p.53-75.</p> <p>2. GRIMSTED, Patricia K. Displaced Archives and Restitution Problems on the Eastern Front in the Aftermath of the Second World War. <i>Contemporary European History</i>. V.6(1). 1997. p.27-74.</p> <p>3. GRIMSTED, Patricia Kennedy. Why Do Captured Archives Go Home? Restitution Achievements under the Russian Law. <i>International Journal of Cultural Property</i>. V.17(2), 2010. p.291-333</p> <p>4. KARABINOS, Michael. The Djogdja Documenten: The Dutch-Indonesian Relationship Following Independence through an Archival Lens. <i>Information & Culture</i>. V. 50(3). 2015. pp.372-39</p> <p>5. MELAMED, Efim. The fate of the archives of the Kiev Institute of Jewish Proletarian Culture: puzzles</p>

					<p>7- SCHENKOLEWSKI-KROLL, Silvia</p> <p>8- SCREENE, Lorraine.</p> <p>9- SELA, Rona</p> <p>10- WEBER, Hartmut</p>	<p>and discoveries. <i>East European Jewish Affairs</i>. V.42(2). 01 August 2012. p.99-110.</p> <p>6. REEVES, Van Kirk; GARREAU, Cassandra. Restitution or pillage? <i>Museum Management and Curatorship</i>. V.31(5). 19 October 2016. p.418-439.</p> <p>7. ROTH, Karl Heinz; LINNE, Karsten. Searching for Lost Archives New documentation on the pillage of trade union archives and libraries by the Deutsche Arbeitsfront (1938–1941) and on the fate of trade union documents in the postwar era. <i>International Review of Social History</i>. V.38(2). 1993. p.163-207.</p> <p>8. SCHENKOLEWSKI-KROLL, Silvia. Jewish archives and archival documents: Israel and the Diaspora. <i>Archival Science</i>. V.16(3). 2016. p.309-326</p> <p>9. SCREENE, Lorraine. Archival Review: Donald Chesworth (1923–1991) Archives at Queen Mary, University of London. <i>Contemporary British History</i>. V.24(2). 01 June 2010. p.257-263.</p> <p>10. SELA, Rona. The Genealogy of Colonial Plunder and Erasure – Israel's Control over Palestinian Archives. <i>Social Semiotics</i>. V.28(2). 15 March 2018 p.201-229.</p> <p>11. WEBER, Hartmut. A New Outlook for German Archives Since the Reunification in 1990. <i>Archival Science</i>. V.3(4). 2003. pp.401-411.</p>
“Removed archives”	26	<p>Periódicos revisados por pares</p> <p>Artigos</p> <p>History & Archaeology</p> <p>Law</p> <p>Netherlands</p> <p>Historiography</p> <p>Data Protection</p> <p>Human Rights</p>	6	2	<p>1- CASTILLO GÓMEZ, Antonio.</p> <p>2- SCOTT, Cynthia</p>	<p>1. CASTILLO GÓMEZ, Antonio. The New Culture of Archives in Early Modern Spain. <i>European History Quarterly</i>. V.46(3). July 2016. p.545-567.</p> <p>2. SCOTT, Cynthia. Renewing the ‘Special Relationship’ and Rethinking the Return of Cultural Property: The Netherlands and Indonesia, 1949–79. <i>Journal of Contemporary History</i>. Vol.52(3). July 2017. p.646-668.</p>

		Right to Be Forgotten Cultural Relations Museums Post-Colonial History Cultural Property Return Online Presence Indonesia				
“Fugitive archives”	3	Periódicos revisados por pares	1	-	-	-
“Migrated archives”	108	Periódicos revisados por pares Artigos Decolonisation Colonial Archives Records Management Migrated Archives Library & Information Science Archives & Records Archives	21	16	1- ANDERSON, David M. 2- BADGER, Anthony. 3- BAILKIN, Jordanna 4- ELKINS, Caroline 5- GARABA, Francis; MAHLASELA, Ziphokazi 6- HAMPSHIRE, Edward 7- KARABINOS, Michael 8- NAMHILA, Ellen 9- NGOEPE, Mpho;	1. ANDERSON, David M. Guilty Secrets: Deceit, Denial, and the Discovery of Kenya’s ‘Migrated Archive’. History Workshop Journal. V. 80(1). 2015. p.142-160. 2. BADGER, Anthony. Historians, a legacy of suspicion and the ‘migrated archives’. Small Wars & Insurgencies. V.23(4-5). 01 October 2012. p.799-807. 3. BAILKIN, Jordanna. Where Did the Empire Go? Archives and Decolonization in Britain.. The American Historical Review. V. 120(3). 2015. p.884-899 4. ELKINS, Caroline. Looking beyond Mau Mau: Archiving Violence in the Era of Decolonization. The American Historical Review. V. 120(3). 2015. p.852-868. 5. GARABA, Francis; MAHLASELA, Ziphokazi. The University of Fort Hare’s (UFH) corporate memory in the spotlight: retracing the institution’s centenary history through visual documentation. Archival Science, 2018, Vol.18(3), p.241-255

					<p>NETSHAKHU MA, Sidney</p> <p>10- PHILLIPS, David.</p> <p>11- RAWLINGS, Gregory.</p> <p>12- SATO, Shohei.</p> <p>13- SELA, Rona</p> <p>14- SHAW, A. Nicholas</p> <p>15- WURL, Joel</p>	<p>6. HAMPSHIRE, Edward. ‘Apply the Flame More Searingly’: The Destruction and Migration of the Archives of British Colonial Administration: A Southeast Asia Case Study. <i>The Journal of Imperial and Commonwealth History</i>. V.41(2). 01 June 2013. p.334-352</p> <p>7. KARABINOS, Michael. In the shadows of the continuum: testing the records continuum model through the Foreign and Commonwealth Office ‘Migrated Archives’. <i>Archival Science</i>, 2018, Vol.18(3), pp.207-224</p> <p>8. KARABINOS, Michael. The Djogdja Documenten: The Dutch-Indonesian Relationship Following Independence through an Archival Lens. <i>Information & Culture</i>. V.50(3). 2015. p.372-391.</p> <p>9. NAMHILA, Ellen. Content and use of colonial archives: an under-researched issue. <i>Archival Science</i>. V.16(2). 2016. p.111-123.</p> <p>10. NGOEPE, Mpho; NETSHAKHUMA, Sidney. Archives in the trenches: repatriation of African National Congress liberation archives in diaspora to South Africa. <i>Archival Science</i>, 2018, Vol.18(1). p.51-71</p> <p>11. PHILLIPS, David. The ‘Migrated Archives’ and a Forgotten Corner of Empire: The British Borneo Territories. <i>The Journal of Imperial and Commonwealth History</i>. V.44(6). 01 November 2016. p.1001-1019.</p> <p>12. RAWLINGS, Gregory. Lost Files, Forgotten Papers and Colonial Disclosures: The ‘Migrated Archives’ and the Pacific, 1963–2013. <i>The Journal of Pacific History</i>. V.50(2). 03 April 2015. p.189-212.</p> <p>13. SATO, Shohei. ‘Operation Legacy’: Britain’s Destruction and Concealment of Colonial Records Worldwide. <i>The Journal of Imperial and</i></p>
--	--	--	--	--	---	---

						<p>Commonwealth History. V.45(4). 04 July 2017. p.697-719.</p> <p>14.SELA, Rona. The Genealogy of Colonial Plunder and Erasure – Israel's Control over Palestinian Archives. Social Semiotics. V.28(2). 15 March 2018. p.201-229</p> <p>15.SHAW, Alexander Nicholas. British counterinsurgency in Brunei and Sarawak, 1962–1963: developing best practices in the shadow of Malaya. Small Wars & Insurgencies. V.27(4). 03 July 2016. p.702-725.</p> <p>16.WURL, Joel. Documenting Displacement: The Migration of Archival Sources From Post-WW II East European Émigré Groups. Archival Science. V.5(1). 2005. pp.79-92</p>
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: A autora (2018), com base em dados da pesquisa.

Obs: Os dados desta tabela foram inseridos no segundo semestre de 2018.